

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO BÁSICA - PPGPEDU**

MÁRCIA HELENA DA SILVA

**SINGULARIDADES DO GRUPO ESCOLAR DR. FERNANDO ALEXANDRE EM
ITUIUTABA/MG – 1965 A 1982**

ITUIUTABA

2026

MÁRCIA HELENA DA SILVA

**SINGULARIDADES DO GRUPO ESCOLAR DR. FERNANDO ALEXANDRE EM
ITUIUTABA/MG – 1965 A 1982**

Dissertação e Produto Educacional apresentados ao Programa de Pós-Graduação em Educação (Mestrado Profissional), da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Educação.

Orientadora: Prof.^a Dra. Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro

Linha de Pesquisa: Fundamentos, política e gestão da educação

ITUIUTABA

2026

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

S586s
2026 Silva, Márcia Helena da, 1973-
Singularidades do grupo escolar Dr. Fernando Alexandre em
Ituiutaba/MG – 1965 a 1982 [recurso eletrônico] / Márcia Helena da
Silva. - 2026.

Orientador: Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro.
Dissertação (Mestrado profissional) - Universidade Federal de
Uberlândia, Programa de Pós-graduação em Educação Básica.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2026.5508>
Inclui bibliografia.
Inclui ilustrações.

1. Educação de base. I. Ribeiro, Betânia de Oliveira Laterza, 1961-,
(Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-
graduação em Educação Básica. III. Título.

CDU: 373

André Carlos Francisco
Bibliotecário-Documentalista - CRB-6/3408



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Educação Básica				
Defesa de:	Dissertação e Produto Educacional - PPGPEDU				
Data:	27 de fevereiro de 2026	Hora de início:	09:00	Hora de encerramento:	11:00
Matrícula do Discente:	22412MEB013				
Nome do Discente:	Márcia Helena da Silva				
Título do Trabalho:	Singularidades do Grupo Escolar Dr. Fernando Alexandre em Ituiutaba/ MG - 1965 a 1982				
Título do Produto Educacional	O Museu Escolar Interativo como espaço de memória para a comunidade.				
Área de concentração:	Educação				
Linha de pesquisa:	Fundamentos, política e gestão da Educação				

Reuniu-se remotamente pela Plataforma RNP, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Educação Básica, assim composta: Professores Doutores: Gláucia Signorelli de Queiroz Gonçalves (Universidade Federal de Uberlândia); José Carlos de Souza Araújo (Universidade de Uberaba); e Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro (Universidade Federal de Uberlândia) orientadora da mestranda.

Iniciando os trabalhos a presidente da mesa, Dra. Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro, apresentou a Comissão Examinadora e a mestranda, agradeceu a presença do público, e concedeu à Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação da Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir a senhora presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos examinadores, que passaram a arguir a mestranda. Ao fim da arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando a mestranda:

Aprovada.

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação

interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Betania de Oliveira Laterza Ribeiro, Professor(a) do Magistério Superior**, em 17/03/2026, às 14:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Glauca Signorelli de Queiroz Gonçalves, Professor(a) do Magistério Superior**, em 17/03/2026, às 15:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **José Carlos Souza Araujo, Usuário Externo**, em 17/03/2026, às 16:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **7089851** e o código CRC **0AB0D558**.

BANCA EXAMINADORA

PROF^a DRA. BETÂNIA DE OLIVEIRA LATERZA RIBEIRO

Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

Professora Orientadora do Trabalho

PROF^a DRA GLAUCIA SIGNORELLI DE QUEIROZ GONÇALVES

Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

Membro da Banca

PROF. DR. JOSÉ CARLOS SOUZA ARAÚJO

Universidade de Uberaba (UNIUBE)

Membro da Banca

AGRADECIMENTOS

Agradecer é deixar todo amor sair do coração e transbordar em palavras... Palavras estas ainda assim insuficientes para expressar a imensa gratidão que sentimos.

Agradeço primeiramente a Deus na pessoa de Sua Trindade... Deus Vivo em meu coração. Aquele que me deu a vida e sempre conduziu meus passos para que chegasse a este momento tão especial em minha existência.

Agradeço ao meu Pai Abadio Gomes da Silva, hoje em outro plano. Minha maior e eterna inspiração de vida e estudo. Mestre autodidata que pelas mãos de pedreiro construiu em meu coração a certeza de que a Educação é capaz de transformar vidas. Transformou as nossas vidas.

Estendo meus agradecimentos aos meus familiares, em especial à minha filha Emileny Silva Moura, maior incentivadora, e aos demais que mesmo sem tantas vezes compreenderem os momentos de luta e dificuldades pelos quais eu estava passando nesta trajetória, continuaram acreditando em mim e apoiando meu sonho de concluir o Mestrado.

Em especial, agradeço à Professora Doutora Betânia Laterza de Oliveira Ribeiro, Orientadora incansável deste trabalho, cujas orientações e generosidade foram preciosas para que juntas, chegássemos a este momento.

Aos meus queridos professores do Curso de Mestrado Profissional em Educação, Mestres com grande conhecimento e sabedoria que acolheram nossos sonhos e caminharam conosco lado a lado.

Aos Professores Doutores Armindo Quillici Neto - Universidade Federal de Uberlândia (UFU); José Carlos Souza Araújo - Universidade de Uberaba (Uberaba); Lucia Helena Moreira de Medeiros - Universidade Federal de Uberlândia (UFU) que comporam Banca de Qualificação, cujas orientações foram fundamentais para a consolidação deste trabalho.

Aos queridos Prof^a. Dra Glaucia Signorelli de Queiroz Gonçalves - Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e Prof. Dr. José Carlos Souza Araújo - Universidade de Uberaba (UNIUBE), que tão gentis e generosamente, aceitaram o convite para comporem a Banca de Defesa, momento tão importante na minha formação acadêmica. Minha eterna gratidão e reconhecimento.

Aos profissionais da secretaria do PPGPEDU - Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia pelo zelo, carinho e tempestividade em atender às nossas demandas.

Aos meus amados colegas de turma na jornada do Mestrado Profissional em Educação pelos momentos de parceria, amizade e respeito. Estarão sempre em meu coração!

À Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais e à Superintendência Regional de Ensino de Ituiutaba pelo apoio e autorização para o desenvolvimento deste trabalho.

À Escola Estadual Dr. Fernando Alexandre, instituição objeto deste estudo, pelo acolhimento e desenvolvimento do trabalho. Que a semente plantada frutifique e contribua com a valorização da escola e de toda a comunidade escolar.

Agradeço imensa e especialmente aos meus companheiros de trabalho e profissão Professor Iago de Paula Barbosa e Maria Angélica da Silva, pelo apoio incondicional em todos os momentos. Ambos são inspiração de vida, dedicação e estudo, fundamentais na concretização deste momento crucial em minha vida acadêmica. Gratidão sempre!

Agradeço a todos e todas que de algum modo contribuíram para a materialização deste trabalho de Dissertação e construção do Produto Educacional para o Mestrado Profissional em Educação. Juntos, vencemos mais esta etapa! Deus cuidando de tudo e de todos nós sempre.

DEDICATÓRIA

“Eu não estou aqui”.

O que ficaram de mim são as marcas de tudo que construí.

(Mário Quintana, adaptado por Márcia Helena da Silva para o epitáfio de seu pai.)

Dedico este trabalho ao meu pai Abadio Gomes da Silva (*in memoriam*),
popularmente conhecido por Senhor “Badiinho”.

Homem honrado, autodidata, pedreiro de profissão que pelas mãos calejadas,
gastas pelo cimento, cujas digitais o trabalho apagou... Construiu o sonho de
tantos...

Fazendas, casas, edifícios, igrejas, santuários, praças, ESCOLAS...

Pela necessidade do trabalho na roça junto aos pais, não concluiu a 2ª série
primária, sonho desfeito na infância, motivo de lamentação por toda a vida.

Mas construiu em mim, dentro do meu coração a certeza de que a ESCOLA e,
somente a ESCOLA, transforma vidas!

Companheiro em todos os momentos...

Levou-me à escola aos sete anos de vida, em meu primeiro dia de aula, ensinando-
me que o percurso seria longo e contínuo.

Participou em todos os momentos da minha vida escolar.

Acompanhou, exigiu, vibrou, celebrou, contratou “retratista” para fotografar grandes
momentos...

As apresentações na escola; os desfiles de 07 de setembro; os concursos de
poesia; as entregas de Diploma de Honra ao Mérito no final de cada ano; os bailes
de formatura...

E quando cheguei ao Ensino Superior, por vezes, à noite, cuidou dos meus dois
filhos para que pudesse estudar.

É a este HOMEM à frente do seu tempo, incansável em suas lutas e fielmente crente
no valor da Educação que dedico esta vitória.

Meu Pai. Fortaleza e inspiração da minha vida.

RESUMO

O estudo, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação (Mestrado Profissional) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) tem como **tema** a análise das contradições históricas entre o desenvolvimento econômico e a precariedade educacional em Ituiutaba (MG), entre 1965 e 1982, com foco nas singularidades do **Grupo Escolar Dr. Fernando Alexandre, situado em Ituiutaba, Minas Gerais**. A pesquisa surgiu da necessidade de compreender como que em um contexto de prosperidade — quando o município era conhecido como “Capital do Arroz” —, persistiam altos índices de analfabetismo e escolas públicas em condições precárias. Questionamos como a ascensão econômica e política da cidade pôde coexistir com a criação de uma instituição escolar construída com estruturas metálicas provisórias, representando a desigualdade social da época. O **objetivo geral** é analisar especificidades que envolveram a criação e consolidação do Grupo Escolar Dr. Fernando Alexandre, investigando as **motivações políticas, sociais e educacionais** que orientaram sua fundação, as singularidades do cotidiano escolar desta escola, popularmente conhecida como “A escola de Lata” e seus efeitos na alfabetização das classes trabalhadoras. Os **objetivos específicos**, são compreender as contradições entre o discurso modernizador do regime militar e a realidade escolar; preservar a memória da instituição; examinar a materialização das políticas educacionais, como o acordo MEC-USAID e a campanha das “escolas de lata”. A **metodologia** adota abordagem qualitativa, com análise documental (atas, fotografias, documentos específicos dos arquivos da instituição, registros) e referencial crítico-dialético, articulando políticas nacionais e o cotidiano escolar. Os **resultados** apontam que apesar da aparente democratização educacional, o crescimento econômico não representou avanços significativos, revelando como a lógica autoritária do regime e os investimentos insuficientes perpetuaram desigualdades e precariedade no ensino público.

Palavras-chave: História da Educação. Escola Estadual Doutor Fernando Alexandre. Singularidades. Escola de Lata. Museu Escolar.

ABSTRACT

This study, linked to the Graduate Program in Education (Professional Master's) at the Federal University of Uberlândia (UFU), focuses on analyzing the historical contradictions between economic development and educational precariousness in Ituiutaba (MG), from 1965 to 1975, emphasizing the particularities of the Dr. Fernando Alexandre Primary School, located in Ituiutaba, Minas Gerais. The research emerged from the need to understand how, in a context of prosperity—when the municipality was known as the “Rice Capital”—high rates of illiteracy and poor conditions in public schools persisted. We question how the city's economic and political rise could coexist with the establishment of a school built with temporary metal structures, symbolizing the social inequalities of that period. The general objective is to analyze the specific circumstances surrounding the creation and consolidation of the Dr. Fernando Alexandre Primary School, investigating the political, social, and educational motivations that guided its foundation and its effects on the literacy of the working classes. The specific objectives are to understand the contradictions between the military regime's modernizing discourse and the actual school conditions; to preserve the institution's historical memory; and to examine how educational policies, such as the MEC-USAID agreement and the “metal schools” campaign, were materialized. The methodology adopts a qualitative approach, using documentary analysis (minutes, photographs, records) and a critical-dialectical framework that connects national educational policies to the school's daily life. The results indicate that, despite the apparent educational democratization, economic growth did not lead to significant advances, revealing how the regime's authoritarian logic and insufficient investments perpetuated inequality and precariousness in public education.

Keywords: History of Education. Dr. Fernando Alexandre State School. Singularities. Tin School; School Museum.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Escolarização de pessoas com mais de 5 anos de idade — Ituiutaba, 1950	40
Tabela 2 - Número de habitantes por etnia no Arraial de São José do Tijuco	52
Tabela 3 - Expansão do letramento no Arraial do Tijuco em 1872	60
Tabela 4 - População Rural e Urbana do Município de Ituiutaba	69
Tabela 5 - Número de professores na Escola Estadual Dr. Fernando Alexandre de 1972-1975	98
Tabela 6 - Distinção das receitas originadas da comunidade por categoria	121
Tabela 7 - Receita e suas origens do ano de 1979	122

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI – Ato Institucional

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CARRPE: Campanha de Reparos e Restauração dos Prédios Escolares

CFE – Conselho Federal de Educação

CODI – Centro de Operações de Defesa Interna

DOI – Departamento de Operações de Informações

FTD - Frère Théophane Durand

HEM – Habilitação Específica para o Magistério

INAE – Instituto Nacional de Alimentação Escolar

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional

MEC - Ministério da Educação e Cultura

NCr – Cruzados Novos

PIB – Produto Interno Bruto

PLIDEF - Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental

PRONAN – Programa Nacional de Alimentação e Nutrição

PSD- Partido Nacional Democrata

PTB- Partido Trabalhista Brasileiro

UDN- União Democrática Nacional

USAID – United States Agency for International Development (Agência dos estados Unidos para o desenvolvimento Internacional)

S/A _ Sociedade Anônima

SNI – Serviço Nacional de Informação

PNLD – Programa Nacional do Livro Didático

LISTA DE FIGURAS

<i>Figura 1 - Primeiro grupo escolar privado da antiga Vila Platina, atual Ituiutaba, fundado pelo professor Benedito Chagas Leite. Foto: CEPDOMP (Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Pontal), Uberlândia, Minas Gerais.....</i>	30
<i>Figura 2 - Capa do mapa de população do distrito de São José do Tejuco. 1840.....</i>	36
<i>Figura 3 - Capa do senso de 1840</i>	37
<i>Figura 4 - Recenseamento realizado em São José do Tejuco no ano de 1835.....</i>	53
<i>Figura 5 - Mapa do Triângulo Mineiro, incluindo o Arraial de São José do Tijuco (Ituiutaba).....</i>	54
<i>Figura 6 - Recorte do mapa de população indicando no fogo número 48 o professor de primeiras letras Joaquim Ferreira e seu escravizado</i>	55
<i>Figura 7 - Carta feita por um morador do Arraial de São José do Tijuco.....</i>	59
<i>Figura 8 - Foto de 1923, da “Escola do Laurindo” pela imagem podemos perceber a existência de turmas mistas, com meninos e meninas e no canto direito se encontra o então diretor que dá nome a escola: Laurindo.....</i>	64
<i>Figura 9 - Escolas de Lata em Brás Pires, Ubá e Itaverava.....</i>	77
<i>Figura 10 - Foto dos fundos do Grupo Escolar Dr. Fernando Alexandre 1965.....</i>	77
<i>Figura 11 - Secretaria da Grupo Escolar Dr. Fernando Alexandre em 1977</i>	84
<i>Figura 12 - Quadro de Frequência do livro de ponto dos servidores da Escola Estadual Dr. Fernando Alexandre 1972</i>	100
<i>Figura 13 - Notas fiscais constantes na pasta de prestação de contas da Caixa Escolar Dr. Fernando Alexandre (ano 79-80) indiciando um possível aumento no quantitativo de estudantes</i>	106
<i>Figura 14 - Trecho da imprensa local noticiando inaugurações de grupos escolares em Ituiutaba pelo governador Magalhães Pinto</i>	109
<i>Figura 15 - Citação do nome da professora Cleuza Chaves de Macedo em uma coluna social em um jornal local</i>	111
<i>Figura 16 - Subscrição de sócios do Matadouro Industrial de Ituiutaba S/A, mostrando a inserção da família de Cleuza chaves na elite econômica Ituiutabana</i>	112
<i>Figura 17 - Documentos do parecer do Conselho Fiscal anexos a pasta de prestação de contas da Caixa Escolar Dr Fernando Alexandre 1978, indicando a participação</i>	

de Cleuza Chaves de Macedo como membro do Conselho Fiscal no segmento membro da sociedade.....	113
Figura 18 Demonstrativo Fiscal anexo a pasta de prestação de contas indicando a origem dos recursos estatais da Escola Estadual Dr. Fernando Alexandre 1982...	116
Figura 19 Demonstrativo Fiscal anexo a pasta de prestação de contas indicando a origem dos recursos oriundos da comunidade da Escola Estadual Dr. Fernando Alexandre 1982.....	117
Figura 20 Demonstrativo Fiscal anexo a pasta de prestação de contas indicando as despesas da Escola Estadual Dr. Fernando Alexandre 1982.....	118
Figura 21 Recursos do INAE (Campanha Nacional da Merenda Escolar) direcionados ao Caixa Escolar Dr. Fernando Alexandre 1982	119
Figura 22 - Cartilha Casinha Feliz, o material norteador das práticas alfabetizadoras da Escola Estadual Dr. Fernando Alexandre.....	126
Figura 23 Nota fiscal anexa a prestação de contas da Caixa Escolar Dr. Fernando Alexandre 1979, referente a aquisição de material pedagógico.....	127
Figura 24 Página da Cartilha de alfabetização Teleco Miloca e Popoca.....	133
Figura 25 - Nota fiscal demonstrando a política assistencialista de compra de tecido para a confecção de uniformes pela Escola Estadual Dr. Fernando Alexandre	140
Figura 26 - Foto do local destinado ao Museu Escolar Interativo	155
Figura 27 - Máquina de datilografar utilizada na secretaria escolar	160
Figura 28 Aparelho de telefax utilizado na secretaria escolar	161
Figura 29 - Obras pedagógicas – Ano de 1969	161
Figura 30 - Livro didático – 1971	162
Figura 31 - Documentos de reforma do Ensino – 1971/1972.....	162
Figura 32 Acervo Literário – 1957 a 1969.....	163
Figura 33 - Quadro de funcionários efetivos 1972-1975	163
Figura 34 Folhas de Quadro de funcionários efetivos.....	164
Figura 35 - Folhas de Quadro de funcionários efetivos. 1972.....	164
Figura 36 - Atividades de Alfabetização – Ex- estudante (1972).....	165
Figura 37 - Atividades de Alfabetização e Matemática– Ex- estudante (1975).....	166
Figura 38 - Página do Caderno de ex-estudante – Evidências do material utilizado para a reprodução da atividade (mimeógrafo e stêncil/carbono).....	166
Figura 39 - Atividade de alfabetização – Evidências do método de alfabetização...	167

Figura 40 - Troféus de campeonatos disputados pelos estudantes da escola 167

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 INSTITUIÇÃO ESCOLAR COMO OBJETO DE ESTUDO: CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA.....	21
1.1 Contextualização metodológica da pesquisa	22
1.2 Ituiutaba-MG: levantamento de pesquisas na área de história das instituições escolares.	28
1.3 Discussão teórico metodológicas e fontes	38
2 O PROCESSO EDUCACIONAL EM ITUIUTABA: CONCEPÇÕES POLÍTICAS, CULTURAIS E ÉTNICAS.....	48
2.1 Ocupação do território de Ituiutaba e diretrizes educacionais pioneiras	49
2.2 A Educação no Triângulo Mineiro no final do século XIX e a criação dos primeiros grupos escolares em Ituiutaba/MG.....	59
2.3 Contradição entre modernização econômica e analfabetismo em Ituiutaba/MG ...	65
3 SINGULARIDADES DA ESCOLA ESTADUAL DR. FERNANDO ALEXANDRE	78
3.1 A formação docente e o cenário educacional dos profissionais da Escola Estadual Dr. Fernando Alexandre de sua gênese até a década de 80.....	82
3.2 Aspectos financeiros da escola estadual dr fernando alexandre nas décadas de 1970-80.....	101
3.3 O cotidiano escolar pedagógico: Método de Alfabetização Cartilha Casinha Feliz	125
3.4 Padronização educacional e assistencialismo: o uso do uniforme escolar na Escola Estadual Dr. Fernando Alexandre.	135
CONSIDERAÇÕES FINAIS	142
PRODUTO EDUCACIONAL.....	149
REFERÊNCIAS.....	167

INTRODUÇÃO

A escola é um lugar de aprender e ensinar, onde as histórias de vida se constroem, pessoas interagem e trocam vivências. Antes de adentrar o universo da pesquisa em instituições escolares, senti a necessidade de voltar um pouquinho no tempo e relembrar fragmentos da minha trajetória escolar, do meu caminhar pelos meandros de uma escola pública onde cursei toda a Educação Básica. Neste contexto, quero traduzir a minha relação com a escola, objeto deste estudo, proponho exercitar a reflexão e memórias que apontam para o percurso histórico da escola, buscando reforçar a importância desta instituição escolar, pelos espaços desse ambiente que fizeram parte de minha infância, adolescência, da construção da minha história de vida.

Recém-chegada a uma pequena cidade no interior de Minas Gerais, Perdizes, localizada no Alto Paranaíba, aos sete anos de idade, vinda da zona rural, mudança esta motivada pelo desejo de meu pai de que eu, a filha primogênita pudesse estudar. Homem honrado, autodidata, que não chegou a concluir a segunda série primária, pedreiro de profissão que nos momentos de descanso, lia bulas de remédios quando não tinha outra leitura a fazer, plantou em meu coração a certeza de que a escola e, somente a escola, seria capaz de transformar nossas vidas. Hoje, consciente que sou do valor da educação, sinto-me convicta de que foi ele, meu pai Abadio Gomes da Silva (*in memoriam*), o maior incentivador da minha vida escolar.

Iniciei os estudos na única escola em atividade à época, pertencente a rede estadual de ensino onde as crianças cursavam o 1º grau (1ª a 4ª série) e seguíamos nossa trajetória escolar quando concluíamos o 1º e 2º Graus. No 2º Grau, cursei o 1º Ano Científico e três anos de Magistério, sonhado desde a infância, cujo objetivo seria tornar-me Professora. Relembrando ainda as emoções vivenciadas, recordo-me que para uma pequena menina da zona rural, o prédio escolar verde e branco, situado numa pequena praça recoberta com flores e altos coqueiros, aos meus olhos tão grande e imponente, parecia um gigante com braços abertos esperando para receber-me. Um misto de medo, angústia, expectativa e incertezas tomou conta do meu pequeno e inocente ser. À entrada, um portão largo entreaberto, em cuja fresta encontrava-se o porteiro que gentilmente, cumprimentou a mim e a meu pai, este companheiro em todos os

momentos, que naquele primeiro dia de aula, ensinou-me o trajeto de casa para a escola e da escola para casa, o qual percorri sozinha por anos sem ousar trilhar um novo caminho.

Adentrando a escola, uma enorme escada horizontal que dava acesso frontal à secretaria e nas laterais aos dois blocos superiores que compunham a escola. À direita a Biblioteca e ao lado desta, à esquerda, uma única sala do Pré-escolar, a sala mais enfeitada e colorida da escola. A professora sempre sorridente à porta esperando as crianças chegarem e estas sempre em companhia dos pais que as entregavam à professora. Era possível ver que era uma sala de aula diferente, com mesinhas de quatro cadeiras em cada, onde as crianças sentavam-se próximas umas das outras e conversavam alegremente. Por vezes questionei-me o porquê de nunca ter estado naquela sala de aula até descobrir que o Pré-escolar, popularmente chamado pelos pais de Pré-de-seis (referência aos 6 anos de idade), era para todas as crianças, desde que os pais tivessem condições de investir na educação infantil, e deste modo, levar as crianças mais cedo para a escola.

Ainda caminhando pela escola, ao lado da “salinha dos sonhos” havia uma grande escada que levava a quatro salas de aula de um lado, com um pátio ao centro e outro corredor com mais quatro salas de aula, umas de frente as outras; e ao fundo uma pequena Biblioteca entre os dois banheiros dos estudantes. Na Biblioteca, duas grandes coleções de livros sendo chamadas Enciclopédias Barsa, as quais, anos depois, eu passava horas a fio lendo e pesquisando as tarefas que os professores passavam. A última sala à direita era a minha classe... As salas de aula com carteiras organizadas em longas fileiras (eram cinco); à frente, a mesa da professora; as grandes janelas e um quadro-verde no qual eu sonhava escrever... O qual eu reproduzia em casa na mureta da área de serviço, onde escrevia com carvão reproduzindo a aula lecionada pela professora... Naquele mundinho novo, cheio de novidades, eu era a professorinha. Encantamento que se transformou em sonho. Sonho que se transformou em desejo e desejo que se tornou a minha profissão. O dia mais feliz era aquele em que a professora fazia a leitura na cartilha. Fiz três amiguinhos com os quais aprendi a ler, escrever e com estes, viajava na imaginação. Miloca, Teleco e Popoca¹, personagens vivos dentro da cartilha compartilhada na

¹ CARTILHA DE ALFABETIZAÇÃO 2ª PARTE, FAMÍLIAS SILÁBICAS, IMPRIMIR. Disponível em: URL. <https://misturadealegria.blogspot.com/2016/05/cartilha-de-alfabetizacao-2-parte.html> Acesso

em: 04 de agosto de 2025

classe, hoje sala de aula, com outros dois colegas, pois não havia cartilhas para todos nós.

E foi na sala de aula que me encantei pela escola... Onde aprendi as primeiras letras... Onde viajei na cartilha e descobri quem eu seria na vida. Seria Professora!!

Recordo-me com saudade das nossas brincadeiras no período do recreio e do cheiro da canjiquinha com couve. Gostava de subir as escadas, onde às vezes sentava-me no último degrau e avistava ao longo a estrada por onde carros transitavam saindo e adentrando à cidade. Ficava imaginado se algum dia eu passaria por aquela estrada e onde ela poderia me levar.

O handebol era o esporte que imperava nas aulas de Educação Física, mas também havia espaço para o voleibol, basquetebol, futebol, entre outros. No entanto, apesar de jogar handebol, meu esporte preferido eram as acrobacias para as apresentações no Desfile Cívico-Militar de 7 de setembro. Era como “baliza” que eu me realizava, fosse com bambolês ou desfilando com a faixa de abertura do desfile, lá estava meu pai junto ao “retratista” contratado para registrar o momento. Nossos exercícios preparatórios eram rigorosos, com corridas ao redor da praça e muitas flexões, polichinelos, abdominais e acrobacias que encantavam aqueles que prestigiavam o desfile de 7 de setembro realizado todos os anos.

Contudo, foi por meio das cartilhas que descobri as letras e poemas. Nos momentos de Hora Cívica, eu sempre era responsável pela declamação de poesias. Esse encantamento pela Educação e o incentivo do meu pai para a leitura, despertaram em mim o desejo de ser Professora. Desde os 14 anos de idade, iniciei minha trajetória na Educação atuando como monitora nas turmas da 1ª a 5ª série, tomando leitura, tabuada e auxiliando as professoras regentes.

Nascida em 1973, hoje aos 52 anos de idade, um filme passa pela mente ao relembrar minha trajetória profissional, brevemente relatada. A partir dos 17 anos de idade, comecei a atuar em uma pequena escola particular como professora da Educação Infantil e a partir de então, com a conclusão do Magistério, a atuar como professora do Ensino Fundamental Anos Iniciais; com a Graduação em Licenciatura Plena em Letras (2001), passei a atuar no Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio, sempre concomitante a cargos na gestão escolar (Coordenação, Vice direção

e Direção Escolar). Com o objetivo de ampliar os conhecimentos, realizei cursos de Pós-Graduação em Supervisão Escolar e Especialização em Psicopedagogia. Cursar o Mestrado tornou-se um sonho na minha trajetória acadêmica.

Em 2004, aquela estrada avistada em outrora, trouxe-me a trabalho, ao Triângulo Mineiro, Ituiutaba/MG, um novo horizonte a trilhar na Educação tujucana. Uma cidade nova, novos olhares, novas concepções de Educação. Atuando na rede privada e também na rede estadual de ensino, fui inserida neste contexto, quando por vezes ouvia histórias emocionantes sobre a “Escola de Lata”. Senti-me fortemente aguçada a pesquisar a E. E. Dr. Fernando Alexandre para melhor compreensão das singularidades e o cotidiano desta escola no período de sua fundação, adquirir conhecimento da origem desta instituição popularmente conhecida como “a Escola de lata”, mas que de lata não possui mais nada; como ocorreu sua fundação e quem é “Fernando Alexandre”, nome tão comum em Ituiutaba e ao mesmo tempo, poucas informações sobre quem realmente foi essa pessoa; como se deu o desenvolvimento da escola; quem eram os professores da escola à época; como realizada a manutenção da escola; métodos curriculares; qual a importância desta escola para a comunidade local.

O presente estudo, desenvolvido no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação (Mestrado Profissional) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), tem como foco central a análise das contradições históricas entre o desenvolvimento econômico e a precariedade educacional no município de Ituiutaba, Minas Gerais, no período compreendido entre 1965 e 1982. A pesquisa concentra-se nas singularidades do Grupo Escolar Dr. Fernando Alexandre, atualmente Escola Estadual Dr. Fernando Alexandre, popularmente conhecida como “a Escola de Lata”, instituição que se tornou um marco na história da educação local. A escolha desse objeto de estudo decorre do interesse em compreender as relações entre crescimento econômico, políticas educacionais e desigualdade social em um contexto de profundas transformações políticas e econômicas no Brasil.

A investigação surgiu da necessidade de entender como, em um cenário de prosperidade — quando Ituiutaba era reconhecida como a “Capital do Arroz” —, persistiam altos índices de analfabetismo e condições precárias nas escolas públicas. O contraste entre a ascensão econômica e política do município e as singularidades na realidade das instituições escolares levanta questionamentos sobre a natureza do

desenvolvimento local e suas implicações sociais. Nesse sentido, indaga-se como foi possível que uma cidade em franco crescimento tenha implantado uma escola construída com estruturas metálicas provisórias, as chamadas “escolas de lata”, expressão simbólica das contradições e desigualdades que marcaram aquele período.

O objetivo geral da pesquisa é analisar as especificidades envolvidas na criação e consolidação da Escola Estadual Dr. Fernando Alexandre, buscando compreender as motivações políticas, sociais e educacionais que orientaram sua fundação e seus impactos na alfabetização das classes trabalhadoras. Entre os objetivos específicos, destacam-se: investigar as contradições entre o discurso modernizador do regime militar e a realidade vivida nas escolas; contribuir para a preservação da memória institucional; e examinar como políticas nacionais — como o acordo MEC-USAID e a campanha das “escolas de lata” — como foram implementadas e ressignificadas no contexto local.

A metodologia adotada segue uma abordagem qualitativa, fundamentada na análise documental de fontes históricas, como atas, fotografias, registros escolares e documentos institucionais. O estudo utiliza ainda um referencial crítico-dialético, articulando as dimensões macro das políticas educacionais nacionais e estaduais às dimensões micro do cotidiano escolar e das memórias de seus sujeitos.

Os resultados preliminares evidenciam que, apesar do discurso de modernização e democratização da educação, o crescimento econômico da cidade não se traduziu em avanços significativos para o ensino público. Pelo contrário, observou-se que a lógica autoritária do regime militar, associada à insuficiência de investimentos e à priorização de interesses políticos e econômicos, contribuiu para perpetuar a precariedade estrutural e as desigualdades sociais no campo educacional. O estudo, portanto, reafirma a importância de compreender a história das instituições escolares como parte essencial da crítica às políticas educacionais brasileiras e da valorização da memória coletiva.

Entendemos que uma instituição escolar está inserida em um contexto macro, que abrange fatores regionais e locais, como políticas educacionais municipais, distribuição demográfica e o caráter econômico da cidade entre 1965 e 1982. Ressaltamos que uma escola também é fruto de macropolíticas educacionais, refletindo as propostas político-pedagógicas de um determinado período histórico,

como a ditadura civil-militar instaurada em 1964, e suas demandas dentro de um quadro histórico de polarização política global e de estabelecimento do Brasil como uma área periférica do capitalismo, sob a influência dos Estados Unidos da América.

1 INSTITUIÇÃO ESCOLAR COMO OBJETO DE ESTUDO: CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA.

Oceano

*Em tempos de mudança e luta
Em tempos de sonhos digitais e desilusões reais
Em tempos de silêncio e escuta
Das palavras ditas, impensadas...
Há que se agradecer a brisa leve
Que passa e traz a esperança.
Há que se agradecer a Força Superior
Que em nós alimenta o amor.
Há que se agradecer
Aqueles que ao longe apenas viram o barco atracar;
Aqueles que da margem, almejam embarcar;
Aqueles que da proa, traçaram o caminho a navegar.
Aqueles que tiraram a água do convés
Impedindo o barco de naufragar.
Aqueles que impulsionaram o barco
E remaram com a força do mar.
Principalmente, há que se agradecer aos tripulantes
Que preferiram apreciar as gaivotas a voar.
Estes não se encorajaram o suficiente
Para descobrir a grandeza de navegar.
Mas tornaram-se a força propulsora
Que nos moveu para as tempestades enfrentar.
Ah... Que bom seria se a escola fosse esse barco...
Se esse barco fosse a Escola...
Ah... Que ledor engano...
A Escola é o próprio Oceano!*

Márcia Helena da Silva

Silva, Márcia H. Da, 2020

Compreendemos a história das instituições escolares no Brasil a partir da perspectiva de Sanfelice². Tal autor nos apresenta um histórico das iniciativas de atuações bibliográficas e científicas que se propuseram a estudar a temática das instituições escolares e a forma que o autor considera como metodologicamente pertinente quando se trata deste tema.

Segundo o autor, o estudo das instituições escolares deve levar em consideração uma perspectiva histórico crítica³. Essa abordagem pressupõe que as instituições escolares foram construídas ao longo do tempo e estão inseridas num contexto social mais amplo. Para o autor a escola deve ser percebida não como algo isolado da sociedade e do tempo no qual ela está inserida, mas em um contexto social amplo. Essa análise deve ter como base a compreensão das unidades escolares, suas políticas e práticas educacionais.

Mediante esta abordagem metodológica, amparados na visão de Sanfelice, compreendemos a instituição escolar como um espaço histórico, que ao mesmo tempo em que reflete, contribui para reproduzir as contradições presentes na sociedade capitalista, manifestando, ao mesmo tempo, as tensões entre dominação e resistência, inclusão e exclusão, democratização e controle social. Levando-se em consideração que as relações entre classes sociais distintas se fazem por meio de uma relação dialética, segundo E. P Thompson⁴ a elite tenta impor padrões culturais (como valores morais, religiosos ou educativos), mas as classes trabalhadoras os **reinterpretam**, resistem e também **influenciam** a cultura dominante.

1.1 Contextualização metodológica da pesquisa

A escola é um espaço destacado destas reinterpretações e de resistências dialogadas entre valores de classes sociais distintas, mesmo que dentro de um modelo de sociedade baseada na perspectiva liberal, os mecanismos de controle da

² SANFELICE, José Luis. História de Instituições Escolares. **Quaestio-Revista de Estudos em Educação**, v. 4, n. 1, 2002.

³ Idem p 50

⁴ *A formação da classe operária inglesa* (1963)

elite dominante sejam muito mais vastos do que dos dominados. Porém, é salutar reforçar que esta dominação não ocorre de forma passiva, mas ela é constantemente contestada e reinventada ao mesmo tempo que imposta. Ter este cuidado ao tratarmos de relações sociais no espaço educacional nos permite ver os agentes dominados também como sujeitos históricos, e não como meros artifícios de macroestruturas onde estão totalmente submersos e não têm em si a capacidade de ação prática, por mais que limitada por estas mesmas estruturas de poder.

Assim, amparados na sociologia de Pierre Bourdieu, vemos também o espaço escolar, não um reprodutor neutro de conhecimentos acumulados por uma determinada sociedade, mas o compreendemos como uma instituição central de reprodução de desigualdades sociais e do ideário de uma elite dominante, quando em uma sociedade excludente e de classes. Tornando percepções e visões de mundo de uma determinada classe dominante em imposições as classes dominadas como legítimos e universais⁵.

Destaca-se que apesar de se considerar válida esta perspectiva crítica da ação pedagógica em Burdieu, destacamos, amparados em Saviani, que esta visão é esterilizante, pois desconsidera o caráter transformador que a educação pode ter. No entanto, é importante perceber que dentro de uma sociedade excludente, onde grandes segmentos da sociedade são excluídos ou incluídos em áreas periféricas desta mesma sociedade, o ambiente educacional torna-se um ambiente de luta por hegemonias e um espaço de reprodução de valores de uma elite dominante.

No que diz respeito a escala de análise de nossa abordagem histórica, compreendemos que um olhar sobre o objeto que nos propomos a analisar deve levar em perspectiva aspectos macro, meso e micro históricos.

Considerando que uma instituição escolar pública é fruto de ações políticas, econômicas e sociais, tanto nacionais, como estaduais e locais, compreender as estruturas educacionais se faz necessário para que uma parte relevante das nuances que atravessam essa instituição não se perca em pormenoridades

⁵ BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Editora Vozes, 2023.

descontextualizadas, ou a ação subjetiva dos agentes históricos funcione meramente como ilustração de perspectiva macro históricas.

No macro como propõe Jaques Revel, se percebe o funcionamento das estruturas, os sistemas e as continuidades de longa duração, mas tende a abstrair os sujeitos e suas ações concretas⁶.

De tal forma a perspectiva local e regional revela as experiências, as práticas e as estratégias dos indivíduos, mas, se usado de forma isolada, corre o risco de perder de vista as determinações sociais e históricas mais amplas. De forma que dialogar de forma profícua estas duas nuances de observação nos permite uma compreensão mais ampla do objeto ao qual nos propomos a analisar.

Assim, busca-se estudar a árvore ao mesmo tempo em que se compreende também a floresta, percebendo que nenhuma instituição se faz isoladamente, como uma cultura própria e descontextualizada do espaço histórico, geográfico e social onde está inserida. Ao mesmo tempo em que se deve compreender que esta unidade escolar não deve ser em si, um mero espelho de normativas legais, vontades externas ou imposições verticais, mas também um espaço construindo por sujeitos, que têm vontades, vidas, capacidade de ação mesmo que limitadas por estruturas que o antecedem. Compreender a relação entre estas duas escalas de observação, permite-nos enriquecer a história desta mesma instituição escolar, sem simplificá-la ou inseri-la em um contexto do qual ela não faz parte.

1.1 Fundamentação teórica: uma abordagem dialética da história das instituições escolares.

Tal abordagem se fundamenta em uma visão histórico e dialética que compreende a sociedade civil e conseqüentemente a instituição escolar que se apresenta como constructo desta sociedade:

“o conjunto de aparelhos, estruturas sociais, que buscam dar direção intelectual e moral à sociedade, o que determina a hegemonia

⁶ REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. **Revista brasileira de educação**, v. 15, n. 45, p. 434-444, 2010.

cultural e política de uma das classes sobre o conjunto da sociedade; e a sociedade política uma extensão da sedimentação ideológica promovida pela sociedade civil, que se expressa por meio dos aparelhos e atividades coercitivas do Estado, visando adequar as massas à ideologia e à economia dominantes. (Martins, 2008, p. 83⁷)

Essa perspectiva dialética se fundamenta na visão colocada pelo pensador marxista Antônio Gramsci, ao considerar o processo dialético não como mera lei abstrata, presentes nos quadros conceituais do Marxismo, mas como um processo histórico vivo que existe dentro das próprias relações sociais concretas.

Esta realidade na perspectiva Gramsciana é composta por contradições, que se apresentam nas relações entre dominantes e dominados, e por meio desta relação se estabelecem disputas hegemônicas que apresentam como arena principal a cultura, o Estado e também o ambiente escolar. A instituição escolar torna-se um campo de disputa na perspectiva de que são espaços privilegiados que norteiam a direção moral, cultural e intelectual de uma sociedade.⁸

Pensadores da educação, dentre estes Gramsci e Demerval Saviani, compreendem que apesar de em uma sociedade capitalista e excludente, a escola muitas vezes se manifestar como um legitimador do status quo, ela também pode ter um papel libertador dentro da perspectiva dialética.

Esse papel se dá quando a dialética se alia à práxis, que seria a unidade entre teoria e a prática transformadora. Deste modo, ao se debruçar sobre a história da educação e/ou sobre a formação histórica de uma determinada instituição escolar, deve-se ter em mente que a compreensão deste passado será em si uma forma de repensar as práticas presentes, de compreender alternativas contra hegemônicas dentro do campo da educação e também de preservar e valorizar a identidade da escola, bem como da comunidade escolar a qual está inserida.

⁸ GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere (Vol. 1): Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce**. Civilização Brasileira, 2023.

Para tal deve-se compreender que a instituição escolar ajuda a formar o consenso necessário tanto para manter, assim como para transformar a ordem social. E ainda na perspectiva de Gramsci, cabe destacar que o pesquisador em educação e o professor que se enquadram no que o pensador italiano chamaria de intelectual orgânico das classes trabalhadoras, buscará através do seu local social e da compreensão das lutas entre classes distintas por hegemonia, a escola é um fértil espaço transformador no caminho da formação de uma sociedade justa, comprometida com a consciência crítica.

Mas porque estudar uma instituição escolar? Nosella e Buffa ao se proporem estudar a metodologia e as motivações por trás dos motivos de se estudar uma instituição escolar, elencam as bases que devem nortear o pesquisador ao se lançar neste trabalho, e que norteou a presente abordagem metodológica do trabalho¹⁰.

Consideramos de extrema relevância o destaque com que Nosella e Buffa abordam as motivações e o impacto que o trabalho de se estudar a história de uma instituição escolar possui. Compreendemos que o estudo do passado não serve somente a um caráter anedótico, distante e fugaz de uma realidade presente, mas vemos na história uma resposta que recorre ao estudo de determinada realidade no tempo para que assim possamos responder perguntas, questionamentos que se fazem presentes na atualidade.

Dentre os tópicos que os autores destacam a respeito da importância do estudo da história das instituições escolares, cabe destacar os seguintes: Uma reflexão na esfera emocional e afetiva, que deu aos agentes que atuam na escola e à sua comunidade um arcabouço de reações emocionais afetivas que se respaldam em informações do passado da mesma escola, ao perceber seu caráter histórico e

¹⁰ NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. As pesquisas sobre instituições escolares: o método dialético marxista de investigação. **EccoS—Revista Científica**, v. 7, n. 2, p. 351-368, 2005.

sobretudo ao vê-la como resultado do constructo de uma determinada comunidade na qual cada membro da comunidade escolar é também um agente histórico.

O estudo dos aspectos históricos também possibilita um maior comprometimento destes agentes com o espaço escolar. Ao compreender o processo de gênese, de formação, de consolidação e as singularidades de uma unidade escolar, os agentes inseridos neste ambiente acabam por sentirem-se mantenedores de seus valores e de sua continuidade, e assim ampliam o próprio comprometimento para com o espaço escolar.

Nosella e Buffa também ressaltam que este olhar científico de instituições escolares amplia o conhecimento dos profissionais que atuam dentro do ambiente escolar sobre sua própria realidade. Esta perspectiva ancorada em uma visão onde o professor não é meramente um reproduzidor de conhecimento, mas um intelectual que não media esforços e produz saber próprio a partir da pesquisa e da análise crítica da realidade, leva-nos a compreender que a história e o estudo de própria realidade escolar são ferramentas extremamente válidas no momento de estabelecer maior compreensão crítica sobre sua prática e o local onde ela se executa.

Para além destes aspectos, os autores destacam o caráter pedagógico destes estudos, que ao serem inseridos dentro das práticas didáticas cotidianas, inclusive abrangendo o fazer diário dos estudantes, eleva o debate histórico destes sujeitos. Fazendo com que se percebam inseridos dentro de um contexto histórico e social, e não se vejam apenas como observadores distantes da realidade que se apresenta para eles por meio dos conteúdos desenvolvidos em sala de aula. Estes estudos históricos também podem servir de ancoragem para discussões, novas concepções e até mesmo de convite para o protagonismo no que tange a própria comunidade escolar onde a escola está inserida. Através do passado, de datas específicas, suas ressignificações e até mesmo de efemérides, compreendemos a importância de se preservar a escola, seus valores, sua cultura e suas práticas diante das lideranças regionais e locais, preservando assim a memória da instituição.

Posteriormente os autores se propõem a elaborar uma sugestão de construção e de metodologia da pesquisa, partindo inicialmente da escolha do objeto de análise. Ressalta-se aqui a percepção que Nosella e Buffa trazem sobre o caráter

de permanente constructo de uma instituição escolar. A instituição escolar, enquanto objeto de estudo, nunca está pronto mas está em constante construção.

Sanfelice também nos é uma referência indispensável, quando se trata do estudo das instituições escolares¹¹. Sanfelice apresenta a importância da pesquisa específica na área de história das instituições escolares, sobre o prisma de sua importância para a compreensão da própria história da educação no Brasil. Para o autor, este estudo contribui significativamente para se compreender as questões atuais da educação, recorrendo a outros campos do conhecimento, no intuito de estabelecer uma visão mais rica da instituição escolar. Assim na perspectiva do autor, áreas como a pedagogia, a sociologia, antropologia e ciências políticas se combinam para enriquecer uma análise crítica desta instituição demonstrando por meio do caráter micro, as nuances que fogem a observação macro no campo da educação.

É salutar destacar a ponderação que Sanfelice faz ao colocar que a história das instituições escolares não se limita a “história da escola”, mas sim a algo que vai muito além da cronologia de escolas ou edifícios¹², mas sim abranger uma visão ampla da instituição educacional na sociedade. Para o autor, o estudo de instituições escolares deve: Compreender a história desta instituição escolar num contexto amplo; incluir espaços físicos e sociais, organização, pedagogia, estruturas administrativas e legais, de modo a compreender que a história de uma instituição educacional específica se enquadra dentro de um macrocosmo de uma história da educação.

1.2 Ituiutaba-MG: levantamento de pesquisas na área de história das instituições escolares.

Quando se trata de pesquisas sobre instituições escolares no município de Ituiutaba e na região do Triângulo Mineiro, destacam-se algumas pesquisas que elencaremos a seguir, com o objetivo de contextualizar as ricas abordagens na

¹¹ SANFELICE, José Luís. História de Instituições Escolares. **Quaestio-Revista de Estudos em Educação**, v. 4, n. 1, 2002.

¹² Idem p. 55

educação do Pontal do Triangulo Mineiro e para que possamos inserir nossa pesquisa dentro de um quadro mais amplo de pensadores da educação regional e local.

Pacheco (2012) nos traz um olhar sobre uma das instituições escolares mais antigas da cidade de Ituiutaba que é o Colégio São José. Este colégio ligado a uma congregação religiosa é apresentado pela autora com um olhar que abrange desde seu funcionamento até a filosofia que a norteou.¹³ A autora inicia sua abordagem, analisando os conceitos filosóficos que deram margem a formação deste grupo escolar, partindo de uma crítica ao movimento ultramontano que defendia a centralidade da figura papal em um contexto de formação de Estados modernos laicos e como a criação de escolas religiosas foi um reflexo desta política de expansão da ideologia católica.

Em Ituiutaba esta iniciativa se dará com a chegada dos padres Estigmatinos na década de 1930. Neste momento a cidade contava com uma população de 36.000 habitantes e já possuía um colégio católico, fundado em 1939 pelas irmãs escalabrianas, buscando restabelecer a influência católica nos pós Proclamação da República.

¹³ PACHECO, Simone Beatriz Neves et al. " Colégio São José: gênese e funcionamento da escola dos estigmatinos em Ituiutaba-Mg (1940-1971). 2012.

Figura 1- Primeiro grupo escolar privado da antiga Vila Platina, atual Ituiutaba, fundado pelo professor Benedito Chagas Leite. Foto: CEPDOMP (Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Pontal), Uberlândia, Minas Gerais



Fonte: Arquivo da Fundação Cultural de Ituiutaba

É destacado no trabalho que o Colégio São José era inicialmente uma escola voltada para educação de jovens do sexo masculino, enquanto o Colégio Santa Teresa voltava-se para o público feminino. A partir de 1947, a instituição escolar passará a contar também com uma educação ginásial, e seu público como a autora destaca, serão filhos de membros da elite local. Sobre a prática docente da instituição, observa-se que inicialmente, os professores eram prioritariamente religiosos, mas gradualmente profissionais liberais e funcionários públicos locais também irão compor o quadro de docentes empregados na escola.

Consideramos esse trabalho relevante em nossa abordagem sobre a Escola Estadual Dr. Fernando Alexandre pelos seguintes motivos: Perceber as instituições escolares que foram contemporâneas à fundação da Escola Estadual Dr. Fernando Alexandre, nos auxilia na percepção dos conflitos sociais presentes no município, observando a resposta que a sociedade tijucana dava para um ensino voltado às elites em paralelo com o ensino ofertado às classes trabalhadoras.

Na perspectiva de obras que abordam instituições escolares, elencamos também o trabalho de Bezerra(2016) que aborda a história do grupo escolar Clóvis Salgado, também no município de Ituiutaba¹⁴. A escola Clovis Salgado guarda diversas semelhanças com a instituição escolar que buscamos analisar. Primeiro seu recorte temporal de fundação está próximo do período de fundação e consolidação da Escola Estadual Dr. Fernando Alexandre, além de que, diferente do colégio São José, trata-se de uma instituição de ensino público, que encontrava-se na região periférica da cidade no momento de sua criação.

Bezerra aborda em seu primeiro capítulo o contexto social e econômico do município no momento de implementação da escola. Neste ponto a autora considera relevante destacar o êxodo rural ocorrido no Brasil ao longo das décadas de 1940 e 1950 e seus reflexos no campo educacional, além da migração de nordestinos para o Triângulo Mineiro. Tais percepções nos são importantes dentro da pesquisa que nos propomos a realizar, por ser a Escola Estadual Dr. Fernando Alexandre uma resposta governamental aos mesmos fatores sociais e econômicos, destacando também suas próprias singularidades. Surge então a necessidade de *compreendermos: a Escola Estadual Dr. Fernando Alexandre atendeu ou não às demandas da época referentes ao analfabetismo ou se foi apenas resultado da massificação?*

No segundo capítulo Bezerra lança um olhar para aspectos nacionais e estaduais da política educacional brasileira. Inicialmente, nos debates sobre a educação pública versus privada no Brasil nas décadas de 1940 e 1960. Neste ponto, a autora nos traz documentos históricos produzidos por pensadores e intelectuais brasileiros no campo da educação, como o “Manifesto dos Educadores” que visava inserir-se no debate em defesa de uma educação pública, gratuita e de qualidade, grupos católicos e setores privados que através de um discurso liberal, ansiavam por investimentos de setores governamentais no ensino privado como resposta aos problemas sociais, econômicos e educacionais pelos quais o Brasil passava.

Por fim a autora aborda as práticas educacionais e o currículo dentro do grupo escolar Clovis Salgado, sobretudo aquelas que buscavam contribuir com a

¹⁴ BEZERRA, Luciene Teresinha de Souza et al. Da sombra da magnólia ao porvir do Grupo Escolar Governador Clóvis Salgado de 1956 a 1971. 2016.

erradicação do analfabetismo. Neste ponto a pesquisa recorre ao uso de documentação interna da escola, como livros didáticos usados na escola, e registros de práticas extra curriculares. Consideramos tal abordagem bastante fecunda a qual contribuiu com a fundamentação deste trabalho, considerando a escassez de fontes que revelem o cotidiano escolar, a prática de ensino e aprendizagem dentro do recorte estabelecidos.

Cabe ressaltar também o olhar que Bezerra faz acerca dos recursos para o funcionamento da escola, destacando suas origens – municipal, mesmo a instituição sendo estadual- e como isso refletiu no aspecto micro histórico e nas políticas públicas nacionais para a educação.

Abrangendo o mesmo recorte temporal da década de 1950 e 1960 também temos o trabalho de Fratari Neto(2009)¹⁵ que trata da formação do Educandário Espírita Ituiutabano. Esta escola traz peculiaridades que a distinguem da Escola Estadual Dr. Fernando Alexandre, primeiramente por ser o educandário fruto não da iniciativa estatal, mas ser resultado de uma instituição ligada ao espiritismo kardecista- UMEI- com boas relações políticas locais, que buscavam oferecer, diferentemente das demais escolas ligadas a uma determinada corrente religiosa na cidade, como o Colégio São José, ou o colégio Santa Teresa, uma educação gratuita e que se voltasse não para membros de uma elite local, mas suprisse as necessidades de estudantes oriundos da periferia, em condições sociais de vulnerabilidade.

Fratari Neto, busca também, recorrendo a biografia e ao pensamento intelectual de um dos dirigentes da escola, professor Paulo dos Santos, compreender a base filosófica que norteou a gênese do educandário. Destaca-se neste ponto a função

¹⁵ FRATTARI NETO, Nicola José et al. Educandário Espírita Ituiutabano: caminhos cruzados entre a ação inovadora e sua organização conservadora. Ituiutaba, Minas Gerais (1954-1973). 2009.

que Paulo dos Santos possuía acerca dos objetivos da educação, focada principalmente na formação de caráter moral dos estudantes.

Paulo dos Santos, estabeleceu, a partir dos recursos escassos fornecidos a escola, e à revelia de uma pouca oferta de professores, um currículo baseado nos princípios humanistas e na doutrina da caridade da doutrina espírita.

É relevante perceber a estratégia que Fratari Neto aborda para compreender o currículo escolar do Educandário Espírita, utilizando a biografia de um dos seus docentes. Observamos que diante da escassez de documentação e do apagamento que o próprio poder estatal realizou acerca dos registros documentais, cabe ao pesquisador usar formas diversificadas de compreender o cotidiano escolar.

O autor também usa das atividades extracurriculares como a fanfarra, teatros, esportes e piqueniques para também compreender as práticas rotineiras e cotidianos do educandário. Além de cursos que eram ofertados como o “curso de madureza” voltado para a educação de jovens e adultos, mostrando assim o público que era atendido pelo grupo escolar, reforçando seu aspecto econômico, etário e social.

Este trabalho se mostra como relevante dentro de nosso recorte, pois além de abranger o mesmo período histórico-político que nosso trabalho busca compreender, também abrange camadas periféricas e excluídas da sociedade e as formas pelas quais a cidade de Ituiutaba buscou suprir as mazelas educacionais recorrentes nesta camada, principalmente levando em consideração o contexto da expansão do ensino público e as disputas entre público e privado.

Durante a década de 1960, o município de Ituiutaba/MG, passou por diversas mudanças em sua composição econômica, social e política. A região, beneficiada ao longo da década de 1950 com o plantio de arroz e a instalação de várias empresas de beneficiamento de grãos, viu por parte de suas elites a necessidade de modernização, afastando-se dos parâmetros rurais que até então pautavam as políticas públicas municipais¹⁶. Empresas se estabeleceram no município, acompanhadas de uma migração tanto do campo para a cidade quanto de outras regiões do país, visando satisfazer as constantes demandas de mão de obra. Migrantes das regiões Norte e Nordeste migraram para o município nesse período, inicialmente empregados no meio

rural, mas gradualmente se inserindo no cenário urbano que constantemente buscava aproximar-se de um ideal modernizante.¹⁷

O período da chamada “Capital do Arroz” é problematizado, considerando que, apesar dos avanços estruturais, tanto regionais e locais quanto nacionais, a modernização ocorreu de forma conservadora, preservando as opressões sociais e os problemas que afetavam os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, tanto no âmbito global quanto no municipal¹⁸. Observamos que a cidade expandiu e modernizou-se, mas as mazelas sociais às quais a elite política buscava responder com um sentimento modernizante, não supriram as reais desigualdades ao longo da década de 1950, resultando em conflitos no meio rural e urbano de ordem político-partidária ou social. Assim, ao longo da década de 1960, testemunhamos a formação de organizações sindicais e trabalhistas em diversas áreas, atendendo tanto às demandas de profissionais urbanos quanto rurais. Além disso, a proposta política vencedora no município em 1962 foi do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), partido nacional do presidente João Goulart, alinhado às demandas dos grupos progressistas e de esquerda.¹⁹

Um ano antes da fundação da Escola Estadual Dr. Fernando Alexandre, observamos as consequências do golpe civil-militar em Ituiutaba, com a cassação do prefeito local, José Arcênio de Paula, a supressão do PTB e a instauração de uma

¹⁶ MATEUS, Renato. A dinâmica da agricultura no cerrado: do apogeu do arroz à modernização do campo na região de Ituiutaba/MG (1946-1974). **Monografia (Graduação)-Curso de História, Faculdade de Ciências Integradas do Pontal, Universidade Federal de Uberlândia, Ituiutaba, 2013.**

¹⁷ SILVA, Dalva Maria de Oliveira. **Memória: lembrança e esquecimento. Trabalhadores nordestinos no Pontal do Triângulo Mineiro nas décadas de 1950 e 1960. 1997. 151f.** 1997. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em História)–Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

¹⁸ NOVAES, Maristela Abadia Fernandes. Villa Platina: urbanização e moda no sertão da Belle Époque. **Ateliê Geográfico**, v. 12, n. 2, p. 78-97, 2018.

¹⁹ DE OLIVEIRA SILVA, Dalva Maria; DE CARVALHO FERREIRA, Caio Vinicius. Memórias de um golpe: Ituiutaba, MG, Brasil (1964) DOI10. 5216/o. v14i1. 28611. **OPSIS**, v. 14, n. 1, p. 321-339, 2014.

força política municipal alinhada às ideologias neoliberais do governo militar recém-instituído.²⁰

No campo educacional, Ituiutaba já contava com unidades escolares desde 1910, abrangendo tanto escolas particulares quanto públicas, municipais e estaduais. Em relação ao processo de escolarização do município desde o período imperial. Na década de 1840, encontramos indícios de um processo de escolarização na região, com a presença de um professor no recenseamento nominal de 1840²¹. Posteriormente, surgem escolas privadas que atendiam principalmente às necessidades imediatas da elite rural, afastando-se da noção monárquica de oligarquias da terra e aproximando-se da “república de bacharéis”. Neste contexto, formam-se escolas como o grupo MARDEM, unidades escolares que funcionavam como internatos e diferenciavam o processo educacional por gênero, atingindo majoritariamente a classe social elevada e excluindo a maioria da população municipal, essencialmente agrária e pobre. Neste contexto, o município de Ituiutaba reconhecido pela prosperidade econômica ascendente não adotava políticas públicas voltadas para a escolarização da classe trabalhadora, aprofundando fortemente a desigualdade.

²⁰ Idem

²¹ ITUIUTABA. Livros do Recenseamento Municipal do Prata, no ano de 1840.

Figura 2 - Capa do mapa de população do distrito de São José do Tejuco. 1840²²

MP
CX.08

33

21 Folhas

-Data: 1840

-Local: São José do Tejuco

-Assunto: Mapa de população do distrito
de São José do Tejuco freguesia de
Senhora do Carmo dos Morrinhos do
Município de Uberaba.

PACOTILHA:

	3	3
--	---	---

²² ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Relação nominal de habitantes de São José do Tejuco, Município de Uberaba. 1840. Coleção Mapas de População, notação MP-CX.08-DOC.33. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro. Suporte: microfilme (MP Rolo-04/Flash 02) e papel.

Dentro deste contexto, várias escolas foram fundadas em Ituiutaba ao longo da década de 1960, sendo a mais consonante com os objetivos da ditadura civil-militar a Escola Estadual Antônio Souza Martins. Esta escola se enquadrava no acordo MEC/USAID²⁴ e buscava, representando os interesses educacionais norte-americanos, estabelecer uma força de trabalho minimamente capacitada e profissionalizada para as demandas das periferias do capitalismo global, como o Terceiro Mundo, no qual o Brasil se inseria naquele momento histórico.

1.3 Discussão teórico metodológicas e fontes

Ao longo da década de 1960, também observamos a formação de escolas em regiões periféricas do município, geralmente com infraestrutura precária, atendendo às necessidades político-pedagógicas que, ao invés de buscar formação crítica, enfatizavam essencialmente a formação profissional. Dentre estas escolas, apresenta-se a escola Estadual Dr. Fernando Alexandre, construída no bairro periférico à época chamado Pedreira, bairro este que se localizava no limiar entre a periferia e a região central da cidade. Construída com uma estrutura em contêineres de metal, da qual advém a nomenclatura popular “Escola de Lata”, em condições de extrema precariedade, a instituição escolar foi fundada em 24 de junho de 1965, um ano após a instauração do regime militar no país.

Trataremos do tema “Singularidades do Grupo Escolar Dr. Fernando Alexandre em Ituiutaba/MG – 1965 a 1982”, ano de sua criação (1965) até 1982 e as implicações no processo de alfabetização. Buscaremos compreender o cotidiano escolar, a organização curricular, as influências políticas institucionais e o processo de ensino e aprendizagem dentro da mesma instituição.

Pontuamos como problemática geral do trabalho, compreender como uma cidade próspera economicamente, com destaque nacional, sendo considerada a “capital do arroz” e possível candidata a capital do país durante a década de 1960²⁵,

²⁴ PINA, Fabiana. O acordo MEC-USAID: ações e reações (1966–1968). 2011.

²⁵ MUNIZ, Ana Maria Alves et al. Da luz da lanterna ao opaco refletor: Ituiutaba, Minas Gerais, 1950-1980. 2014.

quando a modernização e a centralização do poder federal, estavam na agenda política do então chefe do executivo nacional Juscelino Kubitscheck e nos horizontes da elites locais, ou seja, como neste contexto de ascensão política e econômica Ituiutaba apresentava uma taxa de analfabetismo superior aos índices do Estado de Minas Gerais. Observamos que compreender a estrutura e os desafios da construção da escola refletem a realidade local e elucidam questões sobre o processo de escolarização das classes trabalhadoras e os índices de analfabetismo. Vemos como relevante a contribuição que os estudos históricos forcem em relação à Escola Estadual Dr. Fernando e o que a análise micro pode fornecer de respostas para uma perspectiva histórica macro, através das experiências cotidianas e das ressignificações de uma realidade nacional de política educacional. Compreender estes aspectos em uma escola no município, ao mesmo tempo que nos fornece informações sobre a local, também nos revela nuances da história do ensino primário e da escola primária pública no Brasil.

Neste período, Ituiutaba apresentava um alto índice de analfabetismo, se levarmos em consideração o estado de Minas Gerais como um todo, levantando questionamentos sobre o tipo de abordagem escolar presente em uma sociedade que enriquecia e se modernizava, levando a reflexões sobre os interesses das classes políticas dominantes e as políticas públicas voltadas para a alfabetização no município. Ribeiro²⁶ nos instiga a refletir sobre esta incoerência, entre a modernização e a prosperidade do município contrapondo-se a taxas tão elevadas de analfabetismo, como mostra a tabela abaixo:

²⁶ RIBEIRO, Betânia Oliveira Laterza. Escolarização pública na região de Ituiutaba/MG (1940–50). **Projeto de pesquisa aprovado pelo Conselho Nacional de Pesquisa para ser desenvolvido no curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências Integradas do Pontal. Ituiutaba, MG, 2010.**

Tabela 1 - Escolarização de pessoas com mais de 5 anos de idade — Ituiutaba, 1950

<i>Discriminação</i>	Números Absolutos				% SOBRE O TOTAL
	<i>Total</i>	<i>Sabem ler</i>	<i>Não sabem ler</i>	<i>Sabem ler</i>	<i>Não sabem ler</i>
Homens (Urbanos)	4.032	3.115	97	77,25	22,75
Mulheres (Urbanos)	4.445	2.931	1.514	65,93	34,07
Total	8.477	6.046	2.431	71,32	28,68
Homens (Rural)	18.30	7.116	11.184	38,88	61,1
Mulheres (Rural)	16.312	5.218	11.094	31,98	68,02
Total	34.612	12.334	22.278	35,63	64,37
Em Homens	22.332	10.231	12.101	45,81	54,19
geral Mulheres	20.757	8.149	12.608	39,25	60,75
Total	43.089	18.380	24.609	42,65	57,35

Fonte: RIBEIRO, 2010, com base no censo de 1950.

Desdobrando desta problemática geral, pontuamos as seguintes questões investigadas pelo presente trabalho que se concentrará inicialmente nas seguintes indagações que envolveram o processo de gênese do Grupo Escolar Dr. Fernando Alexandre, destacando os objetivos políticos e institucionais regionais e estaduais. Como se organizava a comunidade escolar local na década de 1960/1980? Qual era o recorte social e econômico dos estudantes neste período? Como era formado o corpo docente da Escola Estadual Dr. Fernando Alexandre? Como se organizavam as singularidades no cotidiano e a cultura institucional da escola no recorte no qual o trabalho se insere, destacando os conflitos e diálogos presentes no momento político em questão. Como os membros da comunidade escolar resignificavam e construíam a memória sobre o período estudado no presente?

Nosso objetivo é investigar o processo de gênese do Grupo Escolar Dr. Fernando Alexandre no período de 1965 a 1982, identificando as motivações políticas

e educacionais que permeiam o processo, dentre estas, localização, clientela, corpo docente e currículo.

Investigar e analisar aspectos históricos, econômicos, sociais e políticos que nortearam a fundação da escola possibilitará a compreensão curricular além do currículo presente nas normativas didáticas ou nos livros, abrangendo também o currículo oculto da instituição, presente nas metodologias e na própria arquitetura dos espaços escolares, compreendendo a instituição escolar como um espaço dialético, que dialoga com a realidade do município e as demandas políticas e sociais de um determinado tempo histórico, mas que possui uma essência única, envolvendo vários agentes e as relações estabelecidas entre eles²⁷.

Compreendemos a importância de estudar as singularidades da Escola Estadual Dr. Fernando Alexandre amparando-nos em um olhar dialético, que perceba para além de uma visão superficial, os mecanismos sociais, econômicos e culturais que regem uma escola, seguindo o que afirma Saviani ao ponderar que a pesquisa em educação:

Teria que ser em termos dialéticos, ou seja, teria que levar em conta a ação recíproca em que a educação, embora determinada, em suas relações com a sociedade reage ativamente sobre o elemento determinante, estabelecendo uma relação dialética.²⁸

Por meio da compreensão das singularidades da escola, podemos perceber as abordagens pedagógicas estabelecidas com determinadas classes sociais, suas ressignificações e os pontos de vista dos vários agentes inseridos no contexto escolar. É relevante aprofundar essas percepções e análises, abordando aspectos não analisados com profundidade, como a base curricular, a relação dos espaços escolares com o currículo presente e as várias relações entre a comunidade escolar e a comunidade local.

A metodologia de pesquisa será documental e bibliográfica.

²⁷ SAVIANI, Dermeval. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. Autores associados, 2021

²⁸ SAVIANI, Dermeval. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. Autores associados, 2021. P 134

Há que se considerar ainda as potencialidades que a pesquisa com abordagem qualitativa pode oferecer, em vista que ela traz luz sobre a “vida das pessoas, histórias, comportamentos e também o funcionamento organizativo”³⁰

A pesquisa iniciou com o levantamento de referencial bibliográfico relevante ao tema, incluindo textos sobre pesquisa na área educacional, análise de fontes históricas institucionais, críticas ao período histórico estudado em âmbito municipal, estadual e regional, e bibliografia conceitual que nos insira nos debates sobre conceitos chave da pesquisa, história regional e local, história da educação, considerando o caráter dialético da análise metodológica amparando-se em uma percepção materialista de sociedade.

Em seguida, foi realizado o levantamento de fontes históricas para elaboração da tese central da pesquisa, considerando a problemática apresentada. Investigação e levantamento de documentos arquivados na própria escola; levantamento de materiais de arquivos e catalogação da documentação escolar presente na Escola Estadual Dr. Fernando Alexandre.

Passamos então para a organização e análise das fontes históricas utilizadas, levando em consideração a bibliografia lida e a metodologia específica para cada fonte histórica, momento em que foi necessário retornar a análises bibliográficas ou realizar novas inserções que auxiliassem na elucidação e melhor análise das fontes. Direcionamento do estudo para responder à problemática e à relação entre os aspectos micro e macro da pesquisa.

Por fim foi realizado o registro e a apresentação dos resultados por meio da organização lógica dos dados coletados em forma de dissertação, destacando os objetivos alcançados e os resultados obtidos. Catalogação e apresentação dos materiais utilizados na pesquisa e curadoria de uma exposição permanente na escola,

²⁹ LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1986.

³⁰ ESTEBAN, M. P. S.. **Pesquisa Qualitativa em Educação: fundamentos e tradições**. Porto Alegre: AMGH, 2017.

apresentando diversos olhares sobre a escola e as construções no campo da memória e da história deste espaço. Neste contexto de resgate e valorização da história e identidade da instituição escolar, o Produto Educacional foi a construção do Museu Escolar Interativo, um espaço de memória inserido na Biblioteca Escolar, onde constam objetos, matérias escolares, acervo bibliográfico que remetem ao recorte temporal estudado. O Museu Escolar, com abordagem detalhada mais à frente, será permanentemente aberto à visita, sob a coordenação e acompanhamento das PEUBs - Professoras em Uso da Biblioteca, tornando-se um ambiente interativo e permanente de aprendizagem e valorização da instituição escolar.

O material utilizado como fonte histórica será analisado à luz de bibliografia especializada na área de estudos das instituições escolares e da abordagem com fontes de natureza documental, pontuando Gatti (2007), Nosella e Buffa (2009) Sanfelice (2006), na perspectiva das instituições escolares na região estudada utilizaremos Ribeiro³¹ (2009) onde se apresenta a transição da educação confessional para o ensino público em Ituiutaba durante o século XX, além de em outras obras de Ribeiro³² (2010) que aborda a escolarização pública na região de Ituiutaba nas décadas de 1940-50, período imediatamente anterior aos estudado no presente trabalho. Usando a perspectiva histórico materialista de Dermeval Saviani recorreremos a uma abordagem dialética das instituições escolares, amparando-se em uma percepção de sociedade em constante contradição, em que agentes de diferentes classes sociais e escalas de poder se relacionam, produzindo uma mediação própria e respostas a realidade concreta³³. Destacando o caráter subjetivo das fontes e estabelecendo um diálogo entre as diversas documentações históricas recorreremos a perspectiva de Portelli (2001) que busca delimitar parâmetros para uma crítica fecunda sobre a fonte oral e sua importância metodológica.

³¹ RIBEIRO, Betânia Oliveira Laterza; SILVA, Elizabeth Farias. O Grupo Escolar de Villa Platina e a educação: variações intrínsecas sobre um prédio determinado. **Do público ao privado, do confessional ao laico: a história das instituições escolares na Ituiutaba do século XX. Uberlândia: ed. UFU**, p. 47-72, 2009.

³² RIBEIRO, Betânia Oliveira Laterza. Escolarização pública na região de Ituiutaba/MG (1940–50). **Projeto de pesquisa aprovado pelo Conselho Nacional de Pesquisa para ser desenvolvido no curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências Integradas do Pontal. Ituiutaba, MG**, 2010.

³³ SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. Autores associados, 2021.

Estudar uma unidade escolar é mais do que compreender prédios, currículos, livros, ou mesmo indivíduos isolados, é mais do que isso, a educação como diz o autor Edson Gabriel Garcia na introdução do Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Dr. Fernando Alexandre: “é uma construção coletiva, sempre foi e sempre será. Não sendo assim, será apenas uma colcha de retalhos, ainda que bonita, fragmentada” Essa coletividade muitas vezes envolve disputas, conflitos, diálogos, aproximações e distanciamentos de diferentes. Para Garcia a escola “ é o coletivo de todos aprendendo e ensinando; é a teia do saber que envolve relaciona um por um. Vem daí (...) o slogan da Escola Estadual Dr. Fernando Alexandre “Uma escola de todos para todos!”³⁴

A pesquisa educacional no Brasil tem início desde a década de 1920, ganhando força na década de 1930 com a criação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP)³⁵. A partir de 1960, com as tendências históricas marxistas e economicistas observou-se no campo educacional também o foco nos aspectos econômicos dentro dos estudos históricos educacionais. Gatti (2010) cita que:

A partir de meados da década de 1960 começaram a ganhar fôlego e destaque estudos de natureza econômica, com trabalhos sobre educação com investimentos, demanda profissional, formação de recursos humanos, técnicas programas de ensino, etc.

Na década de 1970 houve uma ampliação temática destes temas que se estendeu ao longo dos anos 80 e 90 com a formação de grupos sólidos de investigação, abordando temas como “alfabetização e linguagem, aprendizagem escolar, formação de professores (...) gestão escolar, avaliação educacional, história da educação, políticas educacionais, trabalhos e educação³⁶.

É neste momento, a partir da década de 90 que tem início o estudo das instituições escolares. Nosella e Buffa consideram em seu trabalho a instituição escolar como local de mediação de diversos grupos

³⁴ BRASIL. Escola Estadual Dr. Fernando Alexandre. Projeto Político Pedagógico. Ituiutaba. 2020

³⁵ GATTI, Bernardete Angelina. A construção da pesquisa em educação no Brasil. In: **A construção da pesquisa em educação no Brasil**. 2007. p. 86-86.p.15

³⁶ Idem pg 20

³⁷ NOSELLA, Palolo; BUFFA, Ester. **Instituições escolares: por que e como pesquisar**. Alínea, 2009.p.13

contraditórios, que devem ser percebidos a partir de um olhar dialético, levando em consideração a colocação de Saviani³⁸ de que:

Uma visão crítico-dialética, portanto histórico-crítica, da educação, é o que (...) envolve a necessidade de se compreender a educação no seu desenvolvimento histórico-objetivo e, por consequência, a possibilidade de se articular uma proposta pedagógica, cujo ponto de referência, cujo compromisso, seja a transformação da sociedade e não sua manutenção, a sua perpetuação.

No entanto, ao estudarmos as instituições escolares devemos levar em consideração os diversos percalços e aspectos negativos presentes nestes modelos de estudo, como a superficialidade de algumas pesquisas, sem perspectivas inovadoras, particularismos curiosos, escritos laudatórios, dentre outros.³⁹

Os estudos em instituições escolares também esbarram em limitações que vão desde as deficiências formativas no campo da leitura, interpretação e da escrita até dificuldades práticas, como tempo limitado, falta de bolsa, acúmulo de estudo com trabalho, ausência de fontes, arquivos e de boas bibliotecas⁴⁰.

Por tais motivos, consideramos relevante que como resultado educacional de nossa pesquisa construamos um lugar de memória dentro da unidade escolar, que por um lado contemple objetos, arquivos e documentos históricos referentes à escola, disponíveis para futuros trabalhos e por outro também contemplem a construção de um espaço interativo de memória. Esta memória em momento nenhum se pretende oficial e/ou definitiva, mas sim como uma memória diversa, aberta, polissêmica e em constante constructo coletivo que mantém vivas as várias vozes da Escola Estadual Dr. Fernando Alexandre.

Olharmos para uma instituição escolar, obriga-nos a atentarmos-nos principalmente para os diversos aspectos que envolvem o cotidiano, a manutenção e o funcionamento desta escola, percebendo-a como constructo coletivo, cultural e social de um determinado tempo histórico.

³⁸ SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. Autores associados, 2021. P;97

³⁹ NOSELLA, Palolo; BUFFA, Ester. **Instituições escolares: por que e como pesquisar**. Alínea, 2009 p.23

⁴⁰ Idem p.21

A instituição escolar não deve ser o resultado da imposição de uma classe dominante ou de uma política hegemônica de um governo ou regime. Compartilhamos com Thompson⁴¹ a visão de que há uma circularidade cultural, que permite aos “dominados” transmitir, impor e resistir ao processo de dominação. A unidade escolar é ao mesmo tempo uma via de “mão dupla” onde apesar das diferenças de condições, dominantes e dominados estabelecem relações de troca e de resistência.

Ao observamos a escola, também se faz necessário compreender esse constante diálogo entre os grupos que a compõem, como afirma Sanfelice:

Mergulhar no interior de uma Instituição Escolar, com o olhar do historiador, é ir em busca das suas origens, do seu desenvolvimento no tempo, das alterações arquitetônicas pelas quais passou, e que não são gratuitas; é ir em busca da identidade dos sujeitos (professores, gestores, alunos, técnicos e outros) que a habitaram, das práticas pedagógicas que ali se realizaram, do mobiliário escolar que se transformou e de muitas outras coisas. Mas o essencial é tentar responder à questão de fundo: o que esta instituição singular instituiu? O que ela instituiu para si, para seus sujeitos e para a sociedade na qual está inserida? Mais radicalmente ainda: qual é o sentido do que foi instituído?⁴²

Consideramos importante destacar a concepção de história que se faz presente neste trabalho, levando em consideração que tal pesquisa se fundamenta por uma perspectiva histórico-pedagógica.

Ao trabalharmos com as fontes, tão caras na escrita histórica, destacamos que utilizaremos fontes de várias matizes diferentes, buscando principalmente conseguir “ouvir” de forma mais fecunda as perspectivas de vários agentes históricos inseridos na Escola Estadual Dr. Fernando Alexandre. Para tal se faz necessário recorrer a fontes históricas escritas e oficiais.

⁴¹ WEBER, Regina. THOMPSON, EP Costumes em comum. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 528 p. 1999.

⁴² SANFELICE, José Luís. História, instituições escolares e gestores educacionais. **Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. especial**, p. 20-27, 2006.

Quanto aos conceitos trabalhados neste projeto, destacamos o processo de modernização e massificação da escola pública⁴⁶. No recorte temporal do século XX observamos que no período pós guerra houve uma transformação sem precedentes na forma de se organizar das sociedades. Sendo que para autores como Berman (1986), esse período se caracterizou pela terceira modernidade “marcado pela ausência de fragmentação, pela dificuldade de se mover entre as contradições e o autoconhecimento”, sendo que:

O turbilhão da vida moderna tem sido alimentado por muitas fontes: grandes descobertas nas ciências físicas (...) a industrialização da produção, que acelera o próprio ritmo de vida, (...) rápido e muitas vezes catastrófico crescimento urbano; sistemas de comunicação de massa, (...) que crescimento urbano; sistemas de comunicação de massa, (...) que embulham e amarram, no mesmo pacote, os mais variados indivíduos e sociedade (...) movimentos sociais de massa e de nações, desafiando seus governantes políticos ou econômicos, lutando por obter algum controle sobre suas vidas; enfim, dirigindo e manipulando todas as pessoas e instituições, um mercado capitalista mundial, drasticamente flutuante, em permanente expansão. No sec. XX, os processos sociais que dão vida a esse turbilhão,

No recorte temporal proposto pelo presente trabalho, as vivências, as memórias e a “histórias” dos diversos agentes que construíram o espaço escolar e deram significado ao prédio, as paredes, as salas de aulas e carteiras escolares, ressignificando estes espaços.

⁴⁶ SILVA, Beatriz Aparecida Ribeiro da. Escolarização Pública na Capital do Arroz: A gênese do Grupo Escolar Dr. Fernando Alexandre de 1965 a 1971. 2015 p. 16 mantendo-o num perpetuo estado de vir-a-ser, vem a chamar-se “modernização” (BERMAN, 1986, P. 10).⁴⁷

⁴⁷ BATISTA, Eraldo Carlos; DE MATOS, Luís Alberto Lourenço; NASCIMENTO, Alessandra Bertasi. A entrevista como técnica de investigação na pesquisa qualitativa. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, v. 11, n. 3, p. 23-38, 2017. P. 16

⁴⁸ SILVA, Beatriz Aparecida Ribeiro da. Escolarização Pública na Capital do Arroz: A gênese do Grupo Escolar Dr. Fernando Alexandre de 1965 a 1971. 2015 p. 16

2 O PROCESSO EDUCACIONAL EM ITUIUTABA: CONCEPÇÕES POLÍTICAS, CULTURAIS E ÉTNICAS.

Para melhor compreendermos o processo educacional em Ituiutaba na década de 1960 e 1980, devemos, antes de mais nada, compreender o processo de formação deste município e as concepções políticas, culturais e étnicas que nortearam a percepção de educação desde o momento de sua consolidação como arraial, vila e posteriormente cidade.

Compreendemos que o processo de instauração de uma unidade educacional dialoga sobretudo com seu meio cultural, econômico e social, e estudá-lo de forma a excluir tais fatores empobrece a análise e nos desconecta de vários agentes que são essenciais no processo de instauração e formação de uma unidade escolar amparada nas demandas históricas do contexto em que ela situa.

2.1 Ocupação do território de Ituiutaba e diretrizes educacionais pioneiras

A região que hoje corresponde a Ituiutaba/MG, assim como todo o oeste do Triângulo Mineiro foi ocupada inicialmente por povos indígenas ligados ao grupo Gê. Conveio aos primeiros colonizadores caracterizar estes indivíduos como membros do grupo denominado Caiapó, mas destaca-se que esta não era a nomenclatura adotada por estes grupos, e que antes de tudo, esta nomenclatura buscava homogeneizar um grupo diverso, com características próprias a quem estes luso brasileiros buscavam identificar como agentes a serem exterminados e para tal, relacioná-los aos indígenas Caiapós seria uma forma de caracterizar de forma melhor este inimigo externo, sobretudo ao relacioná-los a características vistas como negativas seja pelo governo português nas primeiras décadas do século XIX, seja pela estrutura repressiva do Estado, que via na figura dos Caiapós, que ocupavam a região central do Brasil, um inimigo em potencial das demandas econômicas colonizadoras, sobretudo no que diz respeito a exploração de ouro na região central do Brasil.

A ocupação luso-brasileira⁵¹ no território hoje compreendido como Triângulo Mineiro e que engloba o território por nós estudado, iniciou-se em 1722 com a descoberta das minas goianas por bandeirantes paulistas⁵². Em 1730 surgem os primeiros arraiais no que em 1736 se tornaria a província de Goyás. Com isso, sertanistas abrem um caminho régio ligando a nova região mineradora no centro da colônia a Villa de São Paulo⁵³.

Como as localidades que margeavam a estrada regia, ou estrada do Anhanguera⁵⁴ eram habitadas por índios Caiapós – também denominados de Panarás-⁵⁵ fez-se necessário aos interesses dos mineradores e sertanistas paulistas

⁵¹ FERREIRA FILHO, Aurelino José et al. **Índios do Triângulo Mineiro: história, arqueologia, fontes e patrimônio: pesquisas e perspectivas**. EDUFU, 2015.pg 26

⁵² Idem.

⁵³ LOURENÇO, Luis Augusto Bustamante. **Das fronteiras do Império ao Coração da República: o território do Triângulo Mineiro na transição para a formação sócio espacial capitalista na segunda metade do século XIX**. 2007. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.75

⁵⁴ idem

⁵⁵ FERREIRA FILHO, Aurelino José et al. **Índios do Triângulo Mineiro: história, arqueologia, fontes e patrimônio: pesquisas e perspectivas**. EDUFU, 2015.26

que utilizavam a estrada como única rota de escoamento de ouro⁵⁶ que se travasse um conflito com estes grupos indígenas a fim de garantir a segurança da região⁵⁷.

Alguns viajantes que estiveram na região no início do século XIX nos permitem visualizar a situação conflituosa entre os índios e os colonizadores, e nos dão ideia da necessidade por parte dos luso-brasileiros em tomar medidas contra os indígenas a fim de garantir sua atividade extrativista na região. Segundo Auguste de Saint Hilaire, viajante europeu que esteve na região em 1817:

Os Caiapós atacavam de surpresa as tropas de burros que vinham de São Paulo, tendo forçado os portugueses a abandonarem vários postos estabelecidos por eles na parte setentrional da província do mesmo nome (Saint Hilaire, 1975 a, p. 63).

Estes fatores levaram ao crescente estímulo pela ocupação do oeste das Minas, estímulo este que trouxe inúmeros colonizadores da região de São Paulo, Goyas, e da região central de Minas. É neste contexto que as primeiras localidades proto urbanas começam a surgir na região, como Uberaba, o Prata, Monte Alegre de Minas e posteriormente o Arraial de São José do Tijuco.

O arraial de São José do Tijuco se formou inicialmente a partir da doação de terras por dois posseiros locais, José da Silva Ramos e Joaquim Antônio de Moraes, para a Igreja, a fim da construção de uma capela dedicada a São José. Neste período, o arraial baseava sua economia essencialmente na criação de gado, que na primeira metade do século XIX era enviado para o Rio de Janeiro, sede da corte portuguesa no Brasil, com a fuga de D. João VI de Portugal após as invasões napoleônicas.

Esta mudança da capital do império português para a região sudeste brasileira, juntamente com o declínio da extração aurífera na região central de Minas foi um incentivo a migração para as regiões do Triângulo Mineiro, região esta até então pouca atrativa pelos perigos da ocupação indígena, passou a ser de extrema importância na economia colonial, primeiramente pela existência de água salitrosas na região de Araxá, o que possibilitava uma economia na criação e na engorda do gado, e posteriormente por ser uma região central da colônia que permitia constante

⁵⁶ Segundo Janaína Amado em : História de Goiás em documentos, Com foi estabelecido com uma carta régia que este seria o único caminho para as Minas, prevendo punições para quem utilizasse outras rotas, evitando assim contrabando de metais preciosos

⁵⁷ Bustamente75.

acesso e ligação entre as minas da província de Goyas e sua ligação posterior com São Paulo, onde no Porto de Santos, estes minérios eram enviados para o mercado internacional⁵⁸. É neste contexto que a vila do Prata, localidade na qual o arraial de São José do Tijucu irá se inserir como região administrativa, se tornará uma das principais fornecedores de gado para a corte⁵⁹.

Neste momento econômico a mão de obra prioritária se fazia por meio de escravizados, trazidos da África e, posteriormente, revendidos no mercado de tráfico interno dos afrodescendentes. Na tabela abaixo podemos perceber a predominância destas camadas dentro do contexto populacional do Arraial, e sua importância na formação econômica de produção de gado.

Tabela 2 - Número de habitantes por etnia no Arraial de São José do Tijucu:

ANO	1835	1840	1875
Pardos/Crioulos	391	838	622
Africanos	765	262	192
Branco	678	288	1602

Fonte: Arquivo Público Mineiro

Neste período, o processo de escolarização e educação formal ocorria de maneira muito pouco abrangente, sobretudo entre as classes populares. No primeiro recenseamento, realizado em 1840, onde estas informações nos são disponibilizadas, percebe-se uma prevalência de pessoas não alfabetizadas, mesmo entre integrantes de uma elite nascente na região, que devido ao tipo de trabalho que exerciam, a escrita ainda não se fazia uma necessidade premente dentre suas demandas cotidianas.

Neste documento, das 519 pessoas na condição de “Livre” incluindo Brancos, pardos e pretos, apenas 334 pessoas são minimamente alfabetizadas a ponto de serem registradas como que “sabem ler”, a grande massa de escravizados que se faz presente no recenseamento nem sequer é inserida nesta contagem, já que era proibido pela legislação vigente, ensinar escravizados a lerem.

⁵⁸ LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. **A oeste das minas: escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista Triângulo Mineiro (1750-1861)**. Edufu, 2005.

⁵⁹ idem

Figura 4 - Recenseamento realizado em São José do Tejuco no ano de 1835⁶⁰

Município de Araxá		Censo de Povoação do Município de São José do Tejuco								Distrito de São João										
1835	Sexo	Cidade								Paróquia										
		Lavras				Cunha				Lavras		Cunha								
		Lavrado		Solteiro		Lavrado		Solteiro		Lavrado		Solteiro		Lavrado		Solteiro				
		homens	mulheres	homens	mulheres	homens	mulheres	homens	mulheres	homens	mulheres	homens	mulheres	homens	mulheres					
Até 20		1	6	157	162	1	5	63	77			4	1	3	1	5	8	97	108	
De 20 até 50		51	92	73	20	29	33	98	22			5	4		1	2	65	89	195	79
De 50 até 80		63	46	6	7	46	34	4	12	1	4	2		3	2	41	15	39	18	
De 80 até 100		4	1	1	3	4		2		1	1	1			1				2	4
Total		119	125	242	192	80	92	107	183	1	1	5	12	5	6	1	5	111	128	209

A. H. H.
1851

O. Augusto de São João Ign. Franco
Suplente

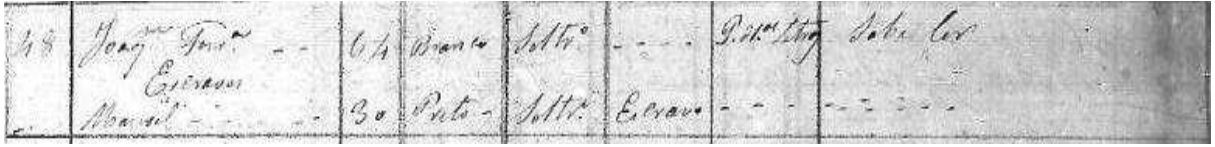
Dentre os indivíduos que sabiam ler, se destaca uma maior quantidade de homens, evidenciando a exclusão das mulheres do processo de alfabetização. Fato interessante evidenciado pelo Censo é que todas as mulheres envolvidas no processo de alfabetização, também tinham o marido alfabetizado, demonstrando por um lado a prevalência da figura masculina neste processo, e que mais do que um avanço na questão de gênero, este processo se dava como consequência da classe social na qual a mulher estava inserida, onde por pertencerem a uma elite, toda a família passava por um processo de escolarização mínima, provavelmente como característica simbólica de ascensão social dentro desta comunidade.

O recenseamento de 1840 também nos permite perceber como este processo se dava dentro dos limites do arraial. Neste momento não havia escolas, sejam elas públicas ou privadas voltadas para o processo de alfabetização.

Na região do Triângulo Mineiro, ao longo do século XIX, percebemos em nossas análises bibliográficas, que a única instituição de ‘primeiras letras’ instaurada próxima ao arraial era o colégio fundado pelos Vicentinos no arraial de Campo Belo,

⁶⁰ ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Relação nominal de habitantes de São Domingos do Araxá e distritos (incluindo São José do Tejuco). [1833?–ca. 1835]. Coleção Mapas de População, notação MP-CX.07-DOC.12. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro. Suporte: microfilme (MP Rolo-04/Flash 01) e papel.

Figura 6 - Recorte do mapa de população indicando no fogo⁶³ número 48 o professor de primeiras letras Joaquim Ferreira e seu escravizado.



Desde o processo de independência em 1822 e a instauração do Império, várias iniciativas no campo educacional foram sendo tomadas por parte do nascente Estado brasileiro. Estas iniciativas não se originavam do nada, pois desde o período Pombalino já se observava nas regiões mineiras propostas educacionais centralizadas que atendiam às necessidades da coroa portuguesa ou da burguesia metropolitana.

Dentre estas iniciativas, encontram-se a construção do Seminário de Mariana, que apesar de ter sido fundado no período em que a educação colonial estava nas mãos dos jesuítas, foi utilizado como um mecanismo de promoção da educação ilustrada voltada para os princípios iluministas e burgueses que o Marques de Pombal se propunha a representar no período pombalino.

Com a Constituição de 1823, os debates educacionais irão surgir de forma intensa, sempre reforçando o caráter elitista presente no Estado imperial. Tais legisladores que compunham o governo de D. Pedro I viam na instrução pública uma forma de formar bons súditos e de manter a cultura educacional como uma forma de distinção social, formando aquilo que José Murilo de Carvalho chamou de “Uma ilha de letrados em um mar de analfabetos”⁶⁴.

A partir de 1834, as normativas educacionais irão favorecer uma descentralização da fiscalização e da adoção de políticas de ensino, colocando nas mãos dos governos provinciais a administração da instrução pública. Essa isenção do governo imperial irá servir ao retrocesso de uma política educacional real que mantivesse uma congruência entre as ações nas diversas áreas do território brasileiro.

⁶³ No contexto dos recenseamentos no Brasil Império, o termo fogo significava unidade domiciliar ou domicílio.

⁶⁴ CARVALHO, José Murilo de. Unificação da elite: uma ilha de letrados. A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 63-92.

Junto a isso se verá a adoção do método Lancaster⁶⁵ que se fará presente mediante as necessidades de ampliação das vagas de escolas, mas não buscará de fato uma melhoria na educação ofertada sobretudo as classes populares. Assim surgirá ao longo das províncias, “classes” que geralmente funcionavam nas próprias residências dos professores, com turmas mistas, focadas em métodos que priorizavam a memorização em detrimento à criticidade e usavam de estudantes mais “avançados” como monitores dos demais.⁶⁶

Possivelmente nos primeiros anos da década de trinta do século XIX, era esse o método empregado no Arraial de São José do Tijuco, onde uma elite agrária dispersa no território vasto da vila, era educada para ocupar cargos no estado imperial, seja no âmbito municipal, estadual ou federal.

É necessário também frisar, que durante o século XIX, mesmo entre as elites, o processo de alfabetização e letramento ainda se encontrava em um estágio muito precário, onde métodos distintos coexistiam sem uma centralidade educacional, que se fará presente no Brasil somente após a Proclamação da República, e com a busca por uma modernização e renovação nacional através da instrumentalização educacional⁶⁷.

Sobre o processo de educação e de alfabetização durante a primeira metade do século XIX, destaca-se que:

Restringia à caligrafia e ortografia, e seu ensino, à cópia, ditados e formação de frases, enfatizando-se o desenho correto das letras. As primeiras cartilhas brasileiras, produzidas no final do século XIX sobretudo por professores fluminenses e paulistas a partir de sua experiência didática, baseavam-se nos métodos de marcha sintética (de soletração, fônico e de silabação) e circularam em várias províncias/estados do país e por muitas décadas.⁶⁸

Cabe aqui destacar os benefícios e os malefícios de se estar ou não inserido no grupo de alfabetizados dentro do contexto social da época. Neste período, saber

⁶⁵ RÁTIVA, Marlén. Método Lancaster no Brasil e na Colômbia. **Formação Docente—Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores**, v. 5, n. 9, p. 96-103, 2013.

⁶⁶ SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Autores Associados, 2021.

⁶⁷ MORTATTI, Maria do Rosário Longo. História dos métodos de alfabetização no Brasil. In: **Conferência proferida durante o Seminário " Alfabetização e letramento em debate", promovido pelo Departamento de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, realizado em Brasília, em. 2006. Pg 3** ⁶⁸ Idem. P6

minimamente ler e escrever possibilitava primeiramente a uma pessoa, participar e se representar dentro dos inúmeros processos burocráticos no qual um indivíduo precisava passar ao longo de sua vida, como a construção de um testamento, ou a produção de um inventário para aquisição e distribuição de bens herdados. É neste momento que observamos como a falta de escolarização por parte das mulheres lhes excluía de processos importantes no que tange até mesmo à ascensão econômica. O melhor exemplo disto se dá no ano de 1830, quando um dos destacados proprietários de terra da região, José da Silva Ramos, morre e inicia-se o processo de inventário de seus inúmeros bens: fazendas, gado, porcos, metais, e escravizados. Neste momento sua esposa e viúva, Ana da Fonseca, por não saber ler nem escrever - mesmo pertencente a uma classe ascendente na região, se levamos em consideração que José da Silva Ramos, foi o doador de parte das terras que deram origem ao Arraial de São José do Tijuco- acaba ficando à mercê de um homem, para ser seu arraigado e um outro indivíduo que será seu inventariante e tutor tanto de seus filhos, quanto de seus bens⁶⁹. Aqui temos um exemplo de como a ausência do processo de letramento e alfabetização é forte um mecanismo de exclusão econômica e social, afetando seriamente a condição das mulheres, pessoas pobres e ex-escravizados.

Por outro lado, observamos como o processo de letramento também é um mecanismo de ascensão social, principalmente quando observamos indivíduos que apesar de não terem nascido dentro de uma elite, ou de apesar da origem étnica, terem através do processo de alfabetização e de escolarização, ascendido socialmente principalmente por meio do acesso e carreira profissional no serviço público.

Esta ascensão, principalmente no que diz respeito a indivíduos negros, juntamente com a ocupação que exerciam, ou a especialização que possuíam em uma determinada área, determinavam formas de ascensão social e econômica para todo o grupo familiar, além das futuras gerações⁷⁰

⁶⁹ **RAMOS, José da Silva.** Inventário post mortem. 1835. Província de Minas Gerais: **Arquivo do fórum do Prata**, 1835.

⁷⁰ OSORIO, Rafael Guerreiro. A mobilidade social dos negros brasileiros. 2004. P 19

O recenseamento de 1840 nos traz um destes casos, Francisco Gualberto de Freitas, que apesar de ser um homem pardo, enquadrado dentro das camadas discriminadas socialmente neste momento, através do processo de escolarização, consegue ascender socialmente, se tornando um oficial de justiça, ofício este onde se faz necessário saber minimamente ler e escrever.⁷¹

Possivelmente por estas demandas que em dezembro de 1833 encontramos uma solicitação por meio da escrita de uma carta feita por um morador do Arraial de São José do Tijuco, solicitando a criação de uma escola de primeiras letras que atendesse à população⁷². No documento, destaca-se a distância que esta população tem em relação as instituições educacionais mais próximas e dos prejuízos que ela sofre por não possuir um prédio onde se realizasse o processo de escolarização.

⁷¹ Censo de 1840

⁷² Fundo do Conselho Geral da Província. Documentação Interna CGP-3-2-CX.05

Figura 7 - Carta feita por um morador do Arraial de São José do Tijucu (Dezembro, 1833)

N.º 3
 Ao
 28
 Dec - 1833

SP
 CGP3
 CX5
 P1
 Doc64

Os habitantes da Capella de S. J. do T. p. do
 p. do Arraial de São José do Tijucu representas
 a v. m. a respeito pedindo a devesem fazer
 da Capella de S. J. do T. p. do Arraial de São José do Tijucu
 a criação de uma Carta de 1000 Libras p. o
 lugar.

O Com. do B. de S. J. do T. p. do Arraial de São José do Tijucu
 de S. J. do T. p. do Arraial de São José do Tijucu, a quem foi esta
 negação remetida, e de S. J. do T. p. do Arraial de São José do Tijucu
 a respeito respectivo, enviando se. Au
 se copia a Representação de S. J. do T. p. do Arraial de São José do Tijucu
 sobre a criação de uma Carta de 1000 Libras p. o lugar, e se
 sobre se se exige da Com. do B. de S. J. do T. p. do Arraial de São José do Tijucu
 sobre informações devidas nos p. do
 do do moradores da Capella, como da
 necess. de se fazer devesem fazer, e da
 do das divisões indicadas, e se a do p.
 a Com. de S. J. do T. p. do Arraial de São José do Tijucu
 poder desde já pro
 por a criação da Carta pedida, sem
 que porém se aperte para o meio de
 aproveitar as escolas já criadas, e
 de consentir que se faça um novo de
 ensino publico, do q. até a p. de S. J. do T. p. do Arraial de São José do Tijucu
 do S. J. do T. p. do Arraial de São José do Tijucu, e se
 se alguma coisa se haja q. de parte de
 instrução, nos espera grande proveito

Fonte: Arquivo da Público Mineiro

No entanto o conselho provincial da província não atende às demandas da carta, sendo que a instauração de uma escola no arraial ainda carecerá de algumas décadas até ser implantada, sobretudo uma que seja pública e atenda pessoas das classes sociais mais populares.

2.2 A Educação no Triângulo Mineiro no final do século XIX e a criação dos primeiros grupos escolares em Ituiutaba/MG.

Em 1872, através de um novo censo encomendado pelo governo Imperial, percebemos que apesar dos avanços no campo da alfabetização, o processo ainda se dá de forma muito incipiente no arraial, como mostra o quadro abaixo:

Tabela 3 - Expansão do letramento no Arraial do Tijuco em 1872

Homens		Mulheres		Meninos		Meninas	
SABEM LER	ANALFABETOS	SABEM LER	ANALFABETAS	FREQUENTAM ESCOLA	NÃO FREQUENTAM	FREQUENTAM ESCOLA	NÃO FREQUENTAM ESCOLA
209	102	74	1080	33	115	7	130

Fonte: Arquivo Público Mineiro.

Destaca-se primeiramente o recorte de gênero do quadro, que mostra como o processo de letramento expandiu-se somente no campo masculino, enquanto um pequeno número das mulheres era alfabetizada.

Percebemos também que apesar de neste momento o arraial já contar com uma instituição escolar, esta instituição era frequentada majoritariamente por meninos, contando apenas com 7 (sete) meninas.

Isto se deve possivelmente, pelo olhar que a sociedade de finais do século XIX possuía a respeito da mulher. A escola, enquanto local de alfabetização, não era um espaço feminino, cabia à mulher saber o essencial para a realização de trabalhos domésticos e no processo de criação dos filhos, enquanto que para o homem a educação poderia ser um mecanismo de ascensão social.

A educação feminina durante o século XIX foi marcada pela preparação de meninas para a vida privada e não para sua inserção na esfera pública como era o

caso dos homens⁷³. Tais perspectivas educacionais perpassou as propostas de organização social influenciadas por correntes ideológicas como o liberalismo, o positivismo e o ultramontaníssimo, bem como paradigmas rivais como o socialismo utópico, socialdemocracia, anarquismo e comunismo ao longo de todo o século XIX⁷⁴

Cabe destaque também a desconfiança que os setores masculinos dentro de uma sociedade patriarcal tinham em relação a alfabetização feminina, primeiramente por esta alfabetização conferir a mulher maior autonomia em relação ao pai e ao marido, e segundo por esta mulher ter acesso a mecanismos sociais de obtenção de informação e de comunicação, considerando que a correspondência escrita era predominante como forma de comunicação dentro do contexto da época.⁷⁵

Essa concepção se enquadra a uma percepção machista da época que por um lado via a mulher como uma potência civilizadora, por ser de grande influência aos homens, e ao mesmo tempo, ao caracterizá-la ideologicamente como detentora de um poder que poderia ser negativo no contexto patriarcal da época. "É a ideia muito difundida de que as mulheres puxam os fiozinhos dos bastidores, enquanto os pobres homens como marionetes mexem-se na cena pública" (PERROT, 1988 ,p. 150)⁷⁶

Outro fator que também pode ser observado por meio do recenseamento de 1872 está 'por trás da motivação que colocava tantas crianças fora do ambiente escolar. Quando se tratam de crianças de origem pobre, esta ausência de escolarização se deve pela necessidade de que tais famílias tinham de já em uma tenra idade, utilizar esta criança como mão de obra para subsistência familiar. É salutar compreender que o tipo de atividade econômica praticada na região está diretamente ligada ao campo, e se levarmos em conta como famílias pobres não possuíam recursos necessários para explorar em grande escala o trabalho escravo como os membros da elite, os filhos de uma determinada família eram de extrema

⁷³ RIBEIRO, Arilda Inês Miranda. A educação feminina durante o século XIX. **O Colégio Florence de Campinas**, v. 1889, p. 1830-1930, 1863.

⁷⁴ TAMBARA, Elomar Antonio Callegado. A educação feminina no Brasil ao fim do século 19. **Revista História da Educação**, v. 1, n. 1, p. 67-89, 1997. PG 5

⁷⁵ TAMBARA, Elomar Antonio Callegado. A educação feminina no Brasil ao fim do século 19. **Revista História da Educação**, v. 1, n. 1, p. 67-89, 1997.

⁷⁶ PERROT, Michelle. Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência. **cadernos pagu**, n. 4, p. 9-28, 1995.

importância no momento em que a subsistência e manutenção da propriedade rural se fazia presente.

Neste momento histórico também observamos um crescimento no número de escravizados que obtinham sua liberdade através de suas lutas individuais e do processo gradual de abolição da escravidão no Brasil. Os ex-escravizados estavam longe de serem integrados dentro da sociedade racista do século XIX e muitas destas famílias se encontravam em condição de vulnerabilidade econômica. Neste contexto, crianças e adolescentes se viam obrigados a trabalhar, e até mesmo a saírem das casas de suas famílias se tornando agregadas nas casas da elite e da classe média local. Esta condição a qual eram submetidos, , muito pouco se diferia da condição de escravizados, sendo ainda vítimas de violência física, com salários baixos e condições de trabalho degradante, cenário em que a educação era praticamente inacessível⁷⁷.

No início do século XX o Arraial de São José Do Tijuco se desmembra do município do Prata, tornando-se Vila Platina. Motivados por uma elite que gradualmente se urbanizava e deixava de lado valores tradicionalmente ligados ao campo, agora penetravam no ambiente urbano, como bacharéis, médicos e funcionários públicos. Neste contexto cabe destacar a figura do Cônego Italiano Ângelo Tardio Bruno, que será figura essencial na organização urbana da então Vila Platina – atual Ituiutaba/MG.

Conego Ângelo imbuído de ideias republicanas e considerado um “padre-arquiteto”⁷⁸ vai redesenhar a área central da cidade e promover reformas urbanas, restaurando inclusive o prédio da igreja de São José. Cabe destacar que as referidas mudanças também estiveram contextualizadas no ambiente discriminatório do período, já que Conego Ângelo vai promover a derrubada da capela de Nossa Senhora do Rosário, criada e administrada pela comunidade negra local e ex- escravizados⁷⁹.

Há também neste momento um crescimento dentro do comércio local, com a ampliação do número de casas comerciais, passando de 7 em 1873 para 19 em

⁷⁷ BARROS, Surya Aaronovich Pombo de; HILSDORF, Maria Lucia Spedo. Negrinhos que por ahi andão: a escolarização da população negra em São Paulo (1870-1920). 2005.

⁷⁸ NOVAES, Maristela Abadia Fernandes. Villa Platina: urbanização e moda no sertão da Belle Époque. **Ateliê Geográfico**, v. 12, n. 2, p. 78-97, 2018.

⁷⁹ Livro tombo cathedral.

1904⁸⁰, chegando ao ano de 1915, onde a cidade já contava com 9 empórios comerciais, vendendo 60 contos de réis.⁸¹

Diante disso, a própria cultura local se altera, os anseios por modernização, e a ampliação dos veículos de comunicação que buscavam difundir um novo ideário de elite chegam gradualmente à Vila Platina, desencadeando de maneira ainda mais intensa, demandas por uma escolarização mínima, que desse a possibilidade a setores médio e da elite local de usufruírem dos benefícios do letramento dentro deste contexto cultural, agora com uma imprensa escrita efervescente e com a chegada de revistas que traziam a influência externa tão valorizada no âmbito local.

Neste contexto, irão surgir nas cidades as primeiras escolas privadas, públicas e confessionais. Dentre elas se destacam-se o Colégio São José, fundada pelos padres Estigmatinos, e que foi conhecida como “Escola do Laurindo” por ter neste professor uma de suas referências. Consta na bibliografia pesquisada que esta escola teve seu início em 1940, por iniciativa dos padres José Tondim e Júlio Sieef, mas podemos observar que já na década de 1920, encontramos registros fotográficos da “Escola do Laurindo” provavelmente funcionando ainda sem uma vinculação direta com a congregação religiosa.

⁸⁰ idem

⁸¹ ibid

Figura 8 - Foto de 1923, da “Escola do Laurindo” pela imagem podemos perceber a existência de turmas mistas, com meninos e meninas e no canto direito se encontra



o então diretor que dá nome a escola: Laurindo.

Fonte: Arquivo da Fundação Cultural de Ituiutaba

Destaca-se a partir da fonte fotográfica alguns aspectos interessantes. Inicialmente, o fato de a escola neste momento receber tanto um público feminino, quanto masculino. Outro aspecto de relevância que percebemos é que Laurindo, figura proeminente na comunidade Tijucana- chegando a ser adjunto de promotor e escrivão, além de ser uma figura de destaque na imprensa local com o jornal “Tagarella”- era um homem de ascendência negra, podendo se enquadrar no grupo anteriormente citado de pessoas que através da escolarização obtinham ascensão social e proeminência econômica por meio da educação.

Mas se por um lado podemos perceber a criação de instituições escolares particulares, o poder público também atuou promovendo a criação em 1908 do Grupo Escolar Villa Platina, posteriormente Escola João Pinheiro⁸². Neste contexto a partir de políticas iniciadas no Estado de São Paulo em 1893 por iniciativa do então governador Prudente de Moraes, tem início a formação dos grupos escolares, que buscavam ampliar a oferta de educação e alocar em um mesmo prédio, várias escolas- destacando-se que se compreendia como escolas, as turmas no qual algum

⁸² DE CARVALHO, Carlos Henrique; FERREIRA, Ana Emília Cordeiro Souto. Educação infantil no período militar: nuances políticas de sua implantação na Escola Estadual João Pinheiro (Ituiutaba, MG, 1964 a 1985). *Revista HISTEDBR On-line*, v. 14, n. 56, p. 202-219, 2014.

professor era detentor-, para além disso se buscava uma seriação destas turmas. A prática da formação dos grupos escolares encontrará em várias unidades da federação respaldo e, em Minas Gerais chegará através da gestão de João Pinheiro⁸³. Esta escola fruto do decreto 2.327 assinado em 22 de Dezembro de 1908, resultado de uma reforma educacional promovida a partir de 1906 pelo presidente João Pinheiro, que mais tarde iria dar nome a escola.

Estes grupos escolares tinham como finalidade adotar um modelo de escola “moderna” principalmente amparado na crescente necessidade fruto da industrialização que atingia de forma mais incisiva o estado de São Paulo, mas também outras regiões do Brasil. Este modelo industrial demandava uma mão de obra mais capacitada, que estivesse sobretudo educada nos padrões físicos e comportamentais que a fábrica moderna exigia. Assim se observará a seriação nas turmas, a presença de vários professores, dentro de um quadro de trabalho especializado e uma arquitetura escolar voltada para as demandas pedagógicas próprias, que agora contava com materiais novos, fruto dos meios de produção industrializado.

Em Ituiutaba essa industrialização chegará exatamente no momento em que o grupo escolar João Pinheiro se instaura no município, quando:

“Ituiutaba se encontrava com grande desenvolvimento, com as empresas de famílias, preocupadas com a demanda de trabalho e melhoria das condições de cada uma delas e da cidade, como a família Vilela com os senhores Jandiro e Jandir Vilela, irmãos agropecuaristas que mais tarde criaram a Algodoeira Alisa; a família Abdelkrin Miguel Jacob com a fábrica de manteiga Invernada e a Empresa de Antonio Baduy e Abdalla Hanna Attux, que fundaram a Baduy & Cia Ltda, com fabricação de manteiga de leite; a manteiga Fazendeira e, contraditoriamente, no entanto, mediante o desenvolvimento econômico, a cidade apresentava muito analfabetismo.”⁸⁴

⁸³ SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Autores Associados, 2021.

⁸⁴ BADUY, Marina. Grupo Escolar Prof. Ildefonso Mascarenhas da Silva: sua historicidade e o contexto econômico e social de Ituiutaba em sua implantação. 2020. 155 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020. DOI <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2020.3622>. p 17

2.3 Contradição entre modernização econômica e analfabetismo em Ituiutaba/MG

A partir da década de 1940 até 1960, Ituiutaba irá observar um crescente de modernização. Essa modernização terá início com o avanço da rizicultura na região, juntamente com os avanços no meio rural, vieram novas demandas no campo da infraestrutura das estradas, buscando o escoamento da produção, além de uma significativa mudança no ambiente urbano, com o crescimento do número do operariado, a instauração e espaços para beneficiamento de arroz⁸⁵.

Esse crescimento econômico veio acompanhado de um anseio das elites locais por uma modernização. Destaca-se que a partir da década de 1950 as políticas de industrialização e modernização amparavam não só a pauta política, social e cultural local, mas também no âmbito nacional. Será nesta década que se fará presente na presidência da república o político mineiro Juscelino Kubstichek (JK), empenhando seu mandato por uma política desenvolvimentista, que atingia com anseios modernizantes, que retirassem o país das linhas do subdesenvolvimento, seja no campo cinematográfico, com o advento do Cinema Novo, seja na música brasileira, com a Bossa Nova, e também no campo arquitetônico e urbanístico com a construção da “novacap”⁸⁶.

O desenvolvimentismo, apesar de pregar este avanço modernizante como solução para os problemas de má distribuição de renda no Brasil, e as péssimas condições de vida e de trabalho, sobretudo no campo, espaço este que não havia sido atingido pelas medidas trabalhistas ao longo do governo Vargas⁸⁷, partia do pressuposto que apenas um impulso para a industrialização e reformas parciais na estrutura nacional, acompanhada de uma urbanização seria suficiente para sanar os problemas do país. Tal desenvolvimento, porém, acabará por resultar em benefícios

⁸⁵ SILVA, Dalva Maria de Oliveira. **Memória: lembrança e esquecimento. Trabalhadores nordestinos no Pontal do Triângulo Mineiro nas décadas de 1950 e 1960. 1997.** 1997. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em História)—Programa de Estudos Pós-graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo..

⁸⁶ DE ALBUQUERQUE, Alexandre Black. Desenvolvimentismo nos governos Vargas e JK. 2015.

⁸⁷ DE CASTRO GOMES, Ângela. Trabalhismo e democracia: o PTB sem Vargas. **Luso-Brazilian Review**, p. 115-136, 1994.

apenas para setores específicos da sociedade brasileira, sobretudo a elite e a classe média.

Em Ituiutaba, a modernização conservadora que não se fez acompanhar de melhorias para a classe trabalhadora terminou por gerar conflitos entre setores sindicais e grupos patronais. Estes conflitos se iniciaram no próprio processo de transição da rizicultura para a engorda de gado e a instalação de frigoríficos no município. Como noticiou a “Gazeta de notícias” do Rio de Janeiro:

“resolveram aplicar em Canápolis⁸⁸ (sic), localidade do Triângulo, a tese da “reforma agrária” preconizada pelos arautos de Moscou (...) Depois de manifestarem o fazendeiro e ocupar, militarmente a fazenda com, homens armados, todos os pontos da propriedade, foi feita solenemente, a posse da “Triângulo” a elementos brasileiros” (ANDRADE).⁸⁹

Estes conflitos, no entanto, não se limitaram ao meio rural do Triângulo Mineiro, mas ele se estendeu às cidades, sobretudo com a intensificação do processo de industrialização. Como descreve o delegado regional Dioclécio de Oliveira Cabral, para o chefe de polícia Luiz Soares Rocha em Belo Horizonte em vinte quatro de julho de mil novecentos e cinquenta e três:

“Desde fins de junho haviam rumores de greve geral dos operários de todas categorias, empregados das maquinas de beneficiamento de arroz, tintureiros, comerciários etc, para forçar o aumento dos salários, que esta sendo pedido em cem por cento: Tal deflagração teria característica então de um verdadeiro levante de consequências imprevisíveis, tive longa e reservada conversa dia 5 deste com o Sr. Otávio Cardoso presidente da Associação dos Trabalhadores de Ituiutaba que conta com mais de mil e duzentos associados, tendo sido traçadas diretrizes que afastaram perigo de caráter levante, desaparecendo conciliábulo e cochichos para trazer a questão a um debate franco e publico da associação, que já realizou 3 sessões públicas, com a presença de alguns empregadores ficando assentado afinal: 1o Solicitação a COAP de congelamento de preços atuais; 2o Incrementação de negócios cooperativa de operários, já em funcionamento e já com número de dezesseis mil cruzeiros disponível; 3o Enviar abaixo assinado expositivo aos empregadores pedindo aumento de cinquenta por cento, e estabelecimento de dissídio coletivo caso não haja entendimento ao abaixo assinado no prazo de dez dias após a entrega; Criação de fundos de manutenção movimento. O presidente Otavio Cardoso tem dirigido o trabalho com dedicação, inteligência e honestidade, procurando isolar elementos extremistas que tinham no início tomado frente do movimento e ainda procuram intrigar em sabotar honesta orientação e que são principalmente Sadala Jorge, industrial, brasileiro natural de Guaxupé residente nesta cidade há mais de vinte anos, tendo tomado parte orientadora no levante dos motoristas o ano passado, José Vieira dono de uma vendinha a rua 16 n 938 nesta cidade, com prontuário na chefia de polícia como ladrão e condenado aqui, tendo cumprido pena e, ocultamente, Geraldo Sétimo Moreira agente federal de estatística e redator do jornal local folha de Ituiutaba. Situação

⁸⁸ BARBOSA, Iago de Paula. Entre trabalhistas e trabalhadores: uma análise da composição do diretório municipal do Partido Trabalhista Brasileiro em Ituiutaba/MG (1949-1962). Monografia (graduação) - Curso de História, Faculdade de Ciências Integradas do Pontal, Universidade Federal de Uberlândia, Ituiutaba, 2015.

⁸⁹ idem

*perfeitamente controlada com contatos reservados e discretos elementos bem intencionados*⁹⁰

Assim observamos através da lente do anticomunismo manifestado pelas autoridades policiais, principalmente da polícia política uma crescente mobilização de trabalhadores da cidade de Ituiutaba, as reivindicações destes trabalhadores giravam em torno de ampliações salariais diante da inflação instaurada no pós-guerra, e demonstram o conflito presente entre as classes dominantes que procuravam vender uma ideia de modernização idílica e uma realidade onde classes trabalhadoras e suas demandas eram tratadas como “caso de polícia” diante de uma realidade excludente, seja no campo, com a decadência da rizicultura seja na cidade com as más condições de trabalho e de remuneração do operariado urbano.

Apesar de compreendermos que esta modernização não se deu de forma homogênea atingindo todos os seguimentos da sociedade, é relevante destacar que o cenário econômico do município realmente observou uma crescente no que diz respeito a sua produção. Este crescimento pode ser medido a partir da comparação da produção de arroz no município em 1940, que contabilizava 2.304 toneladas de arroz e já no censo de 1950 contava com uma produção de 44.703 toneladas, despondo como o primeiro município no estado em matéria de rizicultura.

No que diz respeito a Ituiutaba, a situação não seria distinta, a modernização urbana, e o constante discurso que permeava a imprensa local, criando o apelido no qual o município seria então conhecido “Capital do arroz” só atingia determinadas classes sócias, enquanto outras continuavam vivendo a margem da prometida inclusão capitalista.

A tabela abaixo, mostra o processo de ampliação da urbanização ao longo das décadas de 1940 até 1970, campo no qual a unidade escolar a que nos propomos estudar encontra o seu processo de formação inserido:

90 APM Fundo DOPS/MG, Pasta 4684, imagem 4.

Tabela 4 - População Rural e Urbana do Município de Ituiutaba

Ano	População Rural	%	População Urbana	%	Total
1940	30.696	88%	4.356	12%	35.052
1950	43.127	81%	10.113	19%	53.240
1960	39.488	55%	31.516	45%	71.004
1970	17.542	27%	47.114	73%	64.656

Fonte: Arquivo Público Mineiro

Essa urbanização se deu amparada em vários aspectos, principalmente fomentada pela crescente necessidade de mão de obra por parte de produtores de arroz, que se utilizavam de inúmeras estratégias para atraírem mão de obra barata e vulnerável para serem utilizadas em suas lavouras. Grande parte desta mão de obra será preenchida por migrantes nordestinos, que atraído por promessas de progresso econômico e social virão para a região.⁹¹

Estes migrantes encontrarão na cidade uma condição análoga à escravidão, ficando presa em propriedades rurais por dívidas contraídas inicialmente na viagem e posteriormente para manterem suas subsistências⁹². Mas parte destes migrantes também serão englobados na massa operária da urbana, que começa a se formar já na década de 1950, empregada seja no setor de beneficiamento, transporte e de produção de bens de consumo.

Esta camada, não será igualmente beneficiada pela modernização, e não colherá os louros da “capital do arroz” seu lugar nesta sociedade será a princípio de mão de obra barata, e posteriormente de agente marginalizado, discriminado por sua origem territorial e suas diferenças culturais.

Outro fator que acabará por marginalizar e forçar setores vinculados ao meio rural a migrarem para a cidade, será a crescente remodelação da produção agrária na região. No final da década de 1950 o cultivo de arroz já enfrentava uma decadência se comparado com as décadas anteriores, e inúmeros produtores rurais que

⁹¹ SILVA, Dalva M. De O. Memória: Lembrança e Esquecimento. Trabalhadores Nordestinos no Pontal do Triângulo Mineiro. (Décadas de 1950 e 1960) Dissertação de Mestrado: PUC. São Paulo, 1997.

⁹² Idem.

utilizavam a terra no regime de meeiros ou parceiros, vão se ver desalojados das terras que até então possuíam e sendo obrigados a cede-las para novas iniciativas de produção, ligadas agora a produção de gado de corte para frigoríficos que se instauram na região do triângulo mineiro.⁹³

Em 1950 essa situação se faz perceptível quando no município de Canápolis no Triângulo Mineiro, um grupo de meeiros são desalojados das terras em que cultivavam arroz, para que se instaurem pastos para o frigorífico dos “ingleses”, o que terminará por gerar conflitos que assim serão descritos pela “Gazeta de Notícias” do Rio de Janeiro:

“resolveram aplicar em Canápolis (sic), localidade do Triângulo, a tese da “reforma” agrária” preconizada pelos arautos de Moscou (...) Depois de manitearem o fazendeiro e ocupar, militarmente a fazenda com, homens armados, todos os pontos da propriedade, foi feita solenemente, a posse da “Triângulo” a elementos brasileiros” (ANDRADE).⁹⁴

Apesar de não ser um caso situado em Ituiutaba, mas em uma cidade próxima, esta situação é elucidativa no que diz respeito aos conflitos gerados dentro da chamada “modernização da cidade” através dos avanços econômicos possibilitados pela rizicultura. Pois se por um lado se observa o crescimento econômico na cidade, por outro se observa o acirramento de disputas sociais e um êxodo rural forçado pelos avanços de outras práticas de produção.

Com o início da ditadura militar, a situação no município de Ituiutaba também se alterará drasticamente. No início da década de 1960 o poder executivo havia sido conquistado pelo PTB, partido este alinhado com os ideais do então presidente João Goulart e alinhados a pautas progressistas e trabalhistas apregoadas por Getúlio Vargas desde a década de 1950⁹⁵.

O PTB em Ituiutaba, apesar de se enquadrar dentro das perspectivas de um partido nacional, também soube se enquadrar dentro das necessidades locais. Inicialmente se apresentando como um partido com quadros oriundos do movimento negro e de associações trabalhistas, que agora se formavam na cidade após a

⁹³ BARBOSA, Iago de Paula. Entre trabalhistas e trabalhadores: Uma análise da composição do diretório municipal do partido trabalhista brasileiro em Ituiutaba (1949-1964). 2015

⁹⁴ Idem

⁹⁵ idem

industrialização e urbanização, aos poucos o PTB caminhou para se consolidar como um partido de classe média urbana, sobretudo excluídas dos partidos tradicionais, ligados as elites locais⁹⁶.

Esse aspecto não afasta o caráter progressista do partido e seu alinhamento com as pautas de maiores direitos aos trabalhistas e uma melhor distribuição de renda em um país marcado pela concentração financeira de fundiária.

Destacamos que o PTB em Ituiutaba no período que antecede ao golpe civil militar, foi acima de tudo, uma resposta à crise política e social que ao mesmo tempo que atingia o país, também fazia-se sentir com suas peculiaridades próprias no município de Ituiutaba. Ponderamos que toda proposta política nova e que tenha engajamento e resposta eleitoral positiva se forma através de uma resposta satisfatória uma crise previamente instituída⁹⁷.

Esta crise, no que tange o município de Ituiutaba, se dava no campo, com a substituição das relações entre arrendatários, meeiros, trabalhadores rurais e capitalistas proprietários de grandes latifúndios. Esta crise já será demonstrada na década de 1950, mas ganhará mais relevância juntamente com o processo de urbanização e com o declínio da rizicultura e sua substituição pela criação de gado para frigoríficos.

Em relação à política municipal, o partido que melhor saberá dar uma resposta satisfatória a esta crise será o Partido Trabalhista Brasileiro, com suas lideranças, inclusive com biografias próximas a associações de trabalhadores rurais e urbanos, e através de um discurso que alinhava o progressismo e o trabalhismo do PTB nacional as demandas emergenciais do município conseguirá obter o sucesso nas eleições para o executivo municipal.

Porém, em 1964 as possibilidades políticas progressistas serão frustradas pelo golpe-civil militar. Trabalhamos aqui com a perspectiva apresentada por **Carlos Fico** que vê o golpe de 1964, não meramente como uma iniciativa militar, mas com um golpe orquestrado e resultante também de setores civis⁹⁸. Tal tese reforçada por

⁹⁶ ibid

⁹⁷ GIRARDET, Raoul. Mythes et mythologies politiques. 1986.

⁹⁸ FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista brasileira de história**, v. 24, p. 29-60, 2004.

autores como René Armand Dreifuss⁹⁹, vê que diferentemente do que apregoou durante décadas na historiografia, vendo a agência militar como preponderante, desconsidera como a burguesia nacional, alinhada com interesses estrangeiros no contexto da Guerra Fria, desejavam impedir a implantação de políticas alinhadas à esquerda.

Desta forma, alinhados a uma cultura autoritária e golpista, da qual o golpe de 1964, não foi ato inaugural, mas consequência, estes setores se uniram contra o governo João Goulart e as esquerdas que o apoiavam.

Daniel Aarão Reis Filho¹⁰⁰, também pondera a participação de outros grupos dentro do processo de golpe, vendo este fenômeno político como resultado da aliança heterogênea de grupos como: banqueiros, empresários, industriais, latifundiários, comerciantes, políticos, magistrados e classe média¹⁰¹. Por tal motivo, ao tratar deste tema, de total relevância para compreendermos o contexto político e ideológico no qual a gênese da Escola Estadual Dr. Fernando Alexandre se enquadra, compreenderemos o Golpe de 1964 como um golpe civil-militar, fruto dos interesses de vários grupos ligados ao capital nacional e internacional e que dentre estes grupos diversificados houve a presença e o protagonismo de setores militares.

Ponderamos que apesar de setores militares terem dividido o protagonismo com setores civis no momento do golpe, posteriormente, principalmente após o endurecimento do regime, durante o governo de Costa e Silva e com a promulgação do Ato Institucional Número 5, as camadas militares, sejam elas ligadas a linha dura, ou a setores mais moderados das forças armadas passaram a ter um maior controle sobre o regime, consolidando o regime militar como prioritariamente militar.

No município de Ituiutaba, o golpe civil militar não passará despercebido, ele terá forte influência e consequências na política local. Muito disso se deve a forte oposição que setores da elite local possuíam com as pautas do PTB, seja no âmbito municipal ou nacional, e como esta elite soube se organizar para fazer com que os efeitos do golpe as beneficiassem em Ituiutaba.

⁹⁹ DREIFUSS, René Armand. 1964, a conquista do estado: ação política, poder e golpe de classe. **(No Title)**, 1981.

¹⁰⁰ REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2000.

¹⁰¹ REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

Neste contexto, ainda em 1964, o prefeito José Arsênio de Paula, o vice prefeito Rodolfo Leite de Oliveira, e todos os vereadores ligados ao Partido Trabalhista Brasileiro terão seus mandatos cassados, se amparando em várias justificativas amparadas nas demandas ideológicas do novo regime.

A aproximação do poder executivo a pautas trabalhistas e favoráveis a trabalhadores rurais será vista como um sintoma do “comunismo” tão demonizado nos anos da guerra fria. E qualquer ambição de justiça social e de soluções para as condições precárias dos trabalhadores ituiutabanos será vista como uma ameaça principalmente para os interesses de uma elite vinculada ao meio rural.

Diante disso, o jornal local, ligado ao PSD e com uma linha editorial alinhada a esquerda será empastelado. Militares vindo de Brasília se deslocarão para a região realizando prisões e exercendo uma pressão sobre a sociedade, e por fim, um nome político ligado a uma família tradicional e economicamente destacada no município será colocado à frente da prefeitura. Destaca-se também que o novo prefeito – Geraldo Gouveia Franco- também será um dos dirigentes da União Democrática Nacional (UDN) em Ituiutaba. Este partido, que será o principal opositor às políticas do PTB no âmbito nacional, em Ituiutaba, reunirá nomes ligados a uma elite rural e urbana que se formatou ao longo da década de 1940-50. Diferente de outros partidos fisiológicos, que ainda manifestavam uma linha ideológica ambígua e personalista, oriundos da política da primeira república, a UDN já se apresentava com uma ideologia conservadora, liberal e ligada às demandas da direita, além de seu alinhamento às potências capitalistas dentro do contexto da guerra fria. Será esta UDN um dos principais braços civis do golpe de 1964, e em Ituiutaba a situação não será diferente.

Ao longo do regime militar, as visões a respeito da educação também sofrerão uma alteração em comparação com o período democrático que a antecedeu. No âmbito do ensino superior se observará um forte controle do regime quanto ao caráter ideológico das universidades, diminuindo a liberdade de cátedra e investindo fortemente na repressão dentro dos espaços acadêmicos¹⁰².

¹⁰² CUNHA, Luiz Antônio. O legado da ditadura para a educação brasileira. **Educação & Sociedade**, v. 35, p. 357-377, 2014. 362

Neste momento, também haverá uma ampliação nas relações entre público e privado dentro das diretrizes educacionais brasileiras. O setor privado verá na educação uma forma de obtenção de lucros e os setores da burguesia que deram legitimidade ao regime, amparados em uma ideologia liberal se beneficiarão com expansão do ensino privado após 1964¹⁰³.

Quanto ao currículo, ao longo da década de 1960, os militares, influenciados por uma visão religiosa e positivista, passam a ver o processo de educação como instrumento de regeneração moral do indivíduo¹⁰⁴. Já antes do golpe de 1964 a Escola Superior de Guerra defendeu a inclusão de valores morais e espirituais nos Objetivos Nacionais Permanentes. Vendo como responsável pela defasagem moral do indivíduo brasileiro como consequência de ideias ‘comunistas’ ligadas a esquerda. Diante desta conjuntura os ideólogos educacionais do regime militar passam a ver na ideia de ‘saneamento moral e cívico’ através dos processos educacionais uma condição indispensável para o desenvolvimento nacional.

É neste momento que são adicionados aos conteúdos da Educação Básica a Educação Moral e Cívica que tinha como objetivo:

- a) a defesa do princípio democrático, através da preservação do espírito religioso, da dignidade da pessoa humana e do amor à liberdade com responsabilidade, sob a inspiração de Deus; b) a preservação, o fortalecimento e a projeção dos valores espirituais e éticos da nacionalidade; c) o fortalecimento da unidade nacional e do sentimento de solidariedade humana; d) o culto à pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições e grandes vultos de sua história; e) o aprimoramento do caráter, com apoio na moral, na dedicação à família e à comunidade; f) a compreensão dos direitos e deveres dos brasileiros e o conhecimento da organização sócio-político-econômica do país; g) o preparo do cidadão para o exercício das atividades cívicas, com fundamento na moral, no patriotismo e na ação construtiva visando ao bem comum; h) o culto da obediência à lei, da fidelidade ao trabalho e da integração na comunidade.*¹⁰⁵

Ao longo da ditadura militar, com o chamado milagre econômico se observará também um crescimento das camadas médias da sociedade e um crescente aumento pela demanda de escolas privadas. Com isso, o caráter liberal adotado pelo regime optará por um crescente investimento público no setor privado. Optando por se investir pouco nas escolas públicas de educação básica e utilizar verbas públicas para

¹⁰³ Idem 363

¹⁰⁴ Ibid 374

¹⁰⁵ CUNHA, Luiz Antônio. O legado da ditadura para a educação brasileira. **Educação & Sociedade**, v. 35, p. 357-377, 2014. p 370

incentivos financeiros especiais em escolas privadas¹⁰⁶. Dentre as medidas mais utilizadas e mais onerosas aos cofres públicos se encontrou o salário-educação, destinadas ao financiamento do ensino primário e que se aplicava através de pagamento para instituições privadas em troca da oferta de bolsas de estudos.

Já na década de 1970, através de um decreto, o governo militar estabeleceu normas financeiras para o amparo de escolas privadas, fornecendo inclusive empréstimos não reembolsáveis, além de determinações a governos estaduais indicando que se deveriam criar escolas públicas em regiões onde já se ofertassem ensino na rede privada.

Porém, para que compreendamos de forma mais profunda o processo de fundação da Escola Estadual Dr. Fernando Alexandre, devemos colocar também em perspectiva as políticas educacionais estaduais que nortearam o momento de sua implantação. Por ser um grupo escolar vinculado ao Estado de Minas, cabe assim perceber as especificidades da política educacional do estado ao longo das décadas de 1960 e 1970, sobretudo aquela que deram origem a sua formação no município de Ituiutaba.

Minas Gerais ao longo na década que antecede a criação do grupo escolar, tinha como governador Magalhaes Pinto, político que se destacava como um dos principais nomes da União Democrática Nacional, alinhado ao regime militar e um dos principais agentes civis do golpe de 1964, desta maneira suas políticas em muito refletirão por um lado a ideologia de seu partido, amparado no neoliberalismo e por outro lado estar em total consonância com as demandas do regime militar.

No período que sucede o golpe civil militar o estado de Minas Gerais observará o desenvolvimento do parque industrial do estado e conseqüentemente uma enorme

¹⁰⁶ Idem p 369

demanda por Educação.¹⁰⁷ Ponderamos que esta demanda por Educação vinha de setores da burguesia e do capital internacional que se estabelecia no Brasil. Tal demanda não era em momento algum de educação crítica, amparados em valores democráticos, mas era uma educação meramente técnica, que pudesse gerar mão de obra barata e especializada dentro do contexto econômico de periferia do capital no qual o Brasil se apresentava no momento.

Para além destas demandas, havia um alto nível de analfabetismo no Estado e um baixo acesso a escolas no período¹⁰⁸, o que fez com que o governo se debruçasse em uma política educacional que reparasse estas mazelas dentro deste novo momento econômico do Estado.

No ano de 1958, o então governador Bias Fortes, já havia dado início a um projeto que buscava reparar e restaurar prédios escolares, buscando assim uma medida paliativa para os problemas educacionais, não investindo em novas unidades, mas meramente remodelando as unidades já construídas. Essa iniciativa ficou conhecida como campanha de Reparo e Restauração dos Prédios Escolares – CARRPE, e teve seu início em 1958 e sua conclusão em 1968¹⁰⁹. Como Camisassa nos mostra:

Em 1958, no governo estadual de José Francisco Bias Fortes, tendo como Secretário da Educação Abgar Renault, foi instituída a Campanha de Reparo e Restauração dos Prédios Escolares – CARRPE, que em seu art. 4º determinava dois critérios básicos para prioridade nas construções escolares:

- a) serão reparados ou restaurados em primeiro lugar os prédios que apresentarem os índices mais baixos de segurança e higiene; b) em igualdade de condições, os prédios com maior número de classes em funcionamento (MINAS GERAIS, Diário Oficial, 1958, s/p).

Com a chegada de Magalhaes Pinto ao governo do Estado em 1961, o CARRPE irá focar não só em reparos em escolas, mas estabelecerá uma meta de construção de 400 novas unidades de ensino no Estado em até nove meses. Estas novas unidades, como o próprio governo estimulava, deveriam ser construídas de forma rápida e provisória, não atendendo as demandas de forma permanente, mas apenas suprimindo as necessidades momentâneas de forma precária e sucateada, já

¹⁰⁷ DOS SANTOS CAMISASSA, Maria Marta et al. A opção governamental em Minas Gerais por uma padronização de edifícios escolares nos anos 1960-70. P 6

¹⁰⁸ idem

¹⁰⁹ Idem p 1

que poderiam ser construídas com materiais pré-fabricados, estimulando a otimização de tempo na construção e a racionalização de recursos.

Figura 9 - Escolas de Lata em Brás Pires, Ubá e Itaverava.



Fonte: SILVA, Beatriz Aparecida Ribeiro da, 2015.

A construtora vencedora recorreu ao uso de estruturas de aço e vedação/estrutura em chapas de folhas metálicas gerando as chamadas “escolas de lata”¹¹⁰ Estas escolas inicialmente possuíam um caráter provisório, mas pela falta de investimento governamental, muitas delas acabaram por ter um longo período de funcionamento nestas estruturas precárias.

Figura 10 - Foto dos fundos do Grupo Escolar Dr. Fernando Alexandre 1965



Fonte: SILVA, Beatriz Aparecida Ribeiro da, 2015.

¹¹⁰ DOS SANTOS CAMISSASSA, Maria Marta et al. A opção governamental em Minas Gerais por uma padronização de edifícios escolares nos anos 1960-70. P 6

Além disso destaca-se o caráter homogêneo de várias das escolas de latas construídas no Estado de Minas, estas escolas refletiam um tipo de educação industrial, que não levava em conta as especificidades climáticas, espaciais e culturais das localidades onde estavam sendo construídas. Buscava através de uma estética precária, padronizar a oferta de ensino utilizando poucos recursos e em um tempo de implementação curto.

Será dentro deste contexto que a Escola Estadual Dr. Fernando Alexandre será fundada no município de Ituiutaba no ano de 1965, como resultante de uma medida emergencial do governo do Estado, implantada com condições precárias para fornecer educação básica a estudantes da periferia urbana e em condições precárias. Tal unidade de ensino respondia as demandas municipais, pois fornecia possibilidade de formação de uma mão de obra letrada, ao mesmo tempo que refletia os anseios e os preceitos do novo regime implantado no Brasil.

3 SINGULARIDADES DA ESCOLA ESTADUAL DR. FERNANDO ALEXANDRE

Uma instituição escolar é formada a partir de seus discentes, na qual o processo de ensino e aprendizagem é a causa final de seu funcionamento, mas também de uma gama de outros agentes que compõem o espaço escolar. Tais agentes possuem vivências, experiências profissionais e formativas distintas e muitas vezes têm origens sociais, econômicas, étnicas e raciais distintas. Compreender desta forma as nuances formativas destes agentes, auxilia-nos a compreender a realidade prática de uma escola como nos propomos a fazer com a Escola Estadual Dr. Fernando Alexandre.

Investigamos sobre quem eram os docentes que atuavam no período determinado no recorte temporal estabelecido, 1965 a 1982, compreendendo suas origens sociais, processo de formação e vínculo profissional com a escola. Para tal realizamos pesquisa e análise documental de documentos que compõe o arquivo da escola, considerando principalmente o levantamento dos registros de controle de pessoal, além de materiais publicados na imprensa local acerca destes sujeitos.

Cabe destacar que ao nos debruçarmos em uma varredura sobre a documentação referente ao período citado, deparamo-nos com uma escassez de fontes documentais fotográficas, se comparados a outros períodos de funcionamento da escola, assim como de outros documentos que nos permitissem reconstruir a prática pedagógica da equipe docente à época. Certamente em virtude das limitações tecnológicas de registro do cotidiano escolar que se apresentavam na década de 1970, principalmente em uma escola de periferia, em condições precárias de subsistência, tais registros seriam mais escassos se comparados com as décadas posteriores de 1980, 1990 e 2000. No entanto, essas limitações documentais também se expandem para os registros internos não iconográficos, como atas, registros e registros de matrículas, produzindo um silenciamento das fontes, ou uma grande escassez no que tange a década de 1960-70.

Consideramos que assim como a presença de fontes são elucidativas e evidenciam informações relevantes e comprobatórias, suas ausências são também reveladoras e nos permitem refletir sobre as informações implícitas a esta lacuna documental. Diferente de outras escolas, as quais inclusive têm seu surgimento anterior à Escola Estadual Dr. Fernando Alexandre, cujas instituições possuem um acervo muito maior, houve sobretudo ao longo da década subsequente ao período estudado, um processo de descarte e apagamento. Esse processo pode se dar em termos comparativos com outras instituições escolares em virtude do caráter periférico da Escola Estadual Dr. Fernando Alexandre, em que devido à luta por conseguir atender às classes sociais marginalizadas e com menor poder aquisitivo, houve uma despreocupação com os registros de suas memórias, sendo observado apenas registros documentais legalmente exigidos à época, dentre estes livros de ponto e pasta de prestação de contas referente à Caixa Escolar.

Há que se considerar, que os espaços escolares são locais riquíssimos de construção de memórias, onde grupos, pessoas e segmentos diferentes disputam uma narrativa sobre o próprio espaço e sua participação nesta construção. Desta maneira, fatores diversos como a mudanças de gestão, distanciamento de determinados profissionais do ambiente escolar, ou mesmo conflitos internos e personalismos podem ter moldado a forma como determinados documentos foram geridos pela instituição mantenedora.

O registro e o arquivamento destes documentos não são de forma alguma neutras, mas repletas de intencionalidade estando a todo momento a serviço de quem detém o poder institucional e o controle socioeconômico. Nos momentos em que as instituições não viviam uma normalidade democrática e a legislação não estipulava uma maior transparência, a memória das camadas mais excluídas da sociedade foi invisibilizada e suas narrativas sobre si mesmos desconsideradas, sem que a escola se tornasse um espaço de memória. Deste modo, para melhor compreensão da realidade vivenciada pela Escola Estadual Dr. Fernando Alexandre, faz-se necessário problematizar a ausência de fontes e o impacto na construção da memória e identidade escolar, condição que refletirá diretamente na construção do Produto Educacional – O Museu Escolar Interativo.

Esta ausência documental, não sendo naturalizada, possibilita-nos ir em busca de indícios das vivências destes segmentos, que sem um olhar “a contrapelo” por parte do historiador são secundarizadas e deixam de serem vistos como sujeitos históricos, capazes de influir e atuar dentro da construção de sua própria realidade, mesmo que com poderes desiguais diante das elites dominantes.

Walter Benjamin¹¹¹ nos elucida de como compreender o fazer do historiador por meio da compreensão do materialismo histórico, onde o autor destaca que o pesquisador ao olhar para o passado deve levar em conta o método da empatia¹¹². Para tal, essa empatia deve ser o oposto do pensamento positivista e cientificista da história, onde quem a escreve deve se distanciar dos sujeitos estudados buscando uma pretensa neutralidade que inexistente no processo de construção de conhecimento histórico, ou como afirmava Fustel de Coulanges “historiador interessado em ressuscitar uma época que esqueça tudo o que sabe sobre fases posteriores da história”¹¹³.

Benjamin pontua que esta empatia, não deve ser dada discriminadamente, mas deve estar amparada em um pensamento crítico, sobretudo que tenha seus pés amparados em uma práxis do presente no qual o historiador se encontra. Desta maneira pergunta então de forma retórica o historiador alemão que morreu pelas consequências da opressão do fascismo Espanhol e do Nazismo: Então a quem devemos ter empatia? E em seguida afirma:

A resposta é inequívoca: com o vencedor. Ora, os que num momento dado dominam são os herdeiros de todos os que venceram antes. A empatia com o vencedor beneficia sempre, portanto, esses dominadores. Isso diz tudo para o materialista histórico. Todos os que até hoje venceram participam do cortejo triunfal, em que os dominadores de hoje espezinham os corpos dos que estão prostrados no chão. Os despojos são carregados no cortejo, como de praxe. Esses despojos são o que chamamos bens culturais.¹¹⁴

Assim, ao olharmos o passado, devemos buscar através dos vencidos, do qual a barbárie, nas palavras de Benjamin, se encarrega de apagar os vestígios, já que na perspectiva do autor o processo de transmissão de cultura também se faz sobre os

¹¹¹ LÖWY, Michael. **Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses" Sobre o conceito de história"**. Boitempo editorial, 2015. p2

¹¹² Idem.

¹¹³ idem

¹¹⁴ Idem

alicerces da barbárie. E para se buscar de forma profícua e que busque mudar a realidade de opressão inerente ao sistema no qual nos inserimos, nos posicionar com um olhar que encontre nas narrativas, documentos, fotografias e qualquer fonte histórica, as vozes dos ausentes, mesmo que elas falem por meio dos silêncios.

Pautaremos nossa análise sobre as práticas docentes da Escola Estadual Dr. Fernando Alexandre, buscando compreender o que os documentos nos dizem, mas não ignorando seus silêncios, sejam eles intencionais ou não, mas compreendendo que sua existência não parte de uma neutralidade, mas também compõem o arcabouço que nos permite uma aproximação do que foi a instituição escolar Dr. Fernando Alexandre nas décadas de 1960 e 1970.

Compreender isto nos permite ouvir a voz de segmentos, agentes e pessoas que tiveram sua voz extinta seja pela ação ou omissão do poder público em manter estas memórias. Nos atermos a um rigor metodológico demasiadamente “positivista” no que diz respeito às fontes oficiais, ou que desconsidere determinados indícios e rastros¹¹⁵ em nome de um cientificismo é ser reproduzidor de um silêncio dos vencidos sobre o bradar dos vencedores.

Porém, cabe-nos destacar que considerar, teorizar, e buscar aspectos indiciários de uma determinada fonte para assim construir um saber histórico, não significa relativizarmos este passado e abriremos mão de um rigor no momento em que nos debruçamos sobre as fontes históricas.

Como nos elucida Carlo Guinzburg, em: *Mitos, Emblemas e Sinais*, o paradigma indiciário é um modelo epistemológico emergido das ciências humanas ao longo do século XIX baseando-se em indícios, sinais ou sintomas que por mais que possam ser considerados irrelevantes, permitem a reconstrução de uma realidade oculta e profunda, levando em conta não aspectos quantitativos como os que se apresentam no paradigma galileano, mas sim aspectos qualitativos e individuais. Pois enquanto o paradigma Galileano busca leis gerais, repetições ou quantificações o paradigma indiciário lida com o que é único e não pode ser reduzido a estatísticas.¹¹⁶

¹¹⁵ GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, indícios: morfología e historia**. Gedisa editorial, 2020.

¹¹⁶ Idem p 149

Ainda baseando em Guinzburg, buscamos lançar um olhar abduutivo que leve em consideração o caráter semiótico que uma fonte histórica pode nos oferecer, percebendo sinais, sintomas e efeitos para assim compreender a causa de um determinado fenômeno dentro do quadro no qual nos propomos analisar. Assim, valorizando o olhar intuitivo e meticuloso dos registros do passado que nos chegam no presente, valorizando os detalhes reveladores e a capacidade de conectar fragmentos para se compreender uma totalidade que não se apresenta totalmente visível.

Explicado o arcabouço teórico metodológico que recorreremos na análise das fontes, estabeleceremos os parâmetros que nos norteiam acerca da formação e da prática docente à época.

3.1 A formação docente e o cenário educacional dos profissionais da Escola Estadual Dr. Fernando Alexandre de sua gênese até a década de 80

Compreendemos o conceito de prática docente amparado no pensamento de Mauricio Tardif¹¹⁷. Tal autor pontua que o saber e o fazer docente é tanto influenciado pelo conhecimento científico, presente nos cursos superiores e/ou nos cursos de formação de professores e escolas normais, que formavam grande parte das docentes na qual nos proporemos a analisar as trajetórias, mas também se faz por meio da própria experiência. Desta maneira, o professor ao atuar entre as paredes de uma sala de aula não recorre somente a saberes construídos de forma científica, analisados criticamente, ou validados por uma bibliografia. A prática docente também mobiliza memórias que o próprio docente tem de seu processo de escolarização, experiências profissionais vividas ao longo de sua prática e também vivências que o seu lugar social também lhe possibilita.

Ao mesmo tempo, consideramos relevantes destacar que compreendemos este fazer docente não como mera reprodução de um conhecimento científico

¹¹⁷ TARDIF, M.; LESSARD, C. O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. Petrópolis: Vozes, 2005.

produzido por outrem, mas verdadeiramente como um conhecimento distinto do conhecimento acadêmico, que é constantemente construído através da prática docente e das experiências, interações e vivências dos próprios discentes.

Figura 11 - Secretaria da Grupo Escolar Dr. Fernando Alexandre em 1977¹¹⁸



Percebemos que mesmo em momentos quando as políticas institucionais e mesmo a formação docente encaminhava esta prática para um modelo de educação bancária, ainda assim o processo de ensino e aprendizado contava com o papel atuante de um professor, de uma professora que independente de se ver como um reproduzidor, não pode de maneira objetiva atuar de maneira neutra e puramente técnica “transmitindo” conhecimentos previamente estabelecidos por outrem. Mesmo sem ter compreensão de tais aspectos por se inserirem em momentos históricos cuja formação apresentava viés conservador ou mesmo por imposições governamentais de um regime ditatorial, estes professores imprimiam em suas práticas a própria experiência, e não atuavam- por não ser isto possível- como mero transmissores, apesar de comumente se compreendessem como tal.

¹¹⁸ Fonte: Arquivo pertencente ao Grupo Escolar Dr. Fernando Alexandre

Um fator determinante para a fragmentação da identidade foi a divisão do trabalho pedagógico consolidada sob a égide da visão tecnicista, especialmente a partir da implementação do Parecer CFE 252/1969¹¹⁹. Esse dispositivo legal intensificou a separação hierárquica na escola ao introduzir a formação de "especialistas" em cursos de Pedagogia — como supervisores, orientadores e administradores —, o que gerou uma dicotomia entre quem planeja e coordena e quem executa o ensino na sala de aula. Essa estrutura promoveu a ideia de que a docência era uma atividade meramente técnica e neutra, focada na "operacionalização" de objetivos instrucionais e na utilização de tecnologias de ensino, isolando o professor de uma análise crítica sobre a realidade social e histórica na qual estava inserido. Como resultado, a identidade do professor foi reduzida a de um técnico executor de meios e recursos audiovisuais, enquanto a reflexão pedagógica e a gestão escolar eram delegadas a outros profissionais, fragmentando a unidade da prática educativa nas instituições de ensino¹²⁰.

Por fim, a fragmentação manifestou-se na estrutura interna do currículo, marcada por uma dicotomia persistente entre teoria e prática e pelo fracionamento de conteúdos. As fontes indicam que o currículo era dividido em blocos isolados: os "Fundamentos da Educação" (psicologia, biologia, sociologia) eram vistos como teorias neutras e científicas, distantes das disciplinas de Metodologia e Prática de Ensino, que eram tratadas apenas como aplicação técnica. Além disso, a Lei nº 5.692/71 permitiu o fracionamento da habilitação em subáreas específicas — como magistério exclusivo para pré-escola ou para determinadas séries —, o que frequentemente levava à exclusão de componentes fundamentais, como a alfabetização, dependendo da "opção" escolhida pelo estudante. Esse "fatiamento" do saber pedagógico, somado à prática de ensino muitas vezes cumprida de forma burocrática ou apenas por meio da observação, gerou uma dispersão que impediu a formação de uma identidade docente sólida e integrada. Somente a partir da década de 1980, movimentos de educadores passaram a clamar pela docência como base unitária da identidade profissional para superar esse legado de fragmentação.¹²¹

¹¹⁹ TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. *Revista brasileira de educação*, n. 14, p. 61-88, 2000. P 60

¹²⁰ Idem p 80

¹²¹ Idem 84

No entanto, ao ter um posicionamento acrítico e se ver como reprodutor de conhecimentos ou inculcador de saberes nos estudantes “desprovidos de qualquer tipo de conhecimento” nesta concepção o docente em muitos casos pode acabar por reproduzir e construir um tipo de saber que não esteja condizente primeiramente com valores aceitáveis e desejáveis em uma sociedade democrática e que atuem como agentes de violências simbólicas segundo os parâmetros de Pierre Bourdieu¹²².

Diante do exposto, o processo de ensino se caracterizará como a busca por inculcar nas classes dominadas, valores, perspectivas, desejos e sobretudo a compreensão de mundo provenientes de uma classe dominante. Por mais que estes processos de dominação simbólica não possam ser feitos de forma integral e sem um processo de negociação e assimilação em relação ao próprio sujeito dominado¹²³.

Propomo-nos então refletirmos sobre até que ponto o processo de formação e de experiências sociais influenciaram na prática docente das professoras que atuaram na escola Estadual Dr. Fernando Alexandre. Quais compreensões podemos elucidar ao olharmos e analisarmos os vestígios de seus processos de formação e suas origens sociais, que tipo de abordagem para com o ambiente escolar estas agentes reproduziam e que noção de escola possuíam.

Se faz relevante também a análise do contexto em que tais profissionais da educação atuavam, levando em conta aspectos econômicos, estatais e sociais que pautaram a categoria docente ao longo dos anos 1960 e 70. Para tal recorreremos ao trabalho de Calaça¹²⁴ que nos traz experiências profissionais e o contexto social e político da prática docente nos tempos da ditadura.

As transições legislativas e estruturais na formação de professores no Brasil tiveram um marco inicial significativo com o Ato Adicional de 1834, que descentralizou a instrução primária, transferindo às Províncias a responsabilidade de legislar sobre as escolas e o preparo de seus docentes¹²⁵. Essa mudança permitiu a criação da

¹²² BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Editora Vozes, 2023.

¹²³ THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. Companhia das Letras, 2025.

¹²⁴ SILVA, Lilian Calaça da et al. Construindo o ser professor: a experiência como constituinte de trajetórias histórico-profissionais (dos anos 60 aos anos 90). 2003.

¹²⁵ TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. **Revista brasileira de educação**, n. 14, p. 61-88, 2000. P 63

primeira Escola Normal em Niterói (1835), cujo currículo era rudimentar e focado no domínio do método de ensino mútuo¹²⁶. Durante o Império, as escolas normais enfrentaram trajetórias incertas, sendo frequentemente criadas e extintas devido à falta de recursos e alunos. Com o advento da República em 1891, a competência legislativa permaneceu descentralizada, mantendo o ensino normal sob responsabilidade dos estados. Nesse período, estados mais progressistas, como São Paulo, implementaram reformas que serviram de paradigma para o país, introduzindo os "grupos escolares" e estendendo a duração dos cursos normais para quatro anos, buscando uma formação de caráter enciclopédico e científico¹²⁷.

A partir da década de 1930, sob a influência do movimento da Escola Nova e da centralização política do Estado Novo, a estrutura do ensino normal passou por novas remodelações para profissionalizar o magistério e superar o modelo híbrido de cultura geral e profissional. Reformas no Distrito Federal (1932) e em São Paulo (1933) transformaram as Escolas Normais em Institutos de Educação, elevando as exigências de ingresso e focando o currículo exclusivamente em disciplinas pedagógicas e científicas, como psicologia e sociologia educacional. Esse processo de uniformização nacional consolidou-se com a Lei Orgânica do Ensino Normal (Decreto-Lei 8.530/1946), que dividiu a formação em dois ciclos: o primeiro, de quatro anos, para "regentes" do ensino primário; e o segundo, de três anos, para a formação de mestres primários. Esta legislação também acolheu os cursos normais rurais e regionais, adaptando a formação às diversidades econômicas e culturais das diferentes zonas do país¹²⁸.

A fase final de grandes transições estruturais ocorreu sob a vigência da LDB 4.024/1961 e, posteriormente, da Lei 5.692/1971 durante o regime militar. Enquanto a LDB de 1961 trouxe flexibilidade curricular e descentralização administrativa, a Lei de 1971 alterou drasticamente a identidade da formação docente ao extinguir a escola normal como instituição autônoma¹²⁹. O curso foi transformado na Habilitação Específica para o Magistério (HEM), diluindo-se como uma das muitas opções do ensino de 2º grau, o que gerou críticas sobre o "esvaziamento" e a "descaracterização"

¹²⁶ Idem 64

¹²⁷ Idem 68

¹²⁸ Idem 75

¹²⁹ Idem 78

da profissão. Esse cenário de crise só começou a ser revertido com o movimento de revitalização nos anos 80, que culminou na LDB 9.394/1996. A nova lei estabeleceu que a formação de docentes para a educação básica deve ocorrer em nível superior (licenciatura plena), embora ainda admita, de forma transitória, a formação em nível médio como requisito mínimo para os anos iniciais¹³⁰.

A ditadura civil militar a partir de um discurso neoliberal implementou um verdadeiro desmonte na educação brasileira, primeiramente minando o caráter crítico e de formação cidadã que se vinha debatendo a partir das propostas escola novistas e da perspectiva freyriana, adotando um modelo de educação que buscava sobretudo a profissionalização, sobretudo após a reformulação do ensino em 1971¹³¹.

A Lei 5.692/71 provocou uma mudança profunda no sistema educacional brasileiro. Ela transformou o antigo Curso Normal, que formava professores para atuar da 1ª à 4ª série com uma preparação específica e voltada para a docência, em apenas uma entre várias habilitações do então ensino de 2º grau¹³². Dentro da proposta de profissionalização obrigatória, a formação para o magistério acabou sendo diluída, perdendo força, identidade e consistência. O que antes era um curso claramente direcionado à preparação de professores passou a ocupar um espaço indefinido, muitas vezes visto como uma opção “menor” ou apenas como um caminho rápido para entrar no mercado de trabalho, sem o devido compromisso com a qualidade da formação¹³³.

Com isso, as antigas Escolas Normais foram, na prática, desmontadas. No lugar delas, surgiu um modelo que muitos especialistas da época consideraram frágil e inadequado. As grades curriculares pareciam modernas no papel, cheias de termos técnicos e novas disciplinas, mas, na realidade, apresentavam pouco conteúdo pedagógico consistente¹³⁴.

No campo do currículo, a lei levou a um claro enxugamento dos conteúdos e à redução das disciplinas fundamentais para quem iria ensinar nas séries iniciais. Pesquisas realizadas em escolas que ofereciam o curso de Magistério mostraram que

¹³⁰ Idem 61

¹³¹ Com a **Lei 5.692/71**

¹³² GATTI, Bernardete A. A formação do professor de 1º grau. **Educação e Seleção**, n. 20, p. 79-89, 1989. p 80

¹³³ idem

¹³⁴ Idem 83

as matérias estavam pouco articuladas entre si e distantes da realidade educacional brasileira, especialmente das necessidades das crianças das camadas populares. Temas essenciais, como alfabetização, ensino de matemática e estudos sociais, passaram a ser tratados de forma superficial. O resultado foi a formação de professores com preparo insuficiente e pouca compreensão sobre como relacionar métodos de ensino ao desenvolvimento dos alunos¹³⁵.

Além disso, a criação das chamadas Licenciaturas Curtas buscava responder rapidamente à expansão do sistema de ensino¹³⁶. Porém, ao reduzir a carga horária e apostar em formações mais amplas e polivalentes, acabou oferecendo uma preparação limitada, que muitas vezes não garantia nem mesmo o domínio básico dos conteúdos específicos, como os das ciências físicas e biológicas.

Com o passar do tempo, os efeitos dessa reforma ficaram evidentes. Houve uma queda na qualidade do ensino e uma desvalorização crescente da carreira docente. Altos índices de repetência e evasão escolar continuaram a marcar a realidade educacional brasileira. A formação passou a separar teoria e prática como se fossem mundos isolados: os futuros professores aprendiam conceitos de forma abstrata, mas sem ligação com o cotidiano das escolas. Ao enfrentar dificuldades em sala de aula, muitos acabavam recorrendo apenas às experiências que tiveram como alunos, reproduzindo modelos antigos, em vez de aplicar conhecimentos pedagógicos mais consistentes.

No fim das contas, a Lei 5.692/71 demonstrou os limites de uma mudança conduzida principalmente por decretos. Reformar a educação não depende apenas de alterar estruturas legais, mas de garantir condições reais de formação sólida e valorização para aqueles que vivem, diariamente, o desafio de ensinar¹³⁷.

Desta maneira os militares e os setores empresariais brasileiros, que concebiam a vocação brasileira como a de fornecer mão de obra barata, como era típico aos países da periferia do capitalismo, ou na denominação da época países do terceiro mundo, adotaram posturas americanófilas como o acordo MEC/USAID¹³⁸ que

¹³⁵ GATTI, Bernardete A. A formação do professor de 1º grau. **Educação e Seleção**, n. 20, p. 79-89, 1989. P 85

¹³⁶ idem

¹³⁷ GATTI, Bernardete A. A formação do professor de 1º grau. **Educação e Seleção**, n. 20, p. 79-89, 1989.

¹³⁸ Idem.

buscava transformar o ensino básico, sobretudo os voltados para as camadas populares em um gerador de mão de obra especializada ao mesmo tempo que acrítica. Em Minas Gerais este processo se fez sentir principalmente através das escolas polivalentes, com uma estabelecida também em Ituiutaba em inícios dos anos 1970.

A Escola Estadual Dr. Fernando Alexandre não foi diretamente atingida com esta política de profissionalização, estabelecida nos 2º graus, pois neste período contava apenas com o 1º grau, no entanto cabe a nós fazer este destaque para que se elucide o lugar educacional em que o governo militar colocava os estudantes oriundos das classes populares. Diferente das escolas voltadas para uma elite ou uma classe média, as escolas direcionadas a estes setores não se voltavam para uma preparação para cursos superiores, mas sim se direcionava para a preparação para o mundo do trabalho.

E esta preparação não se encontrava somente em um currículo voltado para conteúdos amparados nas necessidades de industrialização tardia do Brasil, ela também se dava através de conteúdos atitudinais, que buscavam estimular os estudantes a um civismo acrítico, que valorizasse o nacionalismo, os símbolos pátrios e adotassem um comportamento militarizado, formando o que o regime militar preconizará como exemplo de cidadão.

Ao mesmo tempo, desde os 1º graus se buscará adaptar estes estudantes a uma rotina que condicione seu corpo para o trabalho, doutrinando seu comportamento corporal para a repetição e o disciplinamento.

No que tange a prática profissional dos professores, podemos observar alguns aspectos seja na construção curricular, seja nos recursos econômicos direcionados a escola, seja na própria vigilância, típica dos contextos ditatoriais como a que o Brasil viveu a partir de 1964.

A precariedade do trabalho docente, segundo as análises da época, aparecia de forma mais clara na questão salarial. Entre as décadas de 1960 e 1980, os professores enfrentaram uma forte perda de poder aquisitivo. Em 1986, por exemplo, os dados mostram que a remuneração média era muito baixa: professores leigos recebiam cerca de 1,27 salários mínimos, enquanto aqueles formados pelo antigo

Curso Normal ganhavam aproximadamente 1,72 salários mínimos. Em alguns estados, o salário chegava a ficar abaixo do mínimo nacional — que, por sua vez, já havia perdido metade do seu valor real em comparação com quase três décadas antes¹³⁹.

Com rendimentos tão limitados, o magistério se tornava uma profissão pouco atraente. Muitos jovens deixavam de considerar a carreira, e aqueles que já estavam na área conviviam com a insegurança e a expectativa de encontrar uma ocupação mais estável e melhor remunerada. Permanecer na docência, para muitos, dependia da possibilidade de alcançar alguma melhoria nas condições de trabalho¹⁴⁰.

Diante dessa realidade, era comum que professores assumissem jornadas excessivas ou acumulassem empregos para complementar a renda da família. Essa sobrecarga reduzia drasticamente o tempo disponível para atividades essenciais à qualidade do ensino, como planejar aulas com cuidado, corrigir trabalhos com atenção, estudar o currículo e buscar formação continuada. O resultado era um trabalho fragmentado: o professor dava aulas em diferentes escolas, às vezes em várias disciplinas, sem o tempo necessário para se preparar adequadamente. A sociedade exaltava o docente como formador de mentes, mas, na prática, as condições materiais de trabalho impediam que esse papel fosse plenamente exercido.

A precariedade também se manifestava na organização das próprias instituições escolares. Muitos cursos de formação funcionavam no período noturno, reunindo alunos e professores que já chegavam cansados após um dia inteiro de trabalho. Isso contribuía para um uso desordenado da carga horária e para a falta de integração entre as disciplinas. Havia pouco incentivo ao aperfeiçoamento profissional e escasso apoio institucional. O acompanhamento do trabalho docente costumava ser burocrático e distante, limitado a relatórios formais que pouco dialogavam com a realidade da sala de aula.

Nesse contexto, somava-se ainda a distância entre teoria e prática. O que se aprendia nos cursos nem sempre dialogava com os desafios concretos da escola. Diante das dificuldades, muitos professores acabavam abandonando propostas inovadoras e reproduzindo os modelos tradicionais que haviam vivenciado como

¹³⁹ idem pg 85

¹⁴⁰ idem pg 81

alunos. Assim, formava-se um ciclo difícil de romper: condições precárias levavam a práticas limitadas, que, por sua vez, mantinham um ensino distante das necessidades reais das camadas populares.¹⁴¹

Nas décadas de 1960 e 1970, o planejamento dos professores era marcado por um controle rigoroso por parte das direções escolares. A autonomia do docente em sala de aula era bastante limitada. De acordo com os depoimentos das fontes, nas escolas primárias era obrigatório elaborar um plano de aula todos os dias, e o professor só podia entrar na sala depois que a diretora desse o “visto” no documento¹⁴². Não se tratava apenas de uma formalidade: caso a direção não concordasse com o conteúdo ou com a forma do planejamento, ele deveria ser alterado. Assim, o professor acabava seguindo uma linha de trabalho previamente definida, com pouca margem para adaptações próprias.

Para que esse sistema funcionasse, os docentes precisavam chegar à escola com antecedência — pelo menos quinze minutos antes do início das aulas — para que a direção pudesse conferir os planos. Nenhum conteúdo poderia ser trabalhado sem essa autorização prévia. O controle, portanto, fazia parte da rotina escolar e influenciava diretamente o cotidiano pedagógico¹⁴³.

Além da supervisão interna, o planejamento também era condicionado por orientações vindas de instâncias superiores, como a Secretaria de Educação. As professoras organizavam suas aulas com base nos Programas de Ensino enviados pela Delegacia de Ensino. Esses programas já vinham distribuídos ao longo dos meses, restando ao docente, em grande medida, apenas executar o que estava determinado. Essa rigidez ficava ainda mais evidente no sistema de avaliações: até 1971, as provas chegavam de Belo Horizonte em pacotes lacrados e sigilosos. Muitas vezes, as próprias professoras só tinham acesso às avaliações no momento em que os envelopes eram abertos para os alunos responderem. Isso revela que o sistema

¹⁴¹ Gatti 83

¹⁴² SILVA, Lilian Calaça da et al. Construindo o ser professor: a experiência como constituinte de trajetórias histórico-profissionais (dos anos 60 aos anos 90). 2003. P 128

¹⁴³ Idem 71

avaliativo servia não apenas para medir o aprendizado dos estudantes, mas também para fiscalizar o trabalho do professor¹⁴⁴.

Esse modelo de planejamento refletia um contexto educacional autoritário, no qual o professor assumia mais o papel de executor do que de planejador autônomo¹⁴⁵. A diretora concentrava funções de orientação e fiscalização, e o planejamento diário tornava-se o principal instrumento de verificação do cumprimento do programa oficial. Havia uma estrutura burocrática rígida, em que as decisões vinham “de cima para baixo”, reforçando um controle constante sobre o trabalho pedagógico¹⁴⁶.

A abordagem conteudista, que predominou no cenário educacional brasileiro durante as décadas de 1970 e 1980, caracteriza-se por um modelo de enfoque enciclopédico e tradicional, fortemente voltado para saberes acadêmicos. Nesse paradigma, o ensino baseia-se na transmissão verbal de conceitos e na memorização mecânica, em que o professor, como especialista, prioriza o domínio da estrutura da disciplina e a transposição didática. A ação dos alunos/estudantes era essencialmente não participativa, limitando-se à repetição de exercícios e à absorção passiva de informações, o que reflete uma visão simplificada do processo de ensino e da formação docente¹⁴⁷.

No contexto específico da pesquisa apresentada nas fontes, 60% dos professores entrevistados tiveram sua formação baseada nesse modelo, que utilizava o quadro negro (100%) e o livro didático (60%) como principais recursos tecnológicos¹⁴⁸. Essa estratégia de ensino sobrepôs-se a outras abordagens na época, funcionando como um reflexo das regras e da conjuntura impostas pela ditadura militar. As avaliações nesse modelo eram coerentes com a rigidez do sistema, consistindo majoritariamente em provas mensais com questões objetivas de múltipla escolha, focadas em medir e verificar resultados em relação aos objetivos instrucionais previamente planejados.

Na perspectiva da abordagem tecnicista, impulsionada pela Lei nº 5.692/71 durante o regime militar, o professor era concebido fundamentalmente como um

¹⁴⁴ Idem 89

¹⁴⁵ Idem 39

¹⁴⁶ Idem 72

¹⁴⁷ QUEIROZ, Donner Rodrigues et al. Saberes docentes nas décadas de 70 e 80. **Cadernos da FUCAMP**, v. 14, n. 21, 2015. P 23

¹⁴⁸ idem

organizador e executor técnico dos componentes do processo de ensino-aprendizagem. Nessa lógica, a prática docente deveria ser rigorosamente planejada para garantir resultados instrucionais que fossem altamente eficazes e eficientes, focando na seleção de conteúdos e em estratégias de avaliação precisas¹⁴⁹. O docente atuava como um especialista que aplicava conhecimentos científicos e pedagógicos produzidos por outros — a chamada racionalidade técnica —, tratando o ensino como uma ciência aplicada e o professor como um "treinador" voltado para a instrumentação técnica¹⁵⁰.

Este paradigma de "especialista técnico" possuía um forte viés positivista, buscando avaliar a eficácia do ensino por meio do estudo das relações entre o comportamento do professor em ação (processo) e a aprendizagem efetiva dos alunos (produto). Contudo, no final da década de 1970, essa formação baseada em unidades técnicas separadas começou a ser questionada por movimentos que buscavam harmonizar a relação entre educação e sociedade¹⁵¹. O modelo do professor/treinador sofreu uma ruptura, dando lugar à figura do educador como sujeito político, dotado de uma consciência crítica e capaz de compreender a realidade de seu tempo para interferir na transformação da escola e da sociedade¹⁵².

Somente após as mudanças legislativas ocorridas a partir de 1971 é que as escolas e os professores passaram a conquistar maior autonomia, inclusive no processo de avaliação. Aos poucos, o planejamento deixou de ser apenas um ritual de conferência diária e passou a abrir espaço para maior flexibilidade e atenção à realidade da aprendizagem dos alunos.

Nas décadas de 1960 e 1970, a falta de recursos materiais e tecnológicos fazia parte da rotina das escolas. Não havia facilidades que hoje parecem básicas, como a fotocopadora. Como lembram os depoimentos, “tudo era feito no mimeógrafo a álcool”, o que tornava a reprodução de atividades um processo demorado e trabalhoso. Preparar uma simples folha para os alunos exigia tempo, paciência, recurso manual e, muitas vezes, utilização de recursos próprios para o custeio do material. Diante dessas limitações, quem desejava inovar precisava ser criativo:

¹⁴⁹ Idem pg 20

¹⁵⁰ Idem 21

¹⁵¹ Idem 20

¹⁵² idem

usava-se projetor de slides quando havia disponível ou até se levava de casa uma vitrola portátil para tentar tornar as aulas mais interessantes¹⁵³.

As dificuldades não se restringiam à estrutura da escola. A situação financeira dos professores também era bastante complicada. Os relatos mencionam a “dificuldade financeira” provocada pelos baixos salários recebidos “em qualquer grau de ensino”. Isso afetava diretamente a vida profissional e pessoal do docente, que muitas vezes não conseguia comprar livros, viajar ou participar de cursos de formação. Para complementar a renda, era comum assumir uma “tripla jornada de trabalho”, lecionando de manhã, à tarde e à noite. Esse ritmo exaustivo garantia o sustento, mas deixava pouco tempo e recursos para o próprio aprimoramento profissional e cultural, algo essencial para o exercício do magistério¹⁵⁴.

A carência era tão grande que algumas escolas dependiam do apoio da comunidade para manter atividades básicas. Mesmo instituições públicas conhecidas enfrentavam “dificuldades na aquisição de material pedagógico”. Para arrecadar fundos, promoviam-se festas beneficentes, desfiles de moda e outros eventos com a participação dos pais e da comunidade local. Em certos casos, a precariedade era evidente: havia escolas em que a “biblioteca de Geografia não existe”, o que limitava as possibilidades de pesquisa e leitura complementar dos alunos. Nesse contexto, ensinar exigia não apenas conhecimento, mas também criatividade, resistência e um esforço constante para superar as limitações impostas pela falta de recursos¹⁵⁵.

A trajetória profissional dos professores nas décadas de 1960 e 1970 muitas vezes começava dentro de casa. Era comum que filhas de professoras seguissem o mesmo caminho, influenciadas pela experiência das mães e pela ideia, bastante difundida na época, de que o magistério era uma “boa profissão para a mulher”¹⁵⁶. Assim, o ingresso no Curso Normal aparecia quase como uma escolha natural, socialmente esperada. Apesar das dificuldades que a carreira já apresentava, o magistério ainda mantinha certo prestígio social. Nem sempre, porém, o ingresso na profissão ocorria por meio de concurso público: muitos começavam dando aulas por convite, como substitutos. Ao longo do tempo, vários docentes buscavam continuar

¹⁵³ Idem 99

¹⁵⁴ Idem 98

¹⁵⁵ Idem 99

¹⁵⁶ Idem 33

os estudos e assumir novos desafios, passando do ensino primário para o secundário e, em alguns casos, chegando ao ensino superior. Essa caminhada profissional acabava se misturando à própria construção da identidade pessoal.

Por outro lado, as condições de trabalho exigiam grandes sacrifícios. A estrutura administrativa era rígida e os salários, baixos, o que levava muitos professores a assumir uma tripla jornada¹⁵⁷, lecionando nos três turnos para garantir a própria sobrevivência. No dia a dia da escola, a falta de recursos era evidente: não havia xerox, e o mimeógrafo a álcool era o principal instrumento para reproduzir atividades. Além disso, muitos livros disponíveis estavam em línguas estrangeiras, dificultando ainda mais o trabalho.

O período da Ditadura Militar também marcou profundamente o ambiente escolar. Há relatos de diretores ligados aos militares e até de aparelhos de escuta utilizados para vigiar aulas consideradas “perigosas”. Diante disso, professores precisavam agir com cautela, muitas vezes recorrendo ao silêncio ou a estratégias discretas para evitar problemas. O controle pedagógico era igualmente rígido: o plano de aula precisava receber diariamente o visto da direção antes que o docente pudesse entrar em sala. Esse conjunto de exigências limitava a autonomia do professor e reforçava um contexto em que o magistério se tornava cada vez mais controlado e menos valorizado como prática intelectual¹⁵⁸.

O contexto político e social das décadas de 1960 e 1970 foi profundamente marcado pela instalação e consolidação da ditadura militar no Brasil. O regime teve início em 1964, sob o argumento de combater a corrupção e impedir o avanço do comunismo, mas rapidamente se transformou em um governo autoritário que restringiu direitos, suprimiu liberdades democráticas e concentrou o poder nas mãos do Executivo.¹⁵⁹

Para garantir essa centralização, os militares editaram os chamados Atos Institucionais (AIs). O AI-2 acabou com os partidos políticos existentes, instituiu o bipartidarismo e estabeleceu eleições indiretas para presidente. Já o AI-5, decretado em 1968, foi o instrumento mais duro do regime: permitiu o fechamento do Congresso,

¹⁵⁷ Idem 76

¹⁵⁸ Idem 71

¹⁵⁹ QUEIROZ, Donner Rodrigues et al. Saberes docentes nas décadas de 70 e 80. **Cadernos da FUCAMP**, v. 14, n. 21, 2015. pg 16

a suspensão de direitos políticos, a censura à imprensa e ampliou os poderes repressivos do Estado. A partir desse momento, o país passou a viver sob intensa vigilância, com perseguição sistemática a opositores. Gerais como Médici, Geisel e Figueiredo se sucederam no poder, mantendo o controle político por meio de mecanismos autoritários¹⁶⁰.

A repressão estatal atingiu seu ponto máximo durante o governo de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974). Nesse período, organizações de guerrilha urbana e rural foram duramente combatidas pelos órgãos de segurança. Instituições como o DOI-CODI tornaram-se símbolos da violência do regime, sendo associadas a prisões arbitrárias, torturas e mortes. No campo educacional, a vigilância também era intensa. O Serviço Nacional de Informações (SNI) monitorava escolas e universidades em busca de possíveis focos de “subversão”¹⁶¹. Além disso, o Decreto-Lei 477 permitia punir professores e estudantes envolvidos em protestos ou manifestações consideradas contrárias ao governo, reforçando o clima de medo e silenciamento.

No plano econômico, o período ficou conhecido pelo chamado “milagre econômico”, caracterizado por alto crescimento do PIB e controle da inflação, especialmente no início da década de 1970. No entanto, esse crescimento não foi acompanhado por distribuição de renda ou ampliação significativa de políticas sociais. Ao contrário, houve aumento da concentração de renda e aprofundamento das desigualdades. Enquanto o governo utilizava eventos como a Copa do Mundo de 1970 para fortalecer a propaganda oficial, muitos trabalhadores enfrentavam baixos salários e precariedade. Professores da rede estadual, por exemplo, chegaram a receber menos que um salário mínimo, evidenciando que o crescimento econômico não significava valorização profissional nem melhoria estrutural da Educação e da Saúde. No final da década de 1970, o aumento da dívida externa e da inflação começou a enfraquecer o apoio ao regime.

A partir do governo Geisel, iniciou-se um processo de abertura política chamado de “lenta, gradual e segura”. Ainda assim, essa transição enfrentou resistências internas dentro das próprias Forças Armadas. No campo educacional, começaram a surgir críticas ao modelo tecnicista imposto pela Lei nº 5.692/71, que priorizava uma

¹⁶⁰ idem

¹⁶¹ Idem 17

formação voltada para a eficiência técnica e para as demandas do mercado, reduzindo o papel do professor a um mero executor dos conteúdos. Em resposta, emergiram greves docentes e movimentos sociais que defendiam a redemocratização do país e uma educação comprometida com a formação de cidadãos críticos¹⁶².

Nesse contexto, fortaleceu-se a ideia de que a escola não deveria ser apenas instrumento de reprodução da ordem dominante, mas espaço de reflexão e transformação social. Assim, o antigo modelo do “professor-treinador” começou a ser questionado, dando lugar à concepção do educador como sujeito político, capaz de contribuir ativamente para a construção de uma sociedade mais democrática.

Tabela 5 - Número de professores na Escola Estadual Dr. Fernando Alexandre de 1972-1975

Ano	Mês	Efetivas	Substitutas	Total de Professores
1972	Fevereiro a Julho	3	5	8
	Setembro	3	7	10
	Outubro	3	8	11
1973	Fevereiro	-	-	5
	Março	-	-	5
	Abril a Maio	-	-	4
	Junho	-	-	5
	Julho a Novembro	-	-	4
1974	Janeiro	-	-	4
	Fevereiro a Março	-	-	3
	Abril a Agosto	-	-	2
	Setembro	-	-	3
	Outubro	-	-	5
	Novembro	-	-	2
	Dezembro	-	-	3
1975	Fevereiro a Dezembro	-	-	7

¹⁶² Idem 18

No caso específico da Escola Estadual Dr. Fernando Alexandre, ao analisarmos o ponto de frequência referente ao ano de 1972, percebemos um aspecto bastante significativo: o número de professoras substitutas, variando entre cinco e oito ao longo do período, era consideravelmente superior ao número de efetivas, que se mantinha em apenas três. Esse dado, longe de ser apenas quantitativo, revela uma dinâmica estrutural da instituição naquele momento histórico.

Tal realidade dialoga diretamente com o contexto legal vigente, especialmente com a implementação da Lei nº 5.692/71, que reformulou o ensino de 1º e 2º graus e permitiu o chamado registro precário de profissionais não licenciados — como bacharéis ou pessoas com formação em áreas afins — quando não houvesse número suficiente de docentes habilitados. Assim, a ampliação obrigatória do ensino de 1º grau, promovida pelo regime militar, não foi acompanhada por uma formação proporcional de professores licenciados, o que gerou lacunas no quadro docente.

Nesse sentido, a dependência de professoras substitutas na escola Estadual Dr. Fernando Alexandre indica uma provável dificuldade na constituição de um corpo docente estável. A escola, inserida nesse processo de expansão educacional, recorria a contratações temporárias como estratégia para suprir as demandas impostas pela nova legislação. Tal cenário evidencia as tensões entre a política de massificação do ensino e as condições reais de estrutura e profissionalização do magistério no período.

Figura 12 - Quadro de Frequência do livro de ponto dos servidores da Escola Estadual Dr. Fernando Alexandre 1972

-- QUADRO DE FREQUÊNCIA --

FOLHA N.º 1

COLETORIA ESTADUAL DE IJUÍ/RS
 REPARTIÇÃO: G. E. "DR. FERNANDO ALEXANDRE"
 MUNICÍPIO: IJUÍ/RS

SECRETARIA: EDUCAÇÃO
 MÊS: MAIO de 1972

N.º de Ordem	MASP OU T. C.	NOME DO FUNCIONÁRIO	CARGO OU FUNÇÃO	NÍVEL OU PADRÃO	Dias em que o servidor esteve nas situações abaixo: (especificar o período)				Aulas Extras Ministradas	OBSERVAÇÕES
					Efetivo Exerc.º	Lic. Tr.º de Saúde	Lic. p/ parto	Faltas		
1	152.407	Abigail França Ribeiro	Profa.	M-A	27 e 28	--	--	29	--	Faltosa, aguarda public. lic. int. particulares
2	86.589	Alza M. Ribeiro Rodrig. Marques	Direção	M-D	1 a 31					
3	86.599	Geórgia M. Ribeiro Mello	Insp. Adm.	M-E	1 a 31					
4	118.718	Laudolina Polidoro de Assis	servante	J	1 a 31					
5	152.372	Maria Aparecida Nascimento	Profa.	M-B	1 a 14-16 a 31			1		15
6	152.271	Rurá Cardoso Arruda Alessandri	Profa.	M-A						Lic. Int. Part.
PESSOAL SUBSTITUTO										
7	34200403	Elza Inês Leonal	Profa.	D	1 a 31					
8	34200401	Maria Abadia da Silva	Profa.	D	1 a 31					
9	34200402	Maria Vitória França Ribeiro	Profa.	D	1 a 31					
10	34200405	Neuri Sonia Melo	Profa.	D	1 a 31					
11	34200404	Tereza Ferreira	Profa.	D	1 a 31					
Estão relacionadas neste quadro 11 servidoras										

Ijuí/RS 3 de abril de 1972

RESPONSÁVEL
 Elza Maria Ribeiro Rodrigues Marques
 Cargo: Diretora (MASP 86.589)

Fonte: Arquivo de documentos da E. E. Dr. Fernando Alexandre

Ao avançarmos na análise do ponto de frequência entre os anos de 1973 e 1974, percebemos uma alteração bastante significativa no quadro docente da Escola Estadual Dr. Fernando Alexandre. Nota-se uma queda acentuada no número total de professoras, chegando-se, em diversos meses de 1974, ao número crítico de apenas duas docentes em exercício. Esse dado revela não apenas uma oscilação administrativa, mas uma possível crise estrutural vivenciada pela instituição naquele contexto.

Tal redução pode ser compreendida à luz do processo de descaracterização profissional do Magistério ocorrido após a promulgação da Lei nº 5.692/71. O Magistério, que anteriormente possuía identidade própria e certo reconhecimento social, passou a ser tratado como uma habilitação técnica entre outras, o que contribuiu para a perda de prestígio e atratividade da carreira.

A esse quadro soma-se a questão econômica. As fontes apontam para uma severa desvalorização salarial ao longo da década de 1970, com relatos de professores estaduais recebendo remunerações inferiores a um salário mínimo. A drástica diminuição do corpo docente em 1974 pode, portanto, refletir esse cenário de

insatisfação profissional, levando muitas docentes ao abandono da carreira ou à busca por outras ocupações que oferecessem melhores condições de sustento.

Por fim, não podemos desconsiderar o contexto político do período. O ano de 1974 marca o início do governo Geisel, ainda sob o auge da repressão política instaurada pelo regime militar. Instrumentos como o Decreto-Lei 477, que previa punições a estudantes e professores considerados subversivos, contribuía para um clima de vigilância e controle nas instituições de ensino. Nesse ambiente, consolidava-se o modelo do “professor-treinador”, voltado à formação técnica e disciplinada, o que pode ter provocado o afastamento daqueles que não se adequavam a essa lógica autoritária. Dessa forma, a redução do número de docentes na escola insere-se em um contexto mais amplo de transformações políticas, econômicas e educacionais que marcaram profundamente o período.

Ao observarmos a própria organização da tabela, percebemos que a expressão “Total de Professoras” não é um detalhe meramente formal, mas um indicativo importante da composição do quadro docente no período analisado. O uso reiterado do feminino confirma aquilo que as fontes bibliográficas apontam: o processo de feminização do magistério já estava plenamente consolidado nas décadas de 1970. A docência no ensino de 1º grau era exercida majoritariamente por mulheres, o que revela tanto uma característica estrutural da profissão quanto uma construção histórica e social em torno dela.

Nesse contexto, o Magistério era frequentemente concebido como uma profissão de natureza “maternal”, entendida como extensão das atribuições femininas no espaço doméstico. A figura da professora era associada à ideia de cuidado, dedicação e vocação, atributos culturalmente vinculados à mulher. Essa concepção reforçava a naturalização da presença feminina na escola primária e, ao mesmo tempo, contribuía para a desvalorização simbólica e material da profissão, uma vez que o trabalho docente era visto mais como missão do que como exercício profissional especializado.

Além disso, as fontes destacam que essas mulheres enfrentavam a realidade da dupla jornada. Ao assumirem o trabalho escolar, não deixavam de ser responsabilizadas pelas tarefas domésticas e pelos cuidados com a família. Em um contexto de precariedade estrutural da escola e de baixos salários, muitas precisavam

dedicar tempo extra ao planejamento, à organização de materiais e ao atendimento das demandas institucionais, frequentemente sacrificando o convívio familiar. Assim, a feminização do Magistério não pode ser analisada apenas como um dado numérico, mas como parte de uma dinâmica social mais ampla, marcada por desigualdades de gênero e pela sobrecarga feminina no mundo do trabalho.

Ao analisarmos a tabela para além de seus números, percebemos que ela não se limita a um simples registro administrativo, mas constitui um verdadeiro retrato estatístico da crise de identidade docente apontada por autoras como Tanuri e Gatti. Os dados quantitativos, quando confrontados com a bibliografia, ganham densidade interpretativa e revelam tensões profundas vividas pelo magistério no período.

No caso da Escola Estadual Dr. Fernando Alexandre, os anos de 1972 a 1974 parecem configurar uma fase de transição marcada por instabilidade e retração. A diminuição de postos efetivos, a oscilação no número de docentes e, especialmente, a redução significativa do corpo docente em determinados momentos indicam um processo que vai além de questões administrativas pontuais. Trata-se de um contexto mais amplo de reestruturação educacional que impactou diretamente a identidade profissional das professoras.

Essa realidade dialoga com o desprestígio social e a precariedade econômica que atingiram o Magistério durante a ditadura militar. A expansão quantitativa do ensino não foi acompanhada por políticas consistentes de valorização docente, o que contribuiu para o enfraquecimento simbólico e material da profissão. Assim, a tabela analisada pode ser compreendida como expressão concreta de uma crise maior: a do magistério enquanto categoria profissional, que vivenciava, simultaneamente, perda de reconhecimento social, instabilidade funcional e dificuldades econômicas.

3.2 Aspectos financeiros da escola estadual dr fernando alexandre nas décadas de 1970-80

Realizar uma análise aprofundada sobre uma instituição escolar, devemos nos atentar para além de aspectos culturais e sociais, considerando as características econômicas que perpassam por esta instituição, percebendo a forma como ela se

mantém, como utiliza seus recursos e quais segmentos de classes estão envolvidos neste processo, para além do poder público.

Nesta perspectiva, buscamos compreender qual foi o papel das instâncias federais, estaduais e municipais no que tange à Escola Estadual Dr. Fernando Alexandre, buscando perceber a relação dos sujeitos destas escolas com o setor público, e com os segmento político da sociedade. Para além disso, buscamos perceber como a escola se inseria dentro dos objetivos institucionais e políticos vigentes no recorte estudado, e principalmente, a partir de um olhar dialético sobre a história desta mesma instituição escolar, buscamos compreender como a escola se adaptou, reformulou e atuou – não como meramente receptora passiva de determinações institucionais macroestruturais- mas também como agente formador de uma sociedade em movimento.

Também buscamos compreender se algum segmento da iniciativa privada atuou na manutenção da escola, e que tipo de instituições escolares foram formadas a partir desta relação entre público e privado, estabelecendo um olhar crítico a respeito das classes sociais que integraram o processo de formação, consolidação e funcionamento da escola.

Cabe aqui destacar que a documentação acerca dos aspectos financeiros da escola é escassa, fruto, de como afirmamos anteriormente, uma invisibilização e uma despreocupação que o poder público ao longo das décadas de 70, 80 e 90 tiveram para com as escolas, principalmente escolas periféricas, voltados para o atendimento às classes trabalhadoras e que não se inseriam em uma memória afetiva de uma elite local, como é o caso de outras instituições escolares em Ituiutaba.

No entanto, apesar dos percalços documentais e de sua escassez, amparados em uma visão crítica oriunda da historiografia, consideramos que o processo de registro das memórias e a escrita da história que perpassa pelos “vencidos” requer um olhar mais profícuo ao pesquisador sobre as esparsas fontes que guardam o fazer e o viver das classes subalternizadas.

Assim sendo, destacamos que apesar da escassez de documentação, que certamente limitou a pesquisa, o levantamento documental realizado possibilitou-nos encontrarmos, estabelecemos uma “fotografia” por mais que limitada, elucidativa, dos

aspectos que nortearam o financiamento do funcionamento da Escola Estadual Dr. Fernando Alexandre nas décadas de 70/80..

Diante destes adendos, iniciamos nossa abordagem compreendendo os aspectos macro históricos do processo de manutenção econômica da educação ao longo dos anos que se seguiram a fundação da Escola.

No contexto da ditadura observamos um processo constante de sucateamento da educação. Ao longo da década de 1970, com o chamado milagre econômico, houve uma ampliação das camadas médias da sociedade brasileira, que diante da exteriorização do ensino público e ambicionando um status social obtido através do acesso à educação, se ampliou a demanda por escolas privadas, que viveram um momento de crescimento ao longo do período militar.¹⁶³

Porém se a iniciativa privada colhia os louros do avanço econômico, e das isenções por parte do poder público, a escola pública não obteve os mesmos avanços, passando por um processo de esvaziamento de recursos. Esse sucateamento atingiu principalmente a valorização dos professores, que sofreram drásticas reduções salariais, e mesmo com as greves e lutas por salários mais dignos a partir da década de 1970, esse processo de diminuição do poder aquisitivo dos professores continuou ao longo de todo o governo militar¹⁶⁴.

Esse processo de desvalorização, quando colocado sobre a luz do recorte específico da Escola Estadual Dr. Fernando Alexandre leva-nos também a considerar os aspectos de gênero que incidiram sobre esse processo no âmbito nacional.

Ao longo das primeiras décadas do século XX, observou-se uma constante feminização do Magistério, principalmente no que tange ao ensino primário, no qual a Escola Fernando Alexandre, se inseria na década de 1970.

Já na década de 1940 observaremos em determinados locais até mesmo a proibição de homens em se matricularem em cursos normais, como nos elucida o decreto 7941 de 1943, no então Distrito Federal (Rio de Janeiro)¹⁶⁵. Este

¹⁶³ CUNHA, Luiz Antônio. O legado da ditadura para a educação brasileira. **Educação & Sociedade**, v. 35, n. 127, p. 357-377, 2014. pg 363

¹⁶⁴ Idem pg 364

¹⁶⁵ RABELO, Amanda Oliveira; MARTINS, Antônio Maria. A mulher no magistério brasileiro: um histórico sobre a feminização do magistério. In: **VI Congresso Luso Brasileiro de História da Educação**. Minas Gerais: Anais do evento, 2006. p. 6167-6176. p 10

procedimento de feminização no entanto não causou uma exclusão dos homens do ensino, só os realocou em lugares privilegiados e de destaque, não mais como professores, já que agora as qualidades de “cuidadoras” e “maternais” incutidas no discurso da época a respeito da posição feminina era mais adequado ao ato de gerir uma sala de aula. Porém estas mesmas qualidades exigidas das professoras, era, aos olhos desta sociedade, incompatível com o papel de gestor e líder, que se tornou um território prioritariamente masculino.

É diante desse discurso que a desvalorização profissional se intensifica, pois ao considerar que para atuar no magistério a mulher deveria não ser uma profissional, mas sim uma figura dotada de um “dom”, o seu salário poderia ser reduzido, diante de uma visão onde a prática de ensinar se equivaleria, no discurso político, a um sacerdócio¹⁶⁶.

Assim a desvalorização salarial que se segue aos anos da ditadura, para além de uma desvalorização de uma determinada classe profissional, é também uma desvalorização da atuação profissional de um determinado gênero.

Na Escola Estadual Dr. Fernando Alexandre, onde neste período todas as suas profissionais eram mulheres, certamente essa desvalorização abarcou também este recorte. Se a sociedade patriarcal via o magistério primário como um território feminino, isto de fato se mostrava na prática dentro dos muros da Escola Estadual Dr. Fernando Alexandre.

Este aspecto de gênero irá perpassar profundamente os aspectos econômicos e de manutenção da Escola, pois juntamente com o papel de cuidadora direcionado ao papel feminino também se observa um afastamento do poder público da obrigação de manter estas unidades escolares, legando o papel de garantir grande parte dos seus recursos às suas próprias professoras, já que estas eram vistas como “abnegadas, dotados de um dom, maternais e incumbidas quase de uma missão, um sacerdócio, no qual também se inseria garantir recursos para o funcionamento da própria escola.

Este fator será mais aprofundado adiante. Neste momento buscamos somente mostrar como o processo de desvalorização por parte do poder público atingiu

¹⁶⁶ Idem pg 10

também os agentes da Escola, ao realizar uma crescente depauperação salarial aos longos dos anos 60 e 70.

Para além dos aspectos de valorização profissional, observa-se neste momento uma crescente ampliação do número de matrículas, estimulado por uma legislação que já se estabelecia desde as décadas de 1960, além de uma urbanização crescente e uma industrialização nacional. Esse aumento no número de vagas, também deve ser relativizado, principalmente se levarmos em consideração o resto do mundo, onde o Brasil ainda permanecia aquém, mesmo que houvessem avanços em relações a recortes temporais anteriores. Porém esse crescimento da oferta de vagas não veio acompanhada de uma ampliação da qualidade do ensino público¹⁶⁷.

Figura 13 - Notas fiscais constantes na pasta de prestação de contas da Caixa Escolar Dr. Fernando Alexandre (ano 79-80) indiciando um possível aumento no quantitativo de estudantes

The image shows two documents side-by-side. The left document is a receipt (RECIBO N°) from Caixa Escolar Dr. Fernando Alexandre, dated 23/06/80, for the purchase of stationery. It includes a table with columns for quantity, specification, unit price, and total price. The right document is a fiscal note (NOTA FISCAL) from A Bandeirante Livraria e Papelaria Ltda., dated 23/06/80, for the purchase of stationery. It includes a table with columns for quantity, description, unit price, and total price.

QUANTIDADE	ESPECIFICAÇÃO	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
300	Canetas Esferográficas	5,00	1.500,00
200	Canetas de Tinta	1,80	360,00
200	Canetas de Tinta	3,20	640,00
200	Canetas de Tinta	3,80	760,00
			3.260,00

Quant.	DISCRIMINAÇÃO	VALOR
600	Canetas Esferográficas	3.000,00
200	Canetas de Tinta	760,00
		3.760,00

Fonte: Arquivo Financeiro da E. E. Dr. Fernando Alexandre

¹⁶⁷ KANG, Thomas H. Descentralização e financiamento da educação brasileira: uma análise comparativa, 1930-1964. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 41, p. 573-598, 2011. pg 594

No período da ditadura militar, observou-se um avanço no número de vagas, porém que reproduziu desigualdades sociais. Assim ao mesmo tempo em que se observava uma crescente centralização na gestão de recursos fiscais nas mãos do governo federal, também se percebe que não houve melhorias principalmente no campo do ensino primário¹⁶⁸.

Se no âmbito federal observamos um processo de sucateamento e diminuição constante do investimento na educação ao longo do período militar, no que diz respeito ao aspecto Estadual a situação foi semelhante.

O gráfico abaixo é bem elucidativo no que diz respeito ao decréscimo dos investimentos Estaduais ¹⁶⁹:

Gráfico 4 - Percentual de Gastos Estaduais em Educação Pública, Brasil, 1941-1964.



Fonte: BRASIL. *Finanças do Brasil* (vários números).

Nele observamos como ao longo do período republicano desenvolvimentista e da república Liberal que vai de 1945 até 1964 houve uma crescente nos investimentos estaduais no que se refere a educação, porém com o golpe civil-militar de 1964 esse quadro mudou, resultando em um decréscimo, no ano anterior ao ano de fundação da Escola Fernando Alexandre.

De tal forma compreendemos como a escola tem sua gênese em um momento em que os investimentos educacionais seja no âmbito federal ou estadual estavam

¹⁶⁸ idem

¹⁶⁹ KANG, Thomas H. Descentralização e financiamento da educação brasileira: uma análise comparativa, 1930-1964. *Estudos Econômicos (São Paulo)*, v. 41, p. 573-598, 2011. p 586

reduzidos, motivados por uma visão liberal de educação, onde a educação deixa de ser um direito para se converter em um produto, além de se inserir em um contexto de expansão do ensino e dos números de vagas mas em uma perspectiva onde a ampliação da oferta não vem acompanhada de uma melhora na qualidade do ensino, como se manifesta nos programas, anteriormente citados, das escolas de lata. Escolas com uma estrutura física precária e provisória, voltada principalmente para atingir estudantes filhos de trabalhadores e de setores excluídos da sociedade.

No âmbito municipal observamos também a partir da documentação a relação entre a elite política local e a Escola Estadual Dr Fernando Alexandre. É relevante pontuar que apesar da Escola pertencer ao estado de Minas Gerais, no período em que nosso recorte, percebe-se uma utilização de tais instituições escolares por parte de lideranças políticas municipais.

As motivações por trás desta relação são diversas, primeiramente pelo fato de que a gênese de uma escola é uma ação política que envolve vários segmentos, dentre eles o municipal. Políticos locais influíam diretamente na escolha do local onde tais escolas seriam instauradas, seja através da doação dos terrenos pelo poder público municipal, seja através de suas influências para com lideranças políticas estaduais.

Este processo era lucrativo para estes políticos, pois, atendiam às suas “clientelas” eleitorais, ao serem os mediadores entre seus anseios e o Estado. Além de que também se colocavam na posição de divulgadores e intermediadores de políticos externos ao município (como deputados, governadores, etc) e os possíveis eleitores do município.

Tal relação pode ter norteado o processo de gênese da Escola Estadual Dr. Fernando Alexandre, principalmente pelo contexto político no qual Ituiutaba se encontrava no momento. Em 1964, ano do golpe civil-militar, Ituiutaba foi reflexo de conflitos nacionais entre a esquerda trabalhista manifestada no PTB, e a direita que contava com o apoio dos militares.

Assim, poucos meses após a deposição do presidente João Goulart (PTB), o prefeito e o vice-prefeito de Ituiutaba, José Arsênio de Paula e Rodolfo Leite de Oliveira foram retirados de seus cargos, a partir de uma acirrada imposição de

militares que se estabeleceram na cidade, e o então vereador e liderança política e econômica local, Geraldo Gouveia Franco foi empossado como prefeito.

Foi na gestão de Gouveia Franco que a Escola Estadual Dr Fernando Alexandre foi fundada, fruto da relação entre o Governador do Estado Magalhães Pinto, da União Democrática Nacional, e o prefeito Geraldo Gouveia, também da UDN.

Cabe destacar que Magalhães Pinto foi grande entusiasta do golpe civil-militar e forte opositor do governo petebista de João Goulart. Percebemos então, que a Escola Estadual Dr. Fernando Alexandre surge e possivelmente passa seus primeiros anos sob a égide desta relação clientelística entre políticos municipais da UDN e seus correligionários estaduais.

Figura 14 - Trecho da imprensa local noticiando inaugurações de grupos escolares em Ituiutaba pelo governador Magalhães Pinto¹⁷⁰.



¹⁷⁰ MOREIRA, Geraldo Sétimo. CONCLUÍDOS OS PRÉDIOS DOS NOVOS GRUPOS. Folha de Ituiutaba. Ituiutaba.31 de julho de 1963. Página 1.

Se tomarmos como parâmetro de comparação com outras escolas surgidas em um recorte temporal próximo, veremos que as disputas políticas e o uso da criação de escolas como método de divulgação política já se estabelecia desde as décadas de 1950, quando políticos ligados ao PTB encabeçaram a fundação do Educandário Espirita (Escola Estadual Maria de Barros). Segundo a imprensa local, esta escola foi fundada contando inclusive em sua inauguração com a presença de grandes lideranças petebistas como o deputado Mario Palmério, destacado líder trabalhista nacional, atuante em Uberaba.

Reforçamos estes aspectos para demonstrar que o processo de gênese de uma escola estadual, não excluía a participação ativa de lideranças políticas municipais. Utilizada seja com o objetivo clientelista, personalista, eleitoral mas também com objetivos de sanar a partir das condições externas problemas reais da população ituiutabana.

Esta relação, porém não se limitava ao ato de fundação e de mediação política institucional para que esta ocorresse, muitas das vezes ela se prolongava ao longo de todo o período de funcionamento da escola.

Em 1969, na gestão do prefeito Samir Tanús, através da Lei nº 1.302, de 9 de dezembro, concedia o poder público municipal subvenção de NCr 2.241,00 a Escola Estadual Dr. Fernando Alexandre, destinada a construção de seu muro¹⁷¹.

A partir deste fato podemos levantar alguns tópicos acerca da relação escola e município. O primeiro deste é de que os agentes e gestores que compunham o quadro de funcionários da Escola Estadual Dr. Fernando Alexandre faziam parte de uma rede de relações que perpassava por lideranças políticas locais, e negociavam, estabeleciam contato, e talvez até mesmo redes clientelísticas com essas lideranças.

Um demonstrativo da inserção de associados da escola dentro da rede das elites econômicas locais se dá através de Cleuza Chaves de Macedo. A trajetória de Cleuza é elucidativa do perfil de profissionais inseridos na escola, e compreender sua

¹⁷¹ ITUIUTABA (MG). Lei nº 1.302, de 9 de dezembro de 1969. Disponível em: <https://www.ituiutaba.mg.leg.br/leis/lei-municipal/leis-ordinarias/ano-de-1969/lei-no-1-302-de-9-de-dezembro-de-1969/view>. Acesso em: 6 mar. 2026.

origem social é também lançar luz sobre as relações que se davam dentro do ambiente escolar e suas ligações para com a comunidade.

Figura 15 - Citação do nome da professora Cleuza Chaves de Macedo em uma coluna social em um jornal local¹⁷²

FOLHA SOCIAL

ANIVERSARIOS

Fazem anos:

Dia 16 — Amanhã

— o sr. Geraldo Gouveia Franco, fazendeiro neste município;

— a sra. Dinair Franco Pereira, esposa do sr. Francisco Custódio Pereira, fazendeiro neste município;

— o sr. Sebastião José de Freitas, funcionário do Serviço de Fazenda da Prefeitura Municipal.

Dia 17 —

— a srta. **Cleuza Chaves Macêdo**, filha do sr. João Batista de Macêdo, fazendeiro no município de Campina Verde.

Dia 18 —

dro Pinto Moreira-d.^a Leonora Moreira de Andrade, também fazendeiros no município de Campina Verde.

Gratos pelos convites que nos foram endereçados, antecipamos aos noivos nossos cumprimentos com os melhores augúrios de felicidades.

GENTE NOVA

Está em festa o lar do dr. Carlos Gomes da Silva e sra. Helena Martins Gomes, com o nascimento de sua segunda herdeira ocorrido dia 12 do mês em curso. A garota recebeu o nome de Maria Virginia.

Nossos cumprimentos ao feliz casal com votos de boas vindas à recém-nascida.

Cleuza, como membro da sociedade atuante na comunidade escolar, sendo associada à Caixa Escolar Dr. Fernando Alexandre como Membro do Conselho Fiscal, ao mesmo tempo que vinha de uma das mais tradicionais famílias do Pontal do Triângulo Mineiro, com suas origens remontando ao século XIX. João Batista de Macedo, pai de Cleuza aparece em várias ocasiões na imprensa local, ora em colunas sociais, típicas de uma elite letrada que ainda encenava seu prestígio através das

¹⁷² MOREIRA, Geraldo Sétimo. Folha Social. Folha de Ituiutaba. Ituiutaba. 15 de maio de 1963. Página 4.

páginas da imprensa, mas também em notas comerciais, ao subscrever-se como acionista do Matadouro Industrial Ituiutaba S/A¹⁷³.

Figura 16 - Subscrição de sócios do Matadouro Industrial de Ituiutaba S/A, mostrando a inserção da família de Cleuza chaves na elite econômica Ituiutabana¹⁷⁴

Esta notícia é sensacional

Constituiu autêntico sucesso a primeira semana de lançamento das novas ações do Matadouro Industrial Ituiutaba S/A. Homens de negócios, comerciantes, industriais e pecuaristas, vieram constituir a vanguarda deste notável empreendimento financeiro.

Esta dinâmica extraordinária no setor dos investimentos sólidos, deveu-se, certamente, a três fatores primordiais: Confiança na Administração da Empresa, Emprêgo Vantajoso de Capital e Rentabilidade Garantida.

LISTA DOS SUBSCRITORES DE AÇÕES

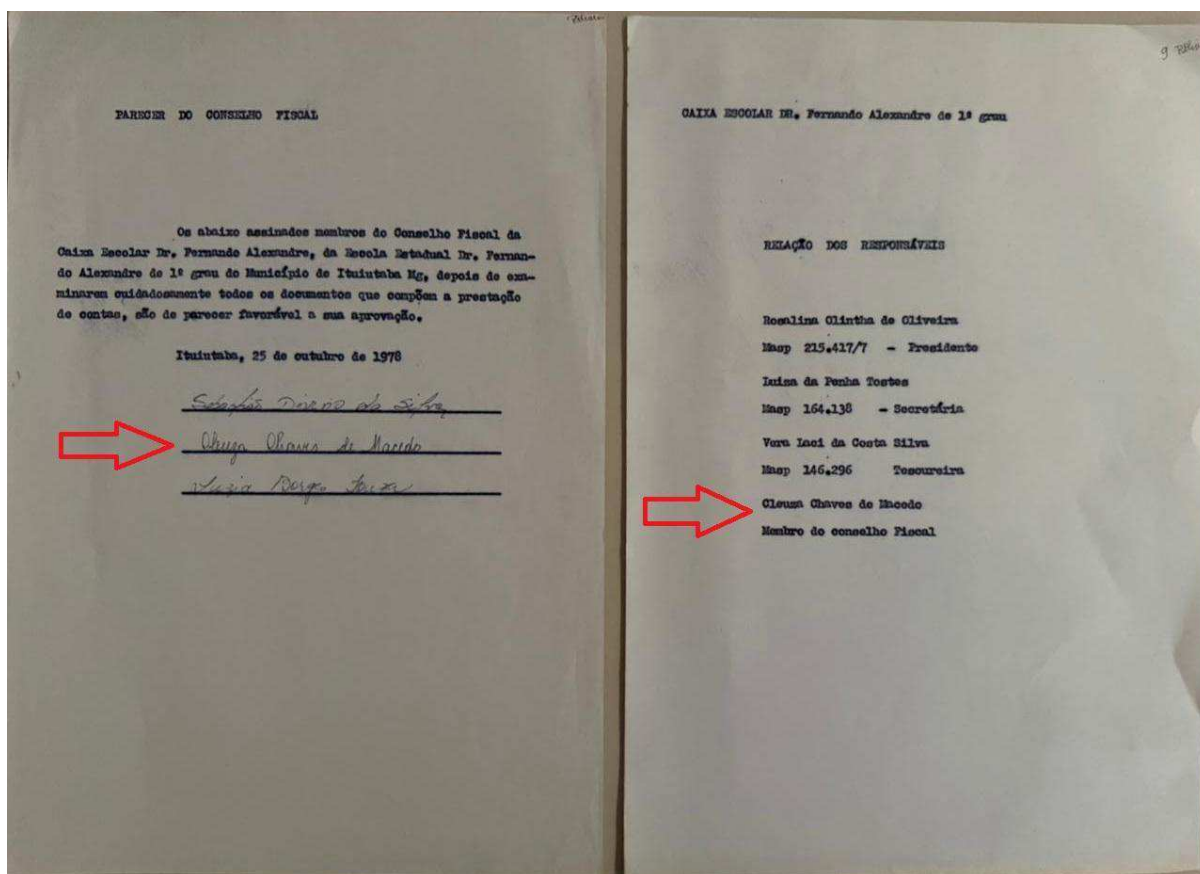
João Batista Macedo
Aramis Franco Macedo
Armando Romeo Petean
Florêncio José Ferreira
Sebastião Simão de Oliveira
Dion Chaves
Irineu Macedo
Mozar José Vieira
Sônia Maria Rezende
Ruy Barbosa Franco
João Oliveira Gouveia

¹⁷³ Folha de Ituiutaba. **Esta notícia é sensacional**. Ituiutaba, MG, p. 3, 1962. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=829838&pesq=JO%C3%83O%20BATISTA%20DE%20MACEDO&pagfis=503>. Acesso em: 6 mar. 2026.

¹⁷⁴ MOREIRA, Geraldo Sétimo. Esta Notícia é sensacional. Folha de Ituiutaba. Ituiutaba. 17 de novembro de 1962. Página 1.

Destacamos que apenas uma única trajetória não é suficiente para categorizar a comunidade de uma determinada instituição escolar, porém esta trajetória individual nos elucida sobre a origem e as relações para as quais aquela a comunidade escolar estava aberta. As professoras e as gestoras, não provinham das mesmas classes que os estudantes, e por sua origem social, possuíam aberturas que lhes possibilitavam intermediar o diálogo entre uma elite local e estas mesmas comunidades desfavorecidas.

Figura 17 - Documentos do parecer do Conselho Fiscal anexos a pasta de prestação de contas da Caixa Escolar Dr Fernando Alexandre 1978, indicando a participação de Cleuza Chaves de Macedo como membro do Conselho Fiscal no segmento membro da sociedade.



Fonte: Arquivo Financeiro da E. E. Dr. Fernando Alexandre

Este diálogo não necessariamente se caracterizaria como assistencialismo ou filantropismo, mas poderia, sem dúvidas, apresentar estes traços em um contexto de descaso político para com a educação.

Observamos que mesmo as escolas estaduais eram campos de atuação de políticos municipais, que ao destinarem verbas e subvenções a elas, em detrimento das escolas municipais buscavam satisfazer seus interesses de manutenção no poder, seja agradando uma determinada classe social, ou moradores de uma determinada região, ou até mesmo ampliando sua influência para dentro de instituições estaduais, onde sua jurisdição de poder não alcançava.

Anteriormente a lei acima citada nos elucida sobre a utilidade da precariedade em que se encontravam as escolas provisórias de “lata” construídas durante o governo de Magalhaes Pinto. Estas escolas, nascidas fruto de uma política pública limitada, precarizada, no âmbito municipal se converteu em uma oportunidade das elites políticas locais em estabelecer laços e influência sobre espaços estaduais.

Para adentrarmos nos meandros da gestão financeira específica da Escola Estadual Dr. Fernando Alexandre, primeiramente consideramos relevante conceituar o termo Caixa Escolar, pois, foi através de documentos de prestação de contas da Caixa Escolar que analisamos a gestão e obtenção destes mesmos recursos.

As caixas escolares no Brasil surgiram no final do século XIX, com registros pioneiros em Pernambuco na década de 1870 e em São Paulo em 1892, inicialmente focadas em estimular a economia entre alunos e auxiliar os mais pobres. Com o tempo, ganharam força como ferramentas de gestão financeira e merenda escolar, com forte expansão na década de 1940.

No século XIX, estas caixas escolares atendiam às demandas por uma educação financeira aos estudantes, visando primeiramente estimular as práticas de poupanças e auxiliar no ensino de uma economia pessoal, semelhante as aulas de matemática financeira nos dias atuais.

Ao longo do século XX, o conceito de caixa escolar irá se expandir para estados como Minas Gerais em 1911 e Rio Grande do Sul em 1917. Neste contexto, seu objetivo já será de cunho assistencialista, ao buscar assegurar a permanência de estudantes pobres em escolas através da compra de materiais, uniformes e alimentos.

Observamos assim seu início no século XIX dentro do contexto social e político onde os problemas sociais eram vistos como ausência de educação e/ou instrução, algo que vai ao encontro de práticas higienistas, então vigorantes no Brasil neste contexto, e termina por se tornar uma prática que busca sanar problemas de distribuição de renda através da prática do assistencialismo ancorados em tendências e visões religiosas da caridade para com os pobres.

Assim a própria organização econômica destas escolas, surge de uma visão que percebia o ensino público não como um direito garantido pelo Estado, mas uma concessão que a classe social mais rica concedia à classe mais pobre.

Em meados do século XX, as caixas escolares ganham o caráter de associações civis vinculadas a escolas públicas, e seu objetivo passa ser gerenciar recursos. Elas se consolidaram, portanto, como uma forma de assistência à infância escolarizada, evoluindo de filantropia para instrumentos de gestão direta de recursos públicos.

Cabe destacar que os vícios filantrópicos permaneceram ao longo das décadas de 1960, 1970 e 1980 como veremos ao analisar a prestação de contas da Caixa Escolar Dr. Fernando Alexandre nos anos 1977 a 1982.

Analisando a prestação de contas, verificamos que esta nos apresenta uma escassez de verbas públicas direcionadas diretamente a escola, onde 31, 69 % provinham de origem federais, direcionadas por Deputados.

Sobre os valores recebidos pela escola, se percebe primeiramente que no ano de 1979 somente 25,23% das verbas vinham da União, enquanto 74, 77% eram oriundas de subvenção de “entidades diversas”, não havendo registros do recebimento de recursos do Estado ou Município. Essas porcentagens mostram como ausência de políticas do próprio estado reforçavam alianças que poderiam dar margens para práticas eleitorais e clientelísticas com grupos políticos locais, regionais ou nacionais.

Figura 18 Demonstrativo Fiscal anexo a pasta de prestação de contas indicando a origem dos recursos estatais da Escola Estadual Dr. Fernando Alexandre 1982.

E. E. "Dr. Fernando Alexandre" de 1º Grau

RECEITA	VALOR - (R\$)	
	PARCIAL	TOTAL
01 - Saldo anterior (do trimestre ou ano anterior)		8.516,09
02 - Subvenções e auxílios recebidos no trimestre, provenientes: da União do Estado (SES) do Município de subvenções de Deputados de Entidades diversas	55.481,47 - - 169.379,82	219.841,30
03 - Contribuições: de alunos outras: (especificar)	- - -	
04 - Doativos em mercadorias:	4.413,73 2700,00	7.113,73
(Atribuir, se o valor a bens as mercadorias recebidas, dis- criminando-as)		
em dinheiro: comunidade	129.528,60	129.528,60
(discriminar as fontes)		

Fonte: Arquivo Financeiro da E. E. Dr. Fernando Alexandre

Figura 19 Demonstrativo Fiscal anexo a pasta de prestação de contas indicando a origem dos recursos oriundos da comunidade da Escola Estadual Dr. Fernando Alexandre 1982

R E C E I T A	V A L O R - R \$	
05 - Campanha Anual de Merenda Escolar (1982) <hr/> <hr/> <hr/> (atribuir, em %, valor aos gêneros alimentícios recebidos no trimestre)	110.789,73 <hr/> <hr/> <hr/>	<hr/> <hr/> <hr/> 110.789,73
06 - Doações Gaiar <hr/> <hr/> <hr/>	56.411,49 <hr/> <hr/> <hr/>	<hr/> <hr/> <hr/> 56.411,49
07 - Outras: <hr/> <hr/> <hr/> (Citar outras rendas e doações que não se enquadram nos itens anteriores)	<hr/> <hr/> <hr/>	<hr/> <hr/> <hr/>
08 - Total da Receita		527.202,92

Fonte: Arquivo Financeiro da E. E. Dr. Fernando Alexandre

Figura 20 Demonstrativo Fiscal anexo a pasta de prestação de contas indicando as despesas da Escola Estadual Dr. Fernando Alexandre 1982.

D E S P E S A S	V A L O R - (v.0)	
	PARCIAL	TOTAL
01 - Assistência ao Estudante		
a - alimentação	149.294,71	
b - material escolar	38.399,00	
c - livros didáticos	50.000,00	
d - medicamentos de urgência	-	
e - vestuário e calçados	30.003,48	
f - material didático	117.000,00	
g - outras (especificar)		
		384.697,19
02 - Manutenção e Conservação		
a - pequenos reparos	18.143,00	
b - material de limpeza e higiene	8.452,22	
c - gás e água	31.610,00	
d - outras (especificar E. T. B. E.)	74.451,00	
		127.656,22
03 - Outras despesas (não compreendidas nos itens anteriores)		
04 - Total das despesas		512.353,41

Fonte: Arquivo Financeiro da E. E. Dr. Fernando Alexandre

Para além destes valores oriundos de verbas públicas a escola na década de 1970 também era contemplada com verbas do INAE (Campanha Nacional da Merenda Escolar). Cabe aqui historicizar o processo histórico que perpassa pelas políticas públicas voltadas para a merenda escolar.

Figura 21 Recursos do INAE (Campanha Nacional da Merenda Escolar) direcionados ao Caixa Escolar Dr. Fernando Alexandre 1982

05 - Campanha Nacional da Merenda Escolar (INAE)		
	110.189,73	
	-	
	-	
(Atribuir, em 0, valor aos Gêneros alimentícios recebidos no trimestre)		110.189,73

Fonte: Arquivo Financeiro da E. E. Dr. Fernando Alexandre

Os debates acerca deste tema e de seu financiamento remontam a década de 1940, mas se intensificaram a partir da década de 1950 com as políticas trabalhistas e assistencialistas que marcaram os governos Vargas¹⁷⁵, no entanto em suas primeiras décadas estes programas tinham um campo de ações bastante limitado, focado em regiões carentes, localizadas principalmente na região nordeste do Brasil.

Na década de 1960, este quadro irá se alterar a partir de acordos estabelecidos entre o governo do Brasil e o governo Norte Americano, no contexto da guerra fria, onde os estados unidos buscavam ampliar sua zona de influência sobre países do chamado “terceiro mundo”. Neste contexto, as políticas de envio de recursos alimentares básicos para um público também carente dentro do quadro educacional brasileiro irá se ampliar através da intervenção da USAID¹⁷⁶.

No início da década de 1970, com as conseqüentes crises econômicas que assolaram o mundo capitalista e conseqüentemente os EUA, o envio de recursos se limitou, obrigando o governo militar a adotar abordagens diferentes para suprir suas políticas sucateadas de assistencialismo. Dentre elas se destacou a intensificação da própria indústria brasileira em fornecer suprimentos voltados para a merenda escolar, porém, estes alimentos se enquadravam dentro de um “mercado pré-teste” antes do

¹⁷⁵ DE ARRUDA, Elcia Esnarriaga; ALMEIDA, Camila Moreira. A mercantilização do programa nacional de merenda escolar. *InterMeio: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação-UFMS*, v. 11, n. 22, 2005. p 95

¹⁷⁶ IDEM PG 97

lançamento comercial de tais produtos¹⁷⁷, transformando alunos carentes em “cobaias” para a indústria alimentar brasileira.

Em 1975 se instaurou o II PRONAN, após o primeiro não “sair do papel” este programa visava sanar o problema nutricional das camadas mais pobres da sociedade brasileira, ao mesmo tempo que buscava favorecer os pequenos produtores rurais, realizando a compra de alimentos para as escolas.¹⁷⁸ O programa contou com base financeira para seu funcionamento recursos dos estados, distrito federal, municípios e empréstimos internos.

Porém o programa sofreu severas mutilações, e não foi de fato implementado como havia sido planejado, e as demandas por uma alimentação de qualidade acabou por ceder aos interesses de um mercado comandado por indústrias nacionais ou estrangeiras.

Na escola Fernando Alexandre encontramos no ano de 1979 o envio de 110.789, 73 cruzeiros destinados a essa merenda, valor este que sozinho não conseguiu suprir as próprias despesas com alimentação, que foram da ordem de 149, 294, 71 cruzeiros. Sendo o restante possível suprido com recursos de outras origens, algumas delas fruto do assistencialismo da própria comunidade.

Para além das verbas públicas direcionadas acima citadas a escola também era beneficiada com a política de assistência ao educando, voltada para estudantes considerados carentes, e que tinha como objetivo principal suprir as necessidades relacionadas a matérias didáticos de uso destes mesmos estudantes.

Esta verba deveria ser usada na aquisição de livros didáticos, cadernos, lápis, borracha e materiais referentes a uniformização e vestuário. Cabe destacar que esta política foi relevante no sentido de garantir uma determinada autonomia a Escola Estadual Dr. Fernando Alexandre, principalmente sobre os materiais didáticos pedagógicos utilizados na prática docente.

Partindo agora para o quantitativo das verbas direcionadas pela própria comunidade observamos que 36, 26% da receita total da escola no ano de 1979 era oriunda de ações da comunidade, dividas entre donativos de mercadorias, doações em dinheiro da comunidade, e bazares realizados pela escola

¹⁷⁷ Idem 101

¹⁷⁸ Idem pg 102

Tabela 6 - Distinção das receitas originadas da comunidade por categoria¹⁷⁹

Origem	Valor em cruzeiros (CR\$)	Percentual da receita total (%)
Donativos em mercadorias	7.115,73	1,37
Donativos em dinheiro	124.528,60	24,01
Bazares	56.411,47	10,88

De tal maneira percebemos que sem esta participação da comunidade seria impossível o funcionamento da escola já que a verba pública só suprimiria pouco mais que 64% das despesas correntes no mesmo ano de 1979.

Como citado acima esse financiamento por parte da comunidade desperta mais perguntas que respostas, já que a documentação não nos elucida seus doadores e suas origens. Poderiam tanto ser pais e responsáveis de estudantes, como professores e até mesmos membros das elites locais com interesses políticos e de influência sobre a escola, fatores que existiam se levarmos em conta as subvenções municipais.

Além disso também se observa através da doação de receita em forma de mercadorias de uma estreita proximidade entre a escola e o comércio local, relação esta que poderia se dar através de seu próprio quadro de funcionários que mantinham proximidade com comerciantes da cidade, e faziam parte de famílias tradicionais oriundas destas mesmas elites.

Por fim os bazares e campanhas realizadas, demonstram uma estratégia de manutenção da escola, com fortes traços de assistencialismo e filantropismo. Demonstrando que a percepção da educação como um dever do poder público não se fazia presente.

Assim com estratégias oriundas de associações religiosas, ou obras de caridade, a escola se desenhava ao longo da década de 1970 como uma instituição que se ramificava para se entrelaçar a uma elite e um comércio local, fortalecendo a percepção da educação, da alimentação escolar e do próprio direito de um ensino público como uma concepção de classes elevadas a uma comunidade marginalizada.

¹⁷⁹ Fonte: Pasta de prestação de contas da Escola Estadual Dr. Fernando Alexandre. 1979

Tabela 7 - Receita e suas origens do ano de 1979¹⁸⁰

Origem da Receita	Valor em cruzeiros (Cr\$)
Auxílios oriundos Da União	55.461,47
Auxílios de entidades diversas	164.379,83
Donativos em Mercadorias	7.115,73
Donativos em dinheiro	124.528,60
Campanha Nacional da Merenda	110.789,73
Promoções/Bazar	56.411,47
Saldo anterior	8.516,09
Total	518.686,83

Esta relação pode ser compreendida, assim como no nível municipal e estadual, como uma forma de controle e de manutenção de relações eleitorais entre políticos e a própria escola. Não consideramos estas práticas unicamente eleitorais, mas cabe considerar que eram dentre outras coisas, uma forma de políticos estabelecerem apoio eleitoral, a partir da ausência do próprio poder estadual em direcionar verbas para a escola.

Outra consequência que poderia advir desta relação entre políticos federais e estaduais e a escola se dá no campo da relação entre gestão dentro da rede clientelística destes políticos, tornando o direcionamento de verbas para uma determinada instituição, menos como uma política pública, com objetivos e visão a longo prazo, e mais como fruto de contatos e redes de sociabilidade estabelecidas entre seus agentes e sujeitos políticos partidários.

Tal compreensão reforça a compreensão da escola, como um ambiente também de disputa político partidário, e não meramente como reprodutora de normativas estaduais estabelecidas pela instancia responsável por administrar a escola.

Para além do livro de prestação de contas, percebemos essa relação no próprio acervo da biblioteca da escola, onde alguns dos livros datados do período de recorte da pesquisa (inserir livros) forma doados por um político local: o vereador pessedista Argesipolis Fernandes Maciel.

¹⁸⁰ Fonte: Pasta de prestação de contas da Escola Estadual Dr. Fernando Alexandre. 1979

Aqui vemos vários dos aspectos acima elucidados se manifestando em uma única ação, as relações políticas municipais com a escola, a prática do filantropismo como ação substitutiva da gestão pública e a ausência de políticas realmente eficazes por parte do governo estadual para gestão de recursos para a escola.

Se por um lado a ausência de uma ação concreta do Estado na manutenção da escola pode ser percebida como sucateamento e descaso deste poder, ela também se apresenta como oportunidade para determinados setores que veem neste vácuo de ações efetivas uma oportunidade de estabelecimentos de laços clientelísticos e políticos, onde o personalismo toma o lugar da isonomia esperada do Estado.

Por fim a partir desta documentação, também podemos retomar o tema do papel feminino dentro da educação de primeiro grau. Se ao tratarmos da desvalorização do profissional do Magistério destacamos a visão estabelecida sobre as profissionais femininas que deveriam trabalhar a partir de um “dom” com uma visão impregnada de filantropismo, reprodução de valores da maternidade e visão da prática destas professoras como unicamente o “cuidado”, observamos que este filantropismo se fez muito presente dentro da Escola Estadual Dr. Fernando Alexandre.

E afirmamos isso embasados no fato de que a maioria dos recursos obtidos pela escola, provinham da própria comunidade escolar, pelo apoio de entidades diversas onde práticas como bazares, ou coletas de doações estavam presentes no cotidiano da escola.

Assim neste contexto a Escola Estadual Dr. Fernando Alexandre se estabelecia parcialmente como uma instituição muito vulnerável, onde professoras, desvalorizadas profissionalmente por seu gênero, e vistas não como educadoras, mas sim como cuidadoras, buscavam através de contatos e de alianças políticas, garantir recursos públicos, e quando não os obtinham, recorriam a filantropia da própria comunidade.

Se como afirmamos anteriormente a ausência de atuação do estado de Minas Gerais abria brechas para atuação clientelística de políticos locais, a prática filantrópica e assistencialista abria brechas para que a elite e a classe média local estabelecesse um controle econômico sobre uma escola voltada para as camadas mais pobres.

Se a escola passa a ser percebida como uma concessão destas mesmas classes, seu controle sobre os agentes que a compõem passa a ser mais intenso.

Além disso a dependência que a escola adquire em relação a estes agentes acaba por inibir um ensino crítico que de fato estivesse comprometido na autonomia da classe trabalhadora em relação a uma elite local.

Porém, cabe relativizar o que a documentação caracteriza como comunidade. Se por um lado este segmento pode ser lido como as camadas médias e a elite local, ela também pode ser percebida como a própria comunidade atendida pela escola, ou mesmo ambas.

Se assim for, perceberemos uma participação desta mesma comunidade, na valorização e na importância da escola para esta mesma. Mesmo diante dos aspectos elencados acima, não pode ser deixado de lado a compreensão de que de fato a escola era um ganho para esta comunidade, e que mesmo diante da precariedade apresentada em sua gênese, ela ainda era um meio desta clientela sair do analfabetismo presente na sociedade tijuca e de assim angariar alguma ascensão social a partir do estudo.

De tal forma, não compreendemos a escola em seus aspectos financeiros meramente como fruto de ações políticas de uma elite, seja ela social, econômica ou política. Se também foi isto, a escola apresentou-se como a constante luta de camadas excluídas da sociedade, moradores de uma área então periférica que também se fizeram agentes da construção desta instituição escolar.

E se há um lugar onde os anseios desta comunidade se apresenta, certamente é na mobilização da comunidade para aquisição de recursos para manter a própria escola.

E se percebemos este caráter de agente na própria comunidade, ele também se faz presente dentre as professoras, que ao mesmo tempo que se limitavam as demandas políticas locais, estaduais e federais, também não eram somente passivas diante das condições em que se encontravam. Eram de fato um elo entre as demandas da comunidade e todos os segmentos que poderiam as satisfazer minimamente.

Além de serem estas mesmas professoras e gestoras as administradoras destes recursos dentro do ambiente escolar. Certamente esta gestão não se deu em um ambiente homogêneo e ausente de conflitos. Por mais que eles não se mostrem nos documentos, possivelmente existiram, e a própria escola é fruto das negociações em diversos âmbitos que nortearam esses conflitos.

Tal mediação entre anseios tão diversos, originais de classes tão distintas não ocorreu em um ambiente democrático, e certamente todos os seus participantes não possuíam “paridade de armas” mas certamente ela nos ajuda a compreender que a trajetória da Escola Estadual Dr. Fernando Alexandre, não se resumiu a uma imposição governamental, ou a um engessamento de sua comunidade em normativas alheias a eles mesmos; ela se deu em um quadro dialético de negociação e conflito, onde seu resultado foi o espaço escolar e a cultura que este mesmo reproduziu ao longo dos anos.

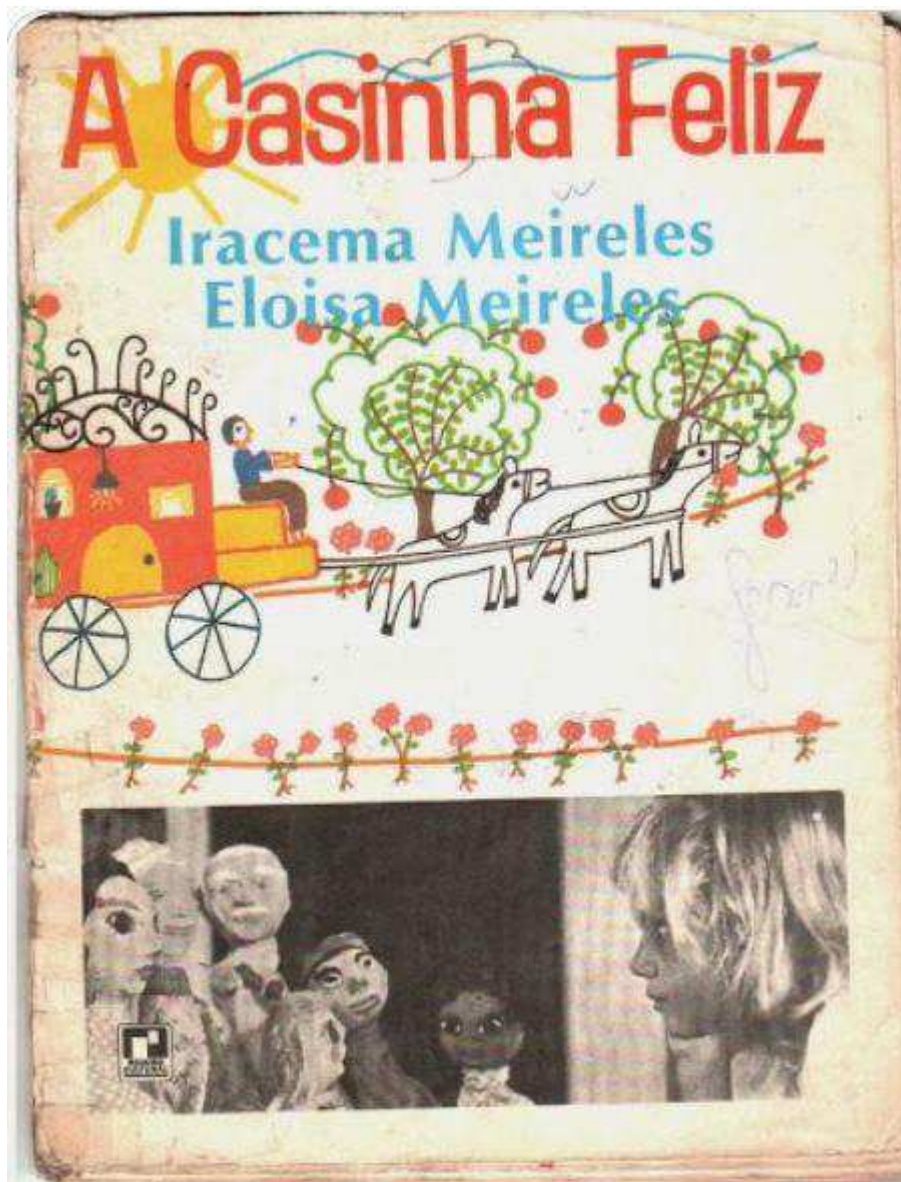
Relativizamos que temos como recorte documental registros da Caixa Escolar do período de 1977 a 1982, porém para uma análise que foque em seus aspectos qualitativos e não somente quantitativos, encontramos ferramentas para uma microanálise que não se amplia para toda uma conjuntura, mas nos elucida com indícios das relações entre a escola e a comunidade na qual ela estava inserida.

É relevante destacar que ao nos debruçarmos sobre uma instituição escolar e suas singularidades, buscamos nestes aspectos singulares compreender os aspectos estruturais e macrohistóricos, que para serem observados de uma forma histórico dialética, demandam que percebamos os aspectos da sociedade que formatou determinada instituição dentro da mesma, assim como interferências da própria escola no ambiente que a formou e que agora ela também ajuda a formar¹⁸¹.

¹⁸¹ SANFELICE, José Luís. História e historiografia de instituições escolares. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 9, n. 35, p. 183-200, 2009..

3.3 O cotidiano escolar pedagógico: Método de Alfabetização Cartilha Casinha Feliz

Figura 22 - Cartilha Casinha Feliz, o material norteador das práticas alfabetizadoras da Escola Estadual Dr. Fernando Alexandre.¹⁸²



A documentação didática utilizada pela escola ao longo do recorte das décadas de 1970 e 1980 não se encontra atualmente preservada na escola, cadernos e cartilhas utilizadas neste período assim como grande parte da documentação interna

¹⁸² Fonte: PINTEREST. Disponível em: <https://br.pinterest.com/pin/605382374882996729/>

não foram preservados por motivos destacados anteriormente, principalmente ao tratarmos de uma escola periférica.

No entanto, por meio da pasta de prestação de contas da Caixa Escolar Dr. Fernando Alexandre, podemos ter acesso à aquisição de materiais didáticos adquiridos pela escola no ano de 1973. O material citado em questão é a “Cartilha Casinha Feliz” de autoria de Iracema Meireles e Eloisa Meireles, cartilha esta utilizada para a alfabetização dos alunos na escola.

Figura 23 Nota fiscal anexa a prestação de contas da Caixa Escolar Dr. Fernando Alexandre 1979, referente a aquisição de material pedagógico¹⁸³

A BANDEIRANTE LIVRARIA E PAPELARIA LTDA.
 Impressos Fiscais - Materiais para Escritórios e Escolares - Brinquedos, etc.
 ITUIUTABA — Rua 20 c/ Avs. 9 e 11, N.º 853/859 - Fones: 6-3221 - 6-3768 — MG.

NOTA FISCAL
 Venda a Consumidor Nº 021940
 SÉRIE «D» - 3.ª VIA

C.G.C. (M.F.) 18.470.765/0001-50
 Inscrição Estadual 342.166976.008

ITUIUTABA, 14/05/79

Sr. (S) *CAIXA ESCOLAR DR. FERNANDO ALEXANDRE - AV. FERREIRA ALTA - E.E.*
 Endereço *AV. 1 - DR. FERNANDO ALEXANDRE*
 Local: *ITUIUTABA* Venda a *LISTA*
 C.G.C.M.F. *19.423.321/0001-91* Insc. Est. *2.120.000*

Quant.	DISCRIMINAÇÃO	VALOR	
		Unitário	TOTAL
240	UNIDADES DA CARTILHA "CASINHA FELIZ"	70,00	16.800,00
100	REFINAS PAPEL CHAMEX	80,00	8.000,00
16	GROSSAS LÁPIS JOHANN FABER	250,00	4.000,00
RÉCEBEMOS			33.600,00
Total da Nota Cr\$			33.600,00

ITUIUTABA - MG. 14/05/79
M. O. da Eloisa Gilvina
 BANDEIRANTE - LIVRARIA E PAPELARIA LTDA.

Declaro que a compra foi feita em conformidade com o Edital nº 001/79 - R.O.U. - Edit. Graf. Ituiutaba Ltda. - Av. 11, 1255 - Fone 6.2919
 e achado conforme. Insc. Est. 342.56922.001 - C.G.C. 21.219.001-0 - Ituiutaba - MG.

Data 14/05/79
Olivia de Sousa Santos
 Ass. por extenso - Identidade N. 429.239

Data 15/05/79
Rosângela M. de Oliveira
 Responsável p/ Entidade - Identidade N. 304.318

Chexven 111.502
 Banco Br. Econômica Cidadã
Luiz Carlos Costa Silva
 Ass. por extenso - Identidade N. 310.353

Olivia Chaves de Nacido
 Ass. por extenso - Identidade N. 250.133

A autora Iracema Elisa da Silva nasceu em 1907, em Recife, em uma família de elite e tradição católica, mas sua infância foi marcada pela fragilidade de sua saúde. O adoecimento e a perda precoce de diversos irmãos para enfermidades como o tifo

¹⁸³ Fonte: Pasta de Prestação de Contas 1974 / Arquivo Financeiro da E. E. Dr. Fernando Alexandre

marcaram profundamente sua visão de mundo, mantendo-a em um ambiente doméstico protegido até os oito anos. Apesar disso, revelou-se de destaque em colégios tradicionais, culminando em sua formação como professora pela Escola Normal da Bahia, em 1927¹⁸⁴.

Ao iniciar sua carreira no Magistério público em Pernambuco, Iracema já demonstrava uma preocupação latente com a justiça social e os papéis de gênero impostos pela sociedade patriarcal.

Apesar de sua origem social a autora passou por um processo de inclinação intelectual a aproximou-se do pensamento marxista e de militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), embora não tenha se filiado formalmente. Sua atuação política tornou-se pública e combativa em 1933, quando participou do manifesto "Ação Pernambucana contra o Fascismo", desafiando abertamente o avanço de ideologias autoritárias no Brasil.

A instauração da ditadura de Getúlio Vargas trouxe consequências severas para sua vida profissional e acadêmica devido à perseguição política. Iracema foi demitida de seu cargo de professora na rede pública de Pernambuco e viu-se forçada a interromper seus estudos no curso de Medicina da Faculdade de Medicina do Recife, em um cenário de insegurança e ameaças veladas. O regime utilizava o cerceamento profissional como ferramenta de controle, tentando silenciar educadoras que possuíam posturas críticas e independentes.¹⁸⁵

Iracema casou-se por procuração com o militante comunista Silo Meireles, enquanto este era um preso político do Estado Novo. O casamento serviu para marcar posição e garantir que o marido não "desaparecesse" no sistema prisional, permitindo que ela acompanhasse seu destino de perto. Durante as visitas, ela chegava a contrabandear bilhetes para Silo Meireles dentro de lápis ociosos, retirando o grafite para esconder mensagens em papel vegetal, mantendo assim a chama da resistência acesa mesmo sob a vigilância do cárcere¹⁸⁶.

¹⁸⁴ DIAS, Ana Raquel Costa. A militância de uma educadora e escritora: Iracema Furtado Soares de Meireles e a ditadura varguista (1937-1945). **Cadernos de Pesquisa**, p. 1-34, 2025. pg 9

¹⁸⁵ Idem 3

¹⁸⁶ idem

Iracema Meireles consolidou-se como uma das maiores alfabetizadoras do Brasil ao desenvolver o Método Iracema Meireles e a cartilha "A Casinha Feliz" (1970), obra que alcançou vasta comercialização e adoção em todo o país. Sua prática pedagógica, refinada em classes de alfabetização no Rio de Janeiro a partir da década de 1960, buscava transcender o ensino individualizado para focar na eficácia do aprendizado em grupo, demonstrando uma sensibilidade técnica e humana voltada para aqueles que enfrentavam dificuldades no sistema escolar tradicional.

O profundo compromisso social de sua trajetória levou-a a atuar em cenários de extrema vulnerabilidade, como as favelas cariocas da Praia do Pinto e do Cantagalo, além de hospitais para tuberculosos e escolas para menores infratores. A versatilidade e eficácia de sua metodologia permitiram que ela fosse aplicada com sucesso na alfabetização de adultos e recrutas em quartéis do Exército e da Aeronáutica, trabalho este realizado de forma voluntária e que resultou na criação da "Cartilha do Soldado" e no recebimento da Medalha do Pacificador.

Marcada por uma consciência política aguçada, Iracema manifestava uma preocupação crítica com os altos índices de analfabetismo no país, o qual classificava como um verdadeiro problema de defesa da nacionalidade brasileira. Ela transformou a sala de aula em sua "única e permanente tribuna", mantendo-se inquieta perante a marginalização imposta aos cidadãos de baixo poder aquisitivo e defendendo que a alfabetização era o caminho essencial para a conquista de direitos sociais e a valorização do povo brasileiro¹⁸⁷.

Contraditoriamente, enquanto sua obra pedagógica tornou-se amplamente celebrada, o nome de Iracema e sua história de militância foram mantidos à margem, fruto de um apagamento político sustentado por uma sociedade patriarcal que tendia a reduzir a identidade feminina ao status doméstico ou marital. Atualmente, sua biografia é revisitada como um ato de insurgência, revelando uma mulher que, apesar das perseguições e silenciamentos, transformou a instrução em uma ferramenta inabalável de libertação e resistência contra estruturas opressoras e regimes autoritários.

¹⁸⁷ Idem 23

A gênese da obra remonta a 1963, quando, a pedido do professor Anísio Teixeira, a cartilha foi elaborada para uma experimentação pedagógica exclusiva na Escola Parque da Bahia, em Salvador. Inicialmente intitulada *História da Casinha Feliz*, a publicação original era composta por três volumes ilustrados por Ademar d'Abreu Pereira e não possuía fins comerciais, servindo como o primeiro ambiente escolar para a aplicação sistemática do método da Fonação Condicionada e Repetida. Essa fase experimental foi crucial para validar os resultados que Iracema Meireles já obtinha em seus atendimentos individuais e na "Escola de Brinquedo".¹⁸⁸

A transição para o mercado editorial mais amplo ocorreu em meados da década de 1960 no Rio de Janeiro, inicialmente pelo Centro Audiovisual de Ensino Especializado (CAVEE), consolidando-se em 1970, quando a Editora Record assumiu a publicação em larga escala. Sob este novo selo, a obra adotou o nome definitivo de *A Casinha Feliz* e passou por uma renovação visual, substituindo as ilustrações originais pelas da professora Maria Dolores Coni Campos. Essa fase foi marcada por um forte esforço de legitimação científica, evidenciado pela inclusão de "subsídios logopédicos" e fundamentação teórica no Manual do Professor, estratégia utilizada pelas autoras para conquistar a confiança do professorado e diferenciar o método das cartilhas sintéticas tradicionais.

No âmbito das políticas públicas, a cartilha alcançou uma capilaridade nacional ao ser incorporada ao catálogo do PLIDEF em 1972, o que garantiu sua distribuição gratuita em quase todos os estados brasileiros. Durante esse período de bonança editorial, o método também ganhou prestígio em esferas militares, resultando na criação da *Cartilha do Soldado* para a alfabetização de recrutas. No entanto, o cenário mudou drasticamente nos anos 90 com a ascensão do construtivismo e a implementação de novas diretrizes, como a LDB de 1996 e os Parâmetros Curriculares Nacionais. Como reflexo dessa mudança ideológica e pedagógica, em 1997, a obra foi excluída do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), por ser associada a métodos tradicionais que o Ministério da Educação passou a rejeitar.¹⁸⁹

¹⁸⁸ BRUNERI, Bruno Marini; DE OLIVEIRA, Fernando Rodrigues. O MÉTODO DA FONAÇÃO CONDICIONADA E REPETIDA MATERIALIZADO NA CARTILHA A CASINHA FELIZ, DE IRACEMA MEIRELES E ELOISA MEIRELES. *Revista Brasileira de Alfabetização*, n. 22, p. 1-16, 2024. pg 5

¹⁸⁹ Idem 8

O método da Fonação Condicionada e Repetida caracteriza-se como uma síntese interdisciplinar que funde correntes da Escola Nova, da psicologia comportamental e da fonoaudiologia. A proposta é definida por ser, simultaneamente, global-fonética, sensorial, logopédica e criativa. Fundamentando-se em Decroly e Claparède, o ponto de partida é invariavelmente uma história, o que respeita o "sincretismo infantil" e a tendência da criança de perceber o mundo de forma global. Para as autoras, o interesse e o brincar são os motores essenciais do aprendizado, tornando a alfabetização um processo natural e engajador.¹⁹⁰

A base científica do método utiliza o condicionamento clássico de Pavlov para criar a sua maior inovação: a Figura-fonema. Em vez de ensinar letras como sinais abstratos e sem sentido, a criança é apresentada a personagens vivos e familiares, como o "papai" (letra *p*) ou a "mamãe" (letra *m*), que funcionam como estímulos condicionados. Essa associação permite que o aluno evoque o som consonantal — o chamado "barulhinho" — de forma automática, criando um reflexo que facilita a identificação imediata sem a confusão típica dos métodos tradicionais.

A influência de Montessori é nítida na ênfase sensorial e fonética, onde o aprendizado ocorre através da repetição de sons e da manipulação de materiais que envolvem o tato, o peso e até o olfato. A dinâmica pedagógica evita a memorização mecânica de famílias silábicas por meio da aglutinação, processo em que o aluno une espontaneamente o som da personagem (como o "ss" da serpente) ao som das vogais, as "5 amiguinhas importantes". Isso permite que a criança descubra a formação de palavras de maneira criativa, utilizando fantoches e jogos rítmicos para consolidar o conhecimento.

O método possui ainda uma relevante dimensão logopédica, integrando exercícios que treinam os órgãos fono-articuladores e auxiliam no diagnóstico de problemas como a dislalia. Devido a essa base técnica e versátil, a proposta expandiu-se para além do público infantil, resultando na criação de materiais específicos como a *Cartilha do Soldado* e a *Cartilha do Adulto*.

¹⁹⁰ Idem pg 13

Apesar de ter um histórico marcadamente ligado a esquerda e a partidários da Escola Nova, Iracema passou a ser bem vistas nos círculos militares, sendo inclusive agraciada com a Medalha do Pacificador na década de 1970. Sendo este o material didático para a alfabetização adquirido e utilizado pela Escola Estadual Dr. Fernando Alexandre, estava alinhado aos interesses do regime vigente, mesmo que trouxesse uma abordagem distinta das formas de alfabetização tradicionais adotadas até então, pois o mesmo buscava conciliar aspectos cognitivos e emocionais no processo de aprendizado, além de tratar de conceitos interdisciplinares com uma abordagem didática às necessidades de diferentes públicos¹⁹¹

Iracema também acreditava em uma aprendizagem por meio de jogos, buscando aguçar a criatividade dos estudantes, usando em sua prática até mesmo brinquedos e o teatro infantil como forma de manifestação da liberdade criativa entre as crianças a serem alfabetizadas¹⁹².

Estas abordagens inovadoras, porém carregavam uma perspectiva conservadora de aprendizagem, pois enquanto modernizava práticas tradicionais, inserindo uma nova bibliografia e uma metodologia atualizada ao contexto das décadas de 1970 e 1980, esse material carregava um forte senso acrítico, utilizando através de leituras mecânicas e distantes da realidade destes mesmos alunos, um processo de aprendizagem que não estimulasse uma compreensão do mundo dialética e consciente por parte dos mesmo, além de não valorizar as próprias experiências, vivências e especificidades de classe presentes na realidade de estudantes pobres e periféricos como foi o caso da clientela da Escola Estadual Dr. Fernando Alexandre.

Consideramos que a cartilha Casinha Feliz, ao mesmo tempo que trazia uma prática modernizadora se colocava também em um papel conservador do status-quo, legitimando o sistema político e econômico da ditadura militar, ao não estabelecer um método de alfabetização emancipador. Neste contexto, já se poderia contar com inúmeras iniciativas nacionais para uma Educação que tivesse um caráter de fato

¹⁹¹ Idem pg 15

¹⁹² SOUSA, Albetete Freitas de et al. Inclusão social através da valorização da diversidade Linguística. 2009. pg 21

libertador, mas as autoras, apesar de renovar a metodologia, não buscaram oportunizar o desenvolvimento da criticidade ao processo de alfabetização.

Desta forma podemos considerar que ao optar por esse material didático, a escola, sua gestão, e seus professores, fizeram também uma opção consciente por um determinado modelo e concepção de mundo e de Educação.

Estabelecendo uma conexão entre as cartilhas de alfabetização utilizadas pela Escola Estadual Dr. Fernando Alexandre, em Ituiutaba/MG, sendo esta “Casinha Feliz” e simultaneamente em outra cidade, a cartilha de alfabetização utilizada por esta autora, sendo esta “ Miloca, Teleco e Popoca”, escrita por Maria Helena de Souza Vidigal, publicada pela Editora FTD, também tinha como foco o método fônico. Destaca-se que a escolha de cada cartilha a ser utilizada, seria uma opção que, apesar de parecer uma escolha autônoma pela própria escola, não se deu em um ambiente ilimitado, pois, levando-se em consideração o contexto ditatorial e as limitações editoriais fruto da censura, não teria uma liberdade ampla para utilizar métodos mais inovadores ou críticos. Porém, mesmo que em um cenário limitador, onde as escolhas destes agentes escolares não seja totalmente fruto de suas vontades, temos indício do posicionamento político a que estes sujeitos se filiavam e/ou se submetiam.

Figura 24 Página da Cartilha de alfabetização Teleco Miloca e Popoca¹⁹³



¹⁹³ Fonte: Cartilha Miloca Popoca e Teleco. Disponível em : <https://pt.scribd.com/document/750994369/Cartilha-Miloca-Popoca-e-Teleco>

Percebe-se uma preocupação em alfabetizar de forma bem sucedida, diante dos problemas de altos índices de analfabetismo na cidade de Ituiutaba/MG, sobretudo entre as classes sociais mais desfavorecidas e entre migrantes e seus filhos. Mas destaca-se que esse processo de alfabetização, apesar de revestido de uma aparente modernização, era conservador no sentido de adaptar estas classes ao conformismo e à manutenção do status quo.

Utilizando conceitualmente o termo de Gramsci, podemos afirmar que Iracema Meireles, mesmo com uma trajetória de vida combativa, se caracteriza como uma “intelectual orgânica” do sistema educacional vigente no período do regime militar. E cabe aqui distinguir que ao tratarmos do convicto de regime militar não o consideramos um bloco único, politicamente homogêneo, mas sim como uma rede de interesses e agrupamentos políticos que representavam visões políticas distintas e que se modificaram historicamente ao longo do período de vigência da ditadura¹⁹⁴.

Ao afirmar que a autora se posicionou como uma intelectual orgânica do sistema educacional do regime militar das décadas de 1970, não a colocamos como uma idealizadora política, ou como uma defensora das arbitrariedades vigentes, mas sim como uma modernizadora de sistemas acrílicos de ensino, que ao ganharem uma roupagem nova e modernizante serviram aos interesses políticos das elites políticas e econômicas: de sanar os altos índices de analfabetismo, estabelecer mão de obra minimamente capacitada para as demandas de um capitalismo periférico, e buscar formar massas acrílicas, que reproduzissem valores e visões de mundo das classes dominantes.

Ao estabelecermos um olhar neste material pela perspectiva conceitual de Bourdieu podemos observar outras nuances que reforçam a perspectiva objetiva deste material didático frente a formação de crianças pobres dentro de uma sociedade de classes.

¹⁹⁴ PEDREIRA FILHO, Waldemar S. Os intelectuais e a organização da cultura. 1977.

O primeiro conceito é o de Reprodução social, aqui através de um material sem caráter emancipatório, o estudante passa por um processo de aprendizagem de uma cultura dominante que lhe dará um cabedal metodológico para exercer funções que o mundo capitalista reserva a estes agentes periféricos e marginalizados da sociedade, mas ao mesmo tempo, esse processo acabará por reproduzir desigualdades sociais, ao incutir neste estudante, visões de mundo que partem de uma classe dominante, ao mesmo tempo que considera-se que a cultura e o saber das camadas dominantes é o único tipo de conhecimento legítimo.¹⁹⁵

Certamente esse processo de construção de uma hegemonia¹⁹⁶ não se dá sem conflitos e negociações, não se considera o estudante apenas um receptáculo de saberes impositivos que lhe são externos. Percebemos as classes dominadas também como agentes, como nos elucida do historiador Edward P. Thompson.

Percebendo assim o campo cultural, da qual a escola faz parte, como um campo de disputa entre grupos sociais¹⁹⁷, onde por um lado as classes dominantes tentam impor valores e as classes dominadas podem aceitar, negociar e resistir a estes mesmos valores, não sendo estas últimas em momento algum passivas diante da tentativa de dominação cultural, ou em termos de Gramsci: não participativa, mesmo que de forma limitada no processo de formação de uma cultura hegemônica.

No entanto como o próprio Gramsci destaca, este caráter de não passividade das classes dominadas, não a exime de ser também fruto da “violência simbólica”¹⁹⁸ presente nesta imposição de valores por parte das classes dominantes. Gramsci pontua que:

A consciência individual da esmagadora maioria das crianças reflete relações civis e culturais diversas e antagônicas às que são refletidas pelos programas escolares: o “certo” de uma cultura evoluída toma-se “verdadeiro” nos quadros de uma cultura fossilizada e anacrônica.¹⁹⁹

¹⁹⁵ BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Editora Vozes, 2023.

¹⁹⁶ Idem p11

¹⁹⁷ THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. Paz e Terra, 2002.

¹⁹⁸ BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Editora Vozes, 2023.

¹⁹⁹ PEDREIRA FILHO, Waldemar S. Os intelectuais e a organização da cultura. 1977. p 131

Assim o que podemos concluir pela observação deste material didático, presente nas cartilhas “Casinha Feliz” é um método de ensino que busca por uma imposição de valores, legitimar as desigualdades sociais e dessem sustentação ao regime militar, educando sobretudo com conceitos atitudinais que buscassem a manutenção acrítica da sociedade de classes brasileira. Se no âmbito macro educacional, a Cartilha “Casinha Feliz” se prestava a estes fins, no nível municipal ela pode ter ganhado novos significados dos quais muitos nos escapam, por não termos acesso ao processo de utilização dela dentro de sala de aula. Entretanto, é importante destacar que em geral, as educadoras que as utilizavam ou vinham das camadas médias da sociedade tijuana, ou se faziam dependentes destas mesmas classes e da elite local para manter o funcionamento da escola. De tal maneira que ao realizarem sua prática, mediada por um documento como esta cartilha, poderiam reforçar o processo de imposição de concepção de mundo oriundas das camadas dominantes da sociedade.

3.4 Padronização educacional e assistencialismo: o uso do uniforme escolar na Escola Estadual Dr. Fernando Alexandre.

O uso de uniforme como forma de organização e padronização educacional no Brasil remonta ao século XIX, quando no ano de 1835, a Escola Normal de Niterói instituiu um conjunto vestuário semelhante a uma farda militar²⁰⁰. Com o governo Vargas e ampliação da oferta de ensino, o processo de uniformização escolar se ampliou ainda mais, buscando a padronização, a segurança e até mesmo distinção e status relacionado as instituições escolares²⁰¹.

Para além disso, no século XIX os discursos higienistas, carregados de racismo científico e de uma visão que colocava o discurso médico como a resposta para problemas de ordem social, passou a defender o uso de uniforme, como forma de garantir um desenvolvimento saudável do corpo do jovem. Este discurso também estabelecia um recorte de gênero, ao determinar certas limitações para a vestimenta

²⁰⁰ (Campos, 2015, p. 16) in GARCIA, Sidélia Suzan Ladevig et al. Representações em circulação: memórias de corpo na Escola Industrial Federal de Santa Catarina (1971-1985). 2024.

²⁰¹ idem

feminina que não se davam para os meninos²⁰². Assim o uniforme nasce com uma proposta militarizada, de distinção social, organizacional e padronizadora, além de imbricada de um discurso de ordem moral fruto de uma sociedade patriarcal.

Essa padronização da vestimenta dos educandos também corresponde ao contexto industrial do início do século XX, onde a padronização ganha também uma conotação de organização para o mundo do trabalho²⁰³. Os próprios grupos escolares formatados durante a primeira República serão um produto desta nova realidade industrial que se dava no Brasil principalmente no estado de São Paulo.

Será lá, a partir do domínio da elite cafeeira que se industrializava com a substituição de importações, que este novo modelo de instituição escolar irá se formatar, com uma forma de ensino padronizada, baseada no modelo Taylorista de divisão de trabalho e com diretrizes mais centralizadas, focadas em um tipo de ensino que visava dar recursos as camadas trabalhadoras da sociedade e seus filhos para que compusessem um reserva de mão de obra minimamente capacitada para as demandas da nascente indústria paulista²⁰⁴. Esse modelo educacional dos grupos escolares irá se expandir para todo o território nacional, principalmente no sudeste, chegando a Minas Gerais e no triângulo Mineiro.

Nosso objetivo, porém, não é analisar as consequências da industrialização na educação através destas iniciativas, mas sim de inserir historicamente a prática da uniformização escolar como resultado de um novo modelo de perceber a Educação no Brasil. Onde o acesso à Educação se expande, não se limitando mais a um modelo de ensino humanista e clássico, mas mais técnico amparado nas demandas do capital e da crescente urbanização do Brasil.

Diante disso surge a necessidade de uma nova escola, não para as camadas dirigentes, mas para os filhos dos trabalhadores urbanos que precisavam se preparar para compor as fileiras das fábricas, essa educação mais do conhecimentos conceituais precisava nortear os hábitos atitudinais deste jovens, adaptando-os à

²⁰² idem pg 30

²⁰³ Idem pg 34

²⁰⁴ SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Autores Associados, 2021.pg 219

rotina fabril, sinais, horários além de uma educação do corpo, amparada em uma percepção disciplinadora destes mesmos corpos. O uniforme passa a estar ancorado nesta premissa, como uma forma legitimadora deste processo.

No contexto em que a Escola Estadual Dr. Fernando Alexandre surge em Ituiutaba/MG, observa-se também um processo de crescente urbanização. Na década de 1970 se observará a superação da população urbana em relação à rural e principalmente, será na década de 1970 o apogeu da cultura de arroz na região²⁰⁵.

Tipo de lavoura	Toneladas			% de crescimento		
	1920	1940	1955	1920-1940	1920-1955	1940-1955
Arroz	1.979,7	2.304	36.000	16,38	1.718,46	1.462,50
Feijão	552,9	702	3.000	26,97	442,59	327,35
Milho	10.447	18.005	24.000	72,35	129,73	33,30

Fonte: IBGE (1959) e Guimarães (1990).

Organização: Hélio Carlos Miranda de Oliveira (2013).

O processo de rizicultura veio acompanhado de uma mudança de agentes que até então viviam no campo para o espaço urbano, buscando principalmente empregos na indústria de beneficiamento e na área de serviços que se ampliava com o crescimento econômico da região.

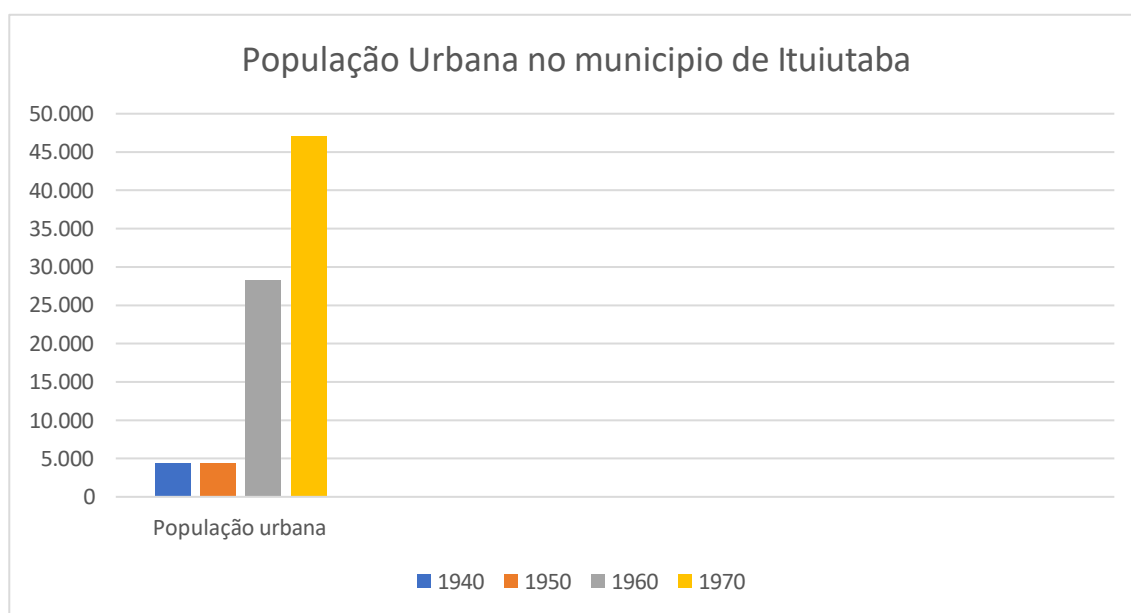
As próprias elites através de seus memorialistas registram esse momento em suas narrativas. Como nos pontua Chaves que afirma que:

“As fertilíssimas terras produzem de tudo; arroz nos espigões e nas baixadas, algodão, milho, feijão, gergelim, etc. Com o milho se sustentava a maior criação de suínos do Estado e a sua consequente engorda, cuja industrialização é operada na própria cidade. O volume de arroz, de há dois anos para cá, ultrapassa de um milhão de sacas, anualmente e de três máquinas de benefício — de que havia há três anos atrás — o seu número em 1953, já atinge os trinta; duas máquinas de descarregar algodão se encarregam de beneficiar a produção do município e uma

²⁰⁵ OLIVEIRA, Hélio Carlos Miranda de et al. Urbanização e cidades: análises da microrregião de Ituiutaba (MG). 2013. pg 239

fábrica de óleo e torta de caroço de algodão faz o seu aproveitamento integral. (CHAVES, 1971, p. 48).”²⁰⁶

Neste trecho, observamos que os avanços no setor rural geraram no ambiente urbano a formação de fábricas e estruturas produtivas visando beneficiar esta produção para seu escoamento para outras regiões do país. Este processo gerou uma crescente demanda para mão de obra mais especializada e que residisse dentro do próprio espaço urbano, tais fatores serão promotores da crescente urbanização como o gráfico abaixo demonstra²⁰⁷:



Com essa urbanização, verificou-se no espaço urbano uma renovação na infraestrutura da cidade com fomento do setor imobiliário, construção de edifícios, ampliação da circulação de capital no comércio e setor de serviços e da própria indústria²⁰⁸.

A Escola Estadual Dr. Fernando Alexandre em suas singularidades é fruto desta sociedade que se industrializava e que construía narrativas e lugares sociais para todas as classes sociais inseridas dentro do município. A elite formatava um discurso modernizante, onde o arroz e seus benefícios econômicos eram vistos como

²⁰⁶ idem pg 235

²⁰⁷ Disponível: <https://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>

²⁰⁸ OLIVEIRA, Hélio Carlos Miranda de et al. Urbanização e cidades: análises da microrregião de Ituiutaba (MG). 2013. pg 235

Nas questões referentes as singularidades da Escola Estadual Dr. Fernando Alexandre observamos como principal aspecto o papel assistencialista da comunidade escolar, que se responsabilizava por financiar o fornecimento de uniformes para os estudantes. Como se observa na imagem acima a própria instituição adquiria o tecido (tergal) nas cores azul e branco, e assim confeccionava estes mesmos uniformes. Combinando a padronização do vestuário com assistencialismo por parte dos órgãos governamentais e comunidade escolar, além de filantropismos por parte das elites locais.

Cabe aqui pontuar os diversos discursos que norteiam a inserção dos uniformes escolares nas escolas públicas, partindo de um discurso que buscava legitimar uma democratização do ensino e partindo de um pressuposto de igualdade entre os alunos e superação das diferenças sociais entre os educandos.

Outros aspectos que citamos anteriormente também se enquadram neste contexto de pretensa democratização do ensino público, como afirma Ivanir Ribeiro:

“Em nome da democratização do ensino foram criadas, no Brasil, várias estratégias e políticas públicas com o objetivo de fazer com que os alunos permanecessem na escola, a exemplo das Caixas Escolares, das Fundações Educacionais, da Seção de Orientação e Assistência Escolar, que se caracterizavam como instituições de auxílio, destinadas, entre outros benefícios, a compra de vestuário e calçados para os alunos que não tivessem condições de adquiri-los.”²⁰⁹

De tal maneira percebemos que há aqui um real avanço nas preocupações em manter estes estudantes das classes mais baixas inseridos dentro da escola, garantindo a eles, mesmo que de forma mínima algumas proteções e incentivos para que estes se alfabetizassem. Estas políticas buscam atuar através do financiamento da merenda, do material escolar e didático e dos uniformes, porém esse processo de manutenção e de auxílio aos estudantes, vem aliado de uma escassez de recursos, que acaba por empurrar as gestões escolares ao estabelecimento de alianças com o setor privado ou as elites regionais.

Ao mesmo tempo a pretensa democratização dos espaços escolares carrega uma série de lacunas que apesar de se transvestirem de uma pretensa igualdade, acabam servindo mais aos interesses de uma elite capitalista que se desenvolvia em

²⁰⁹ RIBEIRO, IVANIR. “SEM UNIFORME NÃO ENTRA”. pg 35

Ituiutaba com o avanço da urbanização e da industrialização, mais do que uma preocupação legítima com as demandas populares.

Ribeiro (,,,) nos elucida sobre a pretensa igualdade que a uniformização trás:

“a igualdade imposta pelo uniforme é apenas abstrata, pois os marcadores sociais não desaparecem com seu uso, visto que as diferenças permanecem presentes nos detalhes: na linguagem, no consumo, nas disposições culturais e estéticas”²¹⁰ Ao mesmo tempo que a modernização do material didático mantém aspectos conservadores no que tange a visão de mundo acrítica.

De tal modo ao adentrarmos nas singularidades da Escola Estadual Dr Fernando Alexandre, nas décadas de 1960, 1970 e 1980, observamos uma escola, para classes dominadas e periféricas, fruto, desde sua gênese até suas primeiras décadas de funcionamento, de um sucateamento da expansão educacional. Que através da abstenção do setor público em fazer investimentos relevantes e de pensar criticamente a prática docente, promoveu um processo de expansão e modernização conservadora no aspecto educacional. Repetindo no ambiente escolar vícios da sociedade no qual ela estava inserida, e formando a partir da tentativa de uma elite, de inculcar seus valores em um novo modelo de trabalhador, ainda novo em uma sociedade que fora majoritariamente agrária e agora se via em anseios de se modernizar e urbanizar, fazendo da escola um espaço privilegiado de construção hegemônica.

Esse discurso se manifesta nos mais diversos segmentos que as fontes nos permitem observar. Contudo, há que se ressaltar que tais fontes nos levantam mais questionamentos que respostas, seus silêncios, intencionais ou não também nos respondem perguntas e nos ajudam a contextualizar a memória de uma escola que nasceu das necessidades tanto de indústrias que buscavam mão de obra barata, como de uma comunidade inteira que migrava para as periferias de Ituiutaba carregando suas esperanças, anseios e desejos de uma vida melhor. A Escola Estadual Dr. Fernando Alexandre é fruto desta relação, conflituosa, amistosa, simbiótica, resistente ou negociadora, que ocorreu em seus vários momentos históricos.

²¹⁰ GARCIA, Sidélia Suzan Ladevig et al. Representações em circulação: memórias de corpo na Escola Industrial Federal de Santa Catarina (1971-1985). 2024. pg 51

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma instituição escolar se exprime por suas singularidades, seus aspectos internos, seus diferenciais, seus gestores, professores, e estudantes, e ao nos debruçarmos sobre uma instituição escolar, principalmente uma instituição na qual estamos inseridos e fazemos parte, devemos estar atentos para que nosso olhar não seja transpassado pelas lentes das afetividades, do apego, da romantização e de um exclusivismo anedótico sobre esta mesma instituição.

Não somos positivistas no sentido de que consideramos que o pesquisador ao analisar um determinado tema é capaz de se afastar totalmente do objeto de pesquisa, essa objetividade total, tão apregoada no século XIX em um contexto de reconhecimento da história como ciência, hoje é percebida como um idealismo inalcançável.

O pesquisador é carregado de subjetividade, e parte do processo científico que ele se propõe a realizar é reconhecer esta mesma subjetividade que se faz presente em cada ação ao longo de um trabalho de pesquisa, a qual se dá pelo lugar social, profissional, econômico, étnico, de gênero dentre outros que compõem a trajetória do pesquisador. No que diz respeito a esta pesquisa específica, estar dentro da instituição pesquisada, em uma posição de gestão, certamente é um fato que influi na construção desta subjetividade, exigindo consciência crítica e grande capacidade de abstração da realidade vivenciada no cotidiano escolar.

Vemos isso como um fator de privilégio em relação a esta pesquisa, certamente o ato de pesquisar uma instituição escolar não modifica totalmente a prática docente de um professor, mas como afirmou Sanfelice²¹¹ ela carrega este mesmo profissional de responsabilidades, agora não só com o presente, mas também com o passado e todas as vozes que os sujeitos que ecoam através das mudanças e permanências que persistem em um ambiente escolar.

Investigar, refletir e analisar as singularidades desta mesma instituição, não deve se limitar a elas, considerando que somente aquele espaço e sua cultura são

²¹¹ HISTEDBR. **Instituições Escolares - Comunicações em História da Educação (2006)**. Plataforma: YouTube, data de publicação. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wVFUNdXIZUY>. Acesso em: 01 mar. 2026.

ilhas dentro de um mar que compõe a sociedade. A singularidade distinta de uma totalidade é estéril e ao olharmos as singularidades da Escola Estadual Dr. Fernando Alexandre, buscamos estabelecer também um olhar sobre o universal, criando pontes entre a pretensa “ilha” que se faz uma instituição escolar e todo um arquipélago que compõem a materialidade histórica de uma totalidade universal. esta ponte, buscamos Seguindo os pressupostos colocados por Sanfelice: ao estabelecermos esta ponte, buscamos captar o movimento, a tensão entre o singular e o universal²¹².

A análise da trajetória histórica da Escola Estadual **Dr. Fernando Alexandre**, entre 1965 e 1982, permitiu compreender as profundas contradições que marcaram o município de Ituiutaba/MG nesse período. Ao confrontarmos o título de "**Capital do Arroz**" com a realidade educacional local, evidenciou-se que a prosperidade econômica da elite não se traduziu em avanços significativos para a escolarização das classes trabalhadoras. A persistência de altos índices de analfabetismo, em pleno cenário de modernização urbana, revela que o crescimento da cidade foi pautado por uma **lógica excludente**, na qual a instrução pública era relegada a segundo plano.

Tal instrução dentro dos muros da Escola Estadual Dr. Fernando Alexandre se baseou em uma visão de ausência de financiamento estatal significativo, acompanhando de uma lógica assistencialista e filantrópica, ao mesmo tempo em que se buscou estabelecer uma política de alfabetização moderna para os padrões da época, tecnicamente inovadora, considerando os avanços feitos pela autora da cartilha “Casinha feliz”, contudo esta manteve uma visão acrítica da sociedade, distante da realidade dos estudantes.

Em um nível municipal estas práticas podem estar ligadas às elevadas taxas de analfabetismo na região, geradas por um distanciamento da prática para com a realidade destes agentes, além de insuficiência de recursos públicos e uma dependência das próprias elites e camadas médias do município. Não podemos responder se este modelo favoreceu a evasão escolar, ou vemos através dos discursos da própria comunidade escolar como essas ações eram lidas. Mas pode-se avaliar que a percepção da Educação como uma concessão e não um direito garantido

²¹² SANFELICE, Luiz Carlos. Dialética e Pesquisa: seus embasamentos científico-filosóficos. **Revista Pesquisa Qualitativa**, v. 1, n. 1, 2005. pg 198

é de fato um desestimulador da participação efetiva de pais, estudantes e professores em uma Educação que realmente sane os problemas educacionais e, conseqüentemente estimule a queda nas taxas de analfabetismo na região.

Para além disso, percebemos que a ampliação da oferta de Educação assistida ao longo das décadas de 1960 e 1970 foi, por um lado uma demanda real de uma comunidade que ambicionava ter garantido o direito à alfabetização, por outro, também foi o anseio de uma elite municipal que visava modernizar a cidade, a qual via na industrialização e nos avanços em relação a entrada de capital, a resposta para todos os problemas sociais que atingiam o município de Ituiutaba/MG e o Brasil.

No discurso desenvolvimentista vigente no país e refletido na administração municipal, a construção de escolas estava a serviço deste desenvolvimento, que ao mesmo tempo que se mostrava modernizante, era por sua vez conservador, por não buscar reestruturar as bases de uma sociedade e atingir de forma real seus problemas estruturais.

Nessa perspectiva, a escola estava também a serviço do capital, e da formação de uma classe trabalhadora que atendesse as demandas da urbanização local. Os altos índices de analfabetismos na região só reforçam que esta escola, neste momento em determinados aspectos, não obteve o sucesso esperado.

Muitos motivos podem permear esse resultado: mudanças na configuração socioeconômica do município, que com a decadência do arroz, e com o não atendimento das expectativas de suas elites de se tornar um grande polo urbano regional, podem ter feito os objetivos imediatos desse processo educador e seus ganhos para a elite regional como superados. A resistência da própria classe trabalhadora em perceber estas instituições educacionais como vantajosas, diante da atratividade que o mercado de trabalho oferecia nas regiões urbanas, sobretudo para grupos marginalizados onde a entrada na escola significava a ausência real de manutenção econômica doméstica, gerando uma dicotomia onde a modernização e o avanço econômico, fomentador de maiores ofertas de empregos melhores remunerados, tenha acabado por fomentar estas camadas a não passarem por um processo de educação formal. E até mesmo uma insuficiência de recursos por parte do poder público, que aliado a uma elite política e social acostumada com uma mão

de obra sem formação e sem acesso à educação básica, não percebeu na consolidação de um sistema educacional suficientemente organizado, uma condição indispensável para o avanço econômico do município.

De tal maneira em todos estes aspectos, a Escola Estadual Dr. Fernando Alexandre é, ao mesmo tempo sintomática e atuante através de suas singularidades na percepção deste momento histórico do município. As especificidades de sua trajetória histórica são acima de tudo um indício entre as relações de classe, por ser uma escola periférica que atendia a um público oriundo da margem da sociedade capitalista de Ituiutaba. Ao colocarmos uma lupa sobre estas singularidades, percebemos no âmbito macro a relação entre poder público e camadas excluídas da sociedade.

A gênese desta instituição, materializada inicialmente por meio das "escolas de lata", é o símbolo máximo da precariedade estrutural oferecida pelo Estado de Minas Gerais na década de 1960. Estas estruturas metálicas provisórias, que deveriam ser medidas emergenciais, tornaram-se o espaço cotidiano de ensino e aprendizagem, demonstrando como as políticas educacionais do período, influenciadas pelo governo de Magalhães Pinto, priorizavam a racionalização de recursos em detrimento da qualidade pedagógica e do conforto físico dos sujeitos escolares.

O contexto político de 1964 foi determinante para a configuração da escola, visto que a instauração da Ditadura Militar interrompeu projetos progressistas do PTB em Ituiutaba e consolidou uma visão de educação voltada para a formação de mão de obra acrítica. A implementação de acordos como o MEC-USAID e a introdução de currículos focados na Educação Moral e Cívica visavam, sobretudo, o controle social e a adequação das massas aos interesses do capital internacional e da ideologia autoritária do regime.

Fundamentados na perspectiva crítico-dialética, compreendemos que a Escola Estadual Dr. Escolar Dr. Fernando Alexandre não foi apenas um espaço reprodutor passivo de normas, mas um campo de disputa hegemônica. A escola, enquanto "Oceano" de experiências, abrigou tensões entre a dominação das elites e a resistência silenciosa dos sujeitos que a habitavam. Professores, alunos e funcionários ressignificaram os espaços precários, construindo identidades e

memórias que extrapolam as frias molduras das legislações educacionais da época.. Essa relação dialética permitiu perceber que, mesmo sob controle rigoroso, o cotidiano escolar era permeado por trocas e vivências subjetivas.

A análise da identidade docente revelou um processo de precarização acentuado pela lógica tecnicista, que reduzia o professor a um mero transmissor de conteúdos. Somado a isso, o fenômeno da feminização do magistério contribuiu para a desvalorização salarial, uma vez que o ensino era visto como uma extensão do papel "maternal" feminino e um "sacerdócio" abnegado, uma missão. As professoras da Escola Estadual Dr. Fernando Alexandre enfrentavam duplas ou triplas jornadas, baixos salários e um controle administrativo rígido, o que limitava sua autonomia pedagógica e profissional.

A investigação sobre os aspectos financeiros expôs a omissão do Estado e a dependência de práticas de filantropia e clientelismo. Verificou-se que grande parte dos recursos para o funcionamento básico da escola, como uniformes e merenda, provinha de doações da comunidade, bazares e subvenções de políticos locais. Essa dinâmica reforçava o controle das elites sobre as classes populares, transformando o que deveria ser um direito garantido pelo Estado em uma "concessão" caridosa das camadas dominantes.

No aspecto pedagógico, o uso da cartilha "A Casinha Feliz" exemplificou a modernização de métodos de alfabetização que, embora inovadores em sua formação, mantinham um caráter conservador e acrítico. Ao optar por materiais que não estimulavam a compreensão dialética do mundo, a escola colaborava com a manutenção do *status quo* e a reprodução das desigualdades sociais. O silenciamento da trajetória militante da autora da cartilha, Iracema Meireles, reflete o apagamento político operado pelo sistema educacional da época.

Nas análises das singularidades da E. E. Dr. Fernando Alexandre, mostrou-se essencial para não perdermos de vista que a "árvore" (a instituição singular) faz parte de uma "floresta" (a política educacional brasileira). O olhar sobre o cotidiano da periferia de Ituiutaba permitiu identificar como as macropolíticas nacionais foram assimiladas e reelaboradas localmente. A escassez de fontes oficiais sobre o período de 1965 a

1982 reforçou a importância de resgatar, preservar e valorizar as memórias dos "vencidos" como forma de preservação da própria identidade da comunidade escolar.

O Produto Educacional Museu Escolar Interativo surge como a resposta concreta deste mestrado profissional para atender a esta séria demanda da comunidade escolar. Preservar o patrimônio material e imaterial da Escola Estadual Dr. Fernando Alexandre como um espaço de aprendizagem onde a história de se constrói e mantém viva no decorrer do tempo. Concebido como um ambiente de aprendizagem vivo, o museu escolar visa fortalecer o senso de pertencimento da comunidade escolar e transformar livros, registros fotográficos e documentais, objetos, como máquinas de datilografia e cadernos antigos, em ferramentas de reflexão histórica e valorização da instituição. O produto educacional busca, assim, romper com o silenciamento documental e oferecer às futuras gerações um espaço de reconhecimento e identidade.

Para além disso o Museu Escolar busca em uma perspectiva histórica baseado pensamento de Walter Benjamin, promover uma valorização, conservação e constante análise crítica da história dos "oprimidos". Ao registrar as narrativas e os lugares de memória de uma comunidade periférica, estamos indo em uma corrente contra hegemônica, que visa somente preservar o discurso oficial proveniente das classes dominantes.

As memórias e a própria narrativa histórica não se caracterizam aqui como um espólio dado aos vencedores, mas como um direito. Nesta perspectiva o Museu Escolar é uma ferramenta que vai ao encontro do direito a memória e a uma história própria. Uma história que não é escrita por outrem, ou dada como uma concessão externa a uma comunidade vista como passiva, mas construída de forma ativa, interativa e significativa por toda a comunidade escolar.

O produto educacional deste trabalho é a busca por uma reparação histórica e constante evocativo da responsabilidade que todos os sujeitos que atualmente compõem a comunidade escolar têm sobre a importância e a responsabilidade de registrar, documentar e preservar a história desta instituição escolar. É antes de mais nada, um espaço de memória em construção, inacabado pela própria essência de seu existir, pelo próprio caráter que a memória e a história têm na sociedade a qual

está em constante transformação. O passado como construção e a memória enquanto seleção e edição está constantemente a serviço do presente, e se modifica a partir das necessidades de seus diversos presentes.

Assim sendo o Museu Escolar Interativo se apresenta como um constante espaço de construção, uma obra inacabada, feita a várias mãos e refeita constantemente.

Tal aspecto múltiplo e representativo de vários sujeitos e seus conflitos, gera acima de tudo uma percepção de que uma instituição escolar não é fruto da vontade individual e personalista de uma única pessoa, mas é de fato um constructo constante, e uma construção que se faz a partir de relações conflituosas que de fato movem a história. Ao entrar no museu, buscamos convidar os visitantes a perceberem que a escola foi feita por sujeitos como eles, e conseqüentemente fazê-los perceberem que eles também são agentes da história.

Por fim, as considerações aqui apresentadas reafirmam que a história das instituições escolares é parte essencial da crítica às políticas educacionais brasileiras. A escola, definida por esta autora metaforicamente como o próprio "Oceano",²¹³ continua sendo o espaço onde se cruzam sonhos, lutas e a busca por uma sociedade mais justa. O compromisso com a memória da Escola Estadual Dr. Fernando Alexandre será como bússola para que este "barco" não naufrague e continue navegando em direção a uma Educação verdadeiramente democrática e transformadora.

PRODUTO EDUCACIONAL

O MUSEU ESCOLAR COMO ESPAÇO DE MEMÓRIA INTERATIVO PARA A COMUNIDADE ESCOLAR

A Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, ao implantar os mestrados profissionais, adotou para a modalidade o Produto Educacional aplicável ao contexto do trabalho do mestrando. Esse produto é o resultado da atividade de pesquisa científica na dissertação, mas não se limitando a ela (Dourado e Colombo, 2023). Em consonância ao que a Capes define como tipo de Produto Educacional, optamos por construir o Museu Escolar Interativo, um espaço de memória cujos objetivos principais são registrar, valorizar, documentar e manter vivas as memórias e histórias da Escola Estadual Dr. Fernando Alexandre no decorrer do tempo.

Em conformidade com a Portaria Normativa Nº 17, de 28 de dezembro de 2009, que dispõe sobre o Mestrado Profissional no âmbito da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, parágrafo I, o curso deverá apresentar estrutura curricular objetiva, coerente com as finalidades deste e consistentemente vinculada à sua especificidade, enfatizando a articulação entre o conhecimento atualizado, domínio da metodologia pertinente e aplicação orientada para o campo de atuação profissional.

Em relação ao Projeto Pedagógico do curso, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) deverá atender às demandas educacionais da sociedade com utilização de metodologia científica e de conhecimentos produzidos pela humanidade na perspectiva social, histórica e cultural. Para a conclusão do curso e obtenção do título de Mestre, o/a estudante deverá elaborar e defender o seu TCC na forma de dissertação e de um Produto Educacional (PE), objeto deste capítulo.

Considerando ainda a Resolução Nº 39/2022 do PPGPEDU .Programa de Pós-Graduação em Educação Básica da Universidade Federal de Uberlândia, Art. 12 – Atribuições dos docentes e discentes, item V – desenvolver pesquisa e produto que possam resultar em produção relevante à divulgação em periódicos qualificados da área de concentração do programa, de acordo com as exigências da CAPES.

A Construção e o desenvolvimento do Produto Educacional de que trata este capítulo encontra-se categorizado na Plataforma Sucupira sendo como desenvolvimento de produto – Ambiente de Aprendizagem, visto que o Museu Interativo E. E. Dr. Fernando Alexandre deverá tornar-se mais que um espaço de cultura e memória da comunidade escolar; mas sim um ambiente de aprendizagem e construção de conhecimentos históricos, filosóficos, linguísticos, artísticos, dentre outros onde todos poderão contribuir com o seu desenvolvimento no decorrer do tempo, tornando-se assim um patrimônio da instituição escolar.

A principal característica do Produto Educacional (PE) é a sua adequação à área e às finalidades do Mestrado Profissional.

Dentre os parâmetros de avaliação dos Produtos Educacionais estão:

- a) A validação obrigatória do produto: como critério para validação do Produto Educacional, foi necessário solicitar autorização da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais – SEE/MG para que a pesquisa fosse realizada na instituição e que pudéssemos desenvolver dentro da unidade escolar o ambiente de aprendizagem que será o Museu Escolar Interativo, estando este agregado ao ambiente da Biblioteca;
- b) O registro do produto: caracterizando a vinculação a um sistema de informações em âmbito nacional ou internacional;
- c) Utilização de sistemas: Educação, saúde, cultura ou CT&I, determinado a aplicabilidade do produto ao público. No caso do Museu Escolar Interativo, este está vinculado à Educação e sua aplicabilidade se dará a todo público, sendo esta comunidade escolar e/ou visitantes que desejarem visitar o ambiente de aprendizagem; realizar pesquisas, estudos, análises do material arquivado e até mesmo contribuições ao ambiente, mantendo vivas as memórias da instituição escolar no decorrer do tempo.
- d) Acesso livre (on-line): em redes abertas ou fechadas, institucionais, nacionais ou internacionais, universidades ou domínio do governo local, regional ou federal. O Museu Escolar Interativo torna-se neste contexto, um ambiente de aprendizagem público.

Gomes e Berg (2013, p.250) destacam que os produtos educacionais permitem uma ação direta sobre a Educação Básica, com o professor investigando sua prática pedagógica.

O produto educacional implica na ressignificação de concepções teóricas e práticas. Resulta em produção de conhecimento teórico, alteração das práticas e melhorias dos resultados escolares dos estudantes. Destaca-se ainda que há uma ampliação do conhecimento profissional docente e de novas proposições para alterar as práticas de ensino de modo a sustentar as aprendizagens dos estudantes.

Os produtos educacionais partem de uma necessidade da comunidade escolar, tornando-se respostas aos problemas de pesquisa, sem que haja uma resposta pronta, visto que estes geralmente são específicos de cada realidade escolar. O produto educacional é desenvolvido para atender às necessidades de um público-alvo e ajudar a resolver um problema que ele enfrenta. Sendo assim, ao pensarmos em um Produto Educacional, é fundamental indagarmos e respondermos às seguintes questões:

- ✓ Quem é o público-alvo? Qual o perfil deste público?
- ✓ Quais as principais características culturais e educacionais desse público?
- ✓ O que esse público precisa saber ou fazer para aplicar, utilizar o produto educacional?
- ✓ O produto educacional a ser desenvolvido contribuirá ou intervirá nas realidades de atuação profissional?

Os acadêmicos dos mestrados profissionais têm o desafio de empreender pesquisas com rigor teórico-metodológico pra que possam ampliar sua compreensão do contexto investigado e, posteriormente, desenvolver produtos para contribuir ou intervir nas realidades de atuação profissional. (Savegnago et al. 202, p.4)

Observando e investigando a realidade da E. E. Dr. Fernando Alexandre, instituição escolar pesquisada, foi possível observar que o maior problema para desenvolvermos a pesquisa acadêmica é com certeza a falta de fontes históricas, documentais e informações concretas sobre a escola no decorrer do tempo de sua existência, principalmente considerando o recorte temporal de 1965 a 1982, período no qual será desenvolvida a pesquisa. Identificou-se a grande necessidade de desenvolver um espaço interativo de aprendizagem para a preservação da memória e da história desta comunidade escolar. A instituição foi fundada em 24 de junho de 1965, contudo pouco ou quase nada se encontra, tanto de forma física quanto virtual, que possa ser considerado fonte de pesquisa histórica, cultural, metodológica sobre a

escola. Como minimizar os danos histórico-culturais causados pela falta de preservação da história desta instituição? Onde encontrar informações sobre o desenvolvimento da instituição no decorrer destes 60 anos de fundação? O que fazer para que a comunidade escolar mantenha viva as memórias de luta, empenho, esforço e dedicação para que a história da Escola Estadual Dr. Fernando Alexandre” seja resgatada, mesmo que minimamente e que a partir desta observação, a história seja preservada como um patrimônio cultural da instituição escolar? Destas indagações frente à falta de materiais para a pesquisa acadêmica, surgiu o ideal inovador de construirmos o Museu Escolar Interativo E. E. Dr. Fernando Alexandre – Um Espaço de Memória para a comunidade da E. E. Dr. Fernando Alexandre.

O objetivo geral do produto educacional será desenvolver dentro da Escola Estadual Dr. Fernando Alexandre um espaço de memória, dedicado ao registro de narrativas históricas, objetos de valor histórico, fotografias, objetos, registros e artigos que valorizem o patrimônio material e imaterial da comunidade escolar no decorrer da história.

Compreendemos que a pesquisa histórica não deve se limitar aos muros da universidade, e para tal devemos, após levantarmos dados e construirmos uma narrativa histórica, criar um espaço que divulgue a memória dos diversos agentes presentes dentro da escola, construindo um ambiente de valorização do patrimônio material e imaterial que compõe a Escola Estadual Dr. Fernando Alexandre. Compreendemos também que este ambiente deve ser um espaço onde atividades pedagógicas relacionadas aos conteúdos diversos serão realizadas, valorizando a importância da história regional e local e do protagonismo dos agentes educacionais, professores, estudantes, funcionários da escola, comunidade escolar em geral como agentes e promotores das mudanças e das permanências históricas.

Nossa proposta será amparada inicialmente no levantamento de materiais históricos, documentais e patrimoniais referentes a Escola Estadual Dr. Fernando Alexandre, e da educação no município de Ituiutaba. Organizaremos mostras permanentes, interativas e abertas a constantes ressignificações temáticas, envolvendo toda a comunidade escolar e educacional do município.

Em razão do Museu Escolar Interativo estar agregado à Biblioteca Escolar, a visitação será guiada pela Professora PEUB - Professora em Uso da Biblioteca, em

cada turno de funcionamento da escola, a qual será responsável pelos agendamentos e acompanhamentos nas visitas..

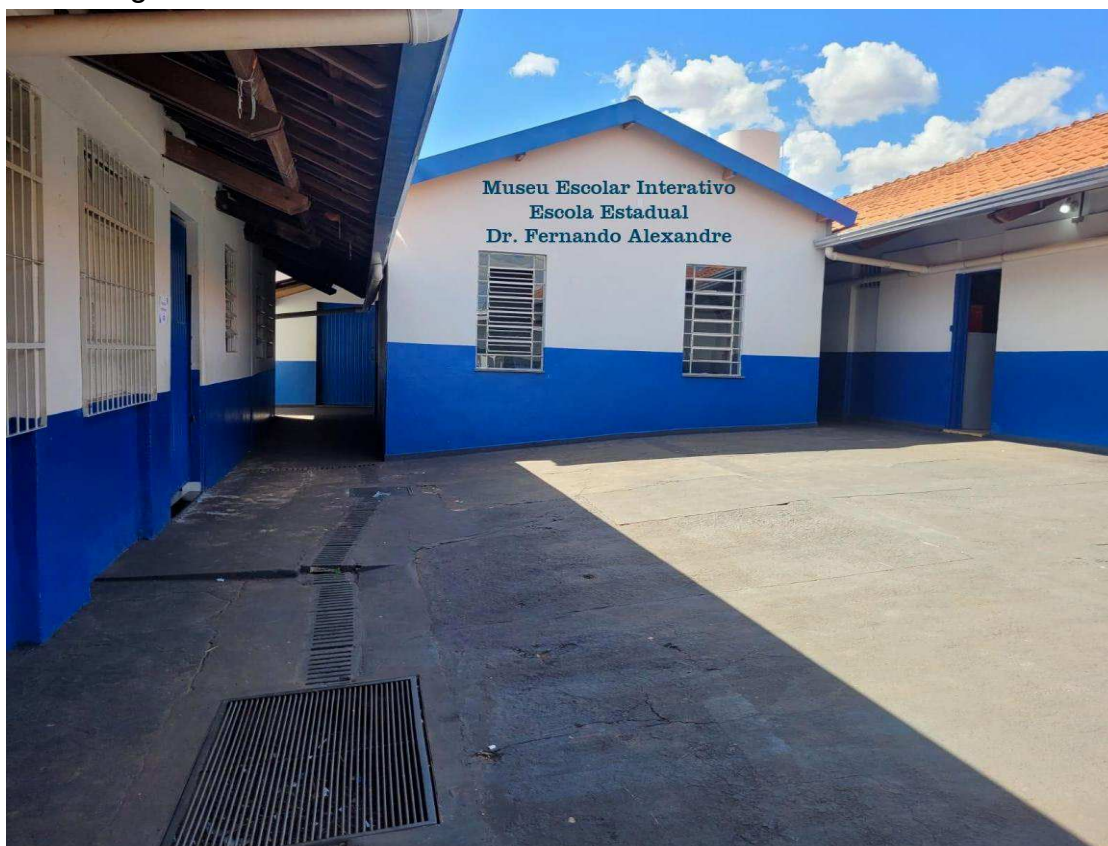
O público-alvo deste produto educacional é própria a comunidade escolar, considerando ex-professores, ex-servidores, ex-estudantes, dentre outros que direta ou indiretamente fizeram e fazem parte da história desta instituição; pessoas da sociedade local; acadêmicos; estagiários; pesquisadores; visitantes; cujo perfil remete à curiosidade histórica e à valorização e reconhecimento dos fatos histórico-culturais na construção da sociedade, especificamente relacionados à Escola Estadual Dr. Fernando Alexandre, desde a sua fundação em 24 de junho de 1965 até os dias atuais e além.

O produto educacional a ser desenvolvido contribuirá significativamente com a aprendizagem dos estudantes e com a valorização da instituição escolar na sociedade. Deste modo, o Museu Escolar Interativo E. E. Dr. Dr. Fernando Alexandre será um produto educacional que apresentará soluções, encaminhamentos e possibilidade de intervenções nos contextos educativos, tornando-se um ambiente de aprendizagem na instituição, o qual poderá atender não somente à comunidade escolar, mas a todos que desejarem ampliar os conhecimentos históricos, culturais, artísticos, dentre outros.

Há que se considerar ainda o aspecto inovador do Museu Escolar Interativo como um produto educacional, principalmente pelas singularidades que apresenta, dentre estas o grande desafio de conseguir um espaço físico específico e adequado dentro da instituição escolar destinado à construção do museu; recursos necessários ao desenvolvimento do ambiente de aprendizagem; aquisição do acervo, além de muita dedicação, trabalho investigativo, pesquisa, síntese e interação com a comunidade escolar.

Um dos grandes desafios foi superado. Com o Termo de Anuência da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais – SEE/MG emitido via SEI em 09 de julho de 2025, foi possível desenvolver o Projeto de Pesquisa A GÊNESE DO GRUPO ESCOLAR DR. FERNANDO ALEXANDRE 1965 A 1975: ENTRE A ASCENSÃO POLÍTICA E ECONÔMICA E OS ALTOS ÍNDICES DO ANALFABETISMO EM ITUIUTABA, com a consolidação do Museu Escolar Interativo E. E. Dr. Fernando Alexandre em espaço próprio nas dependências da escola.

Figura 26 - Foto do local destinado ao Museu Escolar Interativo



Fonte: Escola Estadual Dr. Fernando Alexandre

Outro aspecto desafiador é o curto espaço de tempo para a o desenvolvimento de todo o trabalho de construção do Museu Escolar Interativo E. E. Dr. Fernando Alexandre, considerando a periodicidade de duração do Mestrado Profissional e as inúmeras demandas referentes ao curso de Mestrado Profissional.

As possibilidades de relação entre o Museu Escolar Interativo e a escola são muitas e espera-se que este ambiente de aprendizagem seja utilizado de forma dinâmica, interativa e diferenciada, não perdendo de vista os objetivos fundamentais deste produto educacional: a preservação da história da instituição escolar que torne-se um espaço de memória e afetividade construído no decorrer dos anos e a influência da instituição na vida das pessoas que viveram, vivem e viverão a realidade da escola; o fortalecimento da aprendizagem e construção da identidade dos estudantes; a ampliação da cultura científica e conhecimentos de seus visitantes.

A relação entre museus e escolas apresenta diversos desafios, que foram evidenciados por pesquisas realizadas em museus brasileiros. Esses desafios surgem, muitas vezes, da distância entre o que o professor e o educador de museu propõem e o que realmente acontece durante as visitas escolares. Contudo, espera-se que este não seja um desafio para o museu escolar interativo, considerando que o ambiente de aprendizagem será construído coletivamente, envolvendo a comunidade escolar que se sentirá pertencente ao espaço. Contudo, é importante ressaltar que os desafios existem e devem ser considerados para não perder de vista os objetivos do produto educacional.

Entre os principais desafios, destacam-se:

- **Diferença de expectativas:** As expectativas dos estudantes e professores podem ser diferentes das propostas pela equipe do museu. Por exemplo, em museus de ciência, a descontração excessiva dos estudantes ou o rigor dos professores podem fazer com que atividades interativas percam seu propósito pedagógico.
- **Falta de preparação prévia dos estudantes pelos professores:** Muitos professores não preparam seus estudantes para a visita ao museu. A preparação, quando ocorre, pode ser genérica e focada apenas em aspectos disciplinares, como o comportamento no museu, sem abordar os conteúdos.
- **Passividade do professor durante a visita:** Durante a visita, os professores frequentemente se mantêm passivos, observando a atuação dos monitores e deixando os estudantes livres para explorar, o que pode levar à dispersão e à perda de oportunidade de construção do conhecimento científico. Sem que haja uma intencionalidade pedagógica e intervenção dos professores, este ambiente de aprendizagem poderá tornar-se apenas mais um local para passear, sem que haja o despertar da curiosidade científica.
- **Não estabelecimento de conexão entre o conteúdo do museu e a sala de aula:** Mesmo quando os professores buscam o museu para complementar temas trabalhados em sala de aula e passa por uma orientação prévia, estes muitas vezes não aproveitam o ambiente do museu para estabelecer essas relações com seus

estudantes. Professores afirmam utilizar o museu para enriquecimento, mas na prática, a ligação com os conteúdos estudados na escola não é evidente durante as visitas.

- **Dificuldade de diálogo entre educadores de museus e professores:** Há uma dificuldade de diálogo entre essas duas categorias de profissionais. Museus precisam mostrar claramente sua proposta de ação educativa, explicando o que é o museu, como se forma o acervo e o tipo de parceria que propõem à escola.
- **Imitação em vez de multiplicação de conhecimento:** Tentativas de orientar professores, como visitas guiadas prévias, por vezes resultam apenas na imitação da visita guiada pelos professores com seus estudantes, sem a desejada multiplicação de informações ou uma atuação mais ativa por parte deles.
- **Visão da visita como preenchimento de tempo ou enriquecimento cultural genérico:** Para alguns professores, a visita ao museu pode ser vista apenas como uma complementação, um incentivo, uma oportunidade de enriquecimento cultural geral ou simplesmente um preenchimento de tempo disponível.
- **Recursos limitados dos museus:** Para criar programas mais específicos e adaptados aos diferentes tipos de grupos escolares, que abordem temas de estudo, pesquisas ou simples visitas, seriam necessários mais funcionários, espaço e verbas para material.
- **Risco de "escolarização" dos museus:** É um desafio evitar que os museus valorizem demais os currículos escolares e os procedimentos da escola, correndo o risco de perder sua identidade e "escolarizar" seu propósito e ações.

Apesar desses desafios, as relações entre instituições de ensino formal e não-formal podem ser muito proveitosas, desde que seus profissionais estabeleçam canais de comunicação e troca de programas de ação educativa.

Enquanto um ambiente de aprendizagem, a relação entre museus e escolas pode ser enriquecedora e apresenta diversos pontos positivos, conforme detalhado nas fontes fornecidas. Entre os principais aspectos positivos, destacam-se:

- **Complemento ao currículo formal e enriquecimento cultural:** A educação em museus é vista como um meio de complementar o currículo formal das escolas. Para alguns professores, a visita ao museu pode ser uma oportunidade de enriquecimento cultural geral.
- **Exercício de afetividade e preservação do patrimônio:** A educação em museus é um "exercício de afetividade e preservação da memória e do patrimônio cultural". A metodologia da Educação Patrimonial, por exemplo, busca criar vínculos afetivos, especialmente em crianças, para que a aprendizagem ocorra.
- **Ampliação das possibilidades pedagógicas:** A ação educativa nos museus visa ampliar o aproveitamento pedagógico dos acervos, incentivando o espírito crítico dos visitantes em relação à sua realidade.
- **Ganhos cognitivos e afetivos na aprendizagem:** A visita ao museu produz **aprendizagem cognitiva** e um **ganho afetivo significativo**. Estudantes que visitam museus demonstram maior interesse em aprender mais e consideram a experiência mais divertida.
- **Formação cidadã:** Museus contribuíram para a formação do cidadão ao dar acesso a todas as formas de conhecimento. A educação em museus, através da participação crítica da população, visa a preservação do patrimônio cultural e natural. O objetivo final da Educação Patrimonial é o **desenvolvimento do espírito crítico do participante**, essencial para a constituição do cidadão.
- **Criação de interesse e motivação:** A visita ao museu pode gerar maior interesse dos estudantes em aprender e é considerada mais divertida. A Educação Patrimonial propõe a percepção/observação, motivação, memória e emoção como elementos

essenciais para o envolvimento afetivo e o interesse do visitante, principalmente em se tratando de um ambiente de vivência dos estudantes.

- **Museu como parte da vida comunitária e local de educação permanente:** A Educação Patrimonial objetiva colocar o museu como parte da vida comunitária, local de preservação da memória cultural e de educação permanente, através de imagens, ideias e testemunhos da capacidade criadora do ser humano.
- **Estímulo à pesquisa e à atuação ativa dos professores:** O museu pode servir como um local para os estudantes fazerem pesquisas solicitadas pelos professores. Embora desafiador, o ideal é que o museu prepare o professor para uma atuação ativa com seus estudantes durante a visita.
- **Produtividade da visita:** Com uma maior compreensão do trabalho do museu por parte dos professores, a visita resulta em uma experiência mais produtiva para os estudantes.

A relação museu-escola, quando bem articulada, oferece um ambiente rico para a aprendizagem, o desenvolvimento educacional, cultural e afetivo dos estudantes, indo além do ensino formal e promovendo a formação de cidadãos conscientes e engajados com seu patrimônio.

O Museu Escolar Interativo E. E. Dr. Fernando Alexandre será desenvolvido no espaço constituído para ser também a Biblioteca da instituição. Deste modo, o compartilhamento entre os espaços facilitará o acompanhamento pedagógico durante as visitas, pois a Professora em Uso da Biblioteca - PEUB, será responsável pelo acompanhamento às ações realizadas.

Com a participação da comunidade escolar e também mediante investigação na instituição, foi possível construir o acervo que comporá inicialmente o Museu Escolar Interativo, o qual permanecerá em constante construção e ampliação no decorrer do tempo. O acervo será composto por troféus esportivos; obras literárias; livros pedagógicos, alguns publicados antes mesmo da fundação da escola em 1965;

objetos diversos; recursos tecnológicos utilizados à época; cadernos de ex-estudantes; documentos; enfim tudo que remonta a história e as memórias da Escola Estadual Escolar Dr. Fernando Alexandre, e da educação no município de Ituiutaba/MG no período pesquisado, como é possível verificar a seguir:

FIGURA 24 - Aparelhos telefônicos



Fonte: Acervo da Escola Estadual Dr. Fernando Alexandre

Figura 27 - Máquina de datilografar utilizada na secretaria escolar



Fonte: Acervo da Escola Estadual Dr. Fernando Alexandre

Figura 28 Aparelho de telefax utilizado na secretaria escolar



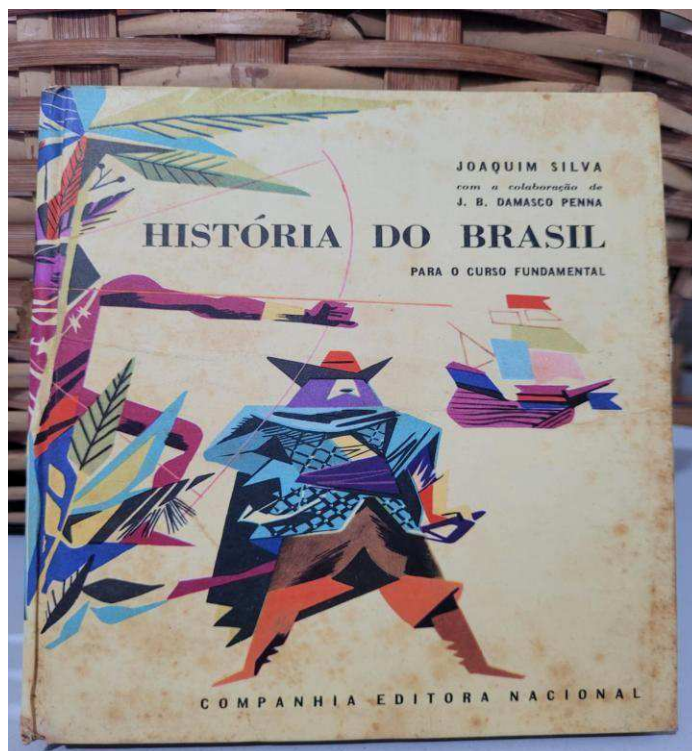
Fonte: Acervo da Escola Estadual Dr. Fernando Alexandre

Figura 29 - Obras pedagógicas – Ano de 1969



Fonte: Acervo da Escola Estadual Dr. Fernando Alexandre

Figura 30 - Livro didático – 1971



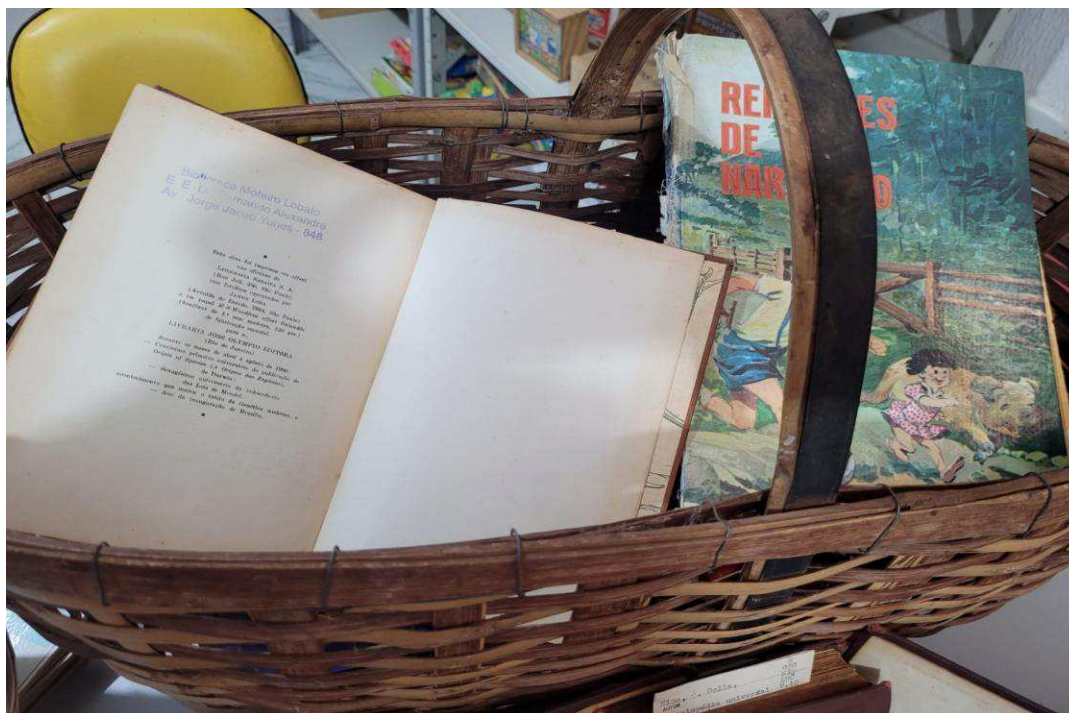
Fonte: Acervo da Escola Estadual Dr. Fernando Alexandre

Figura 31 - Documentos de reforma do Ensino – 1971/1972



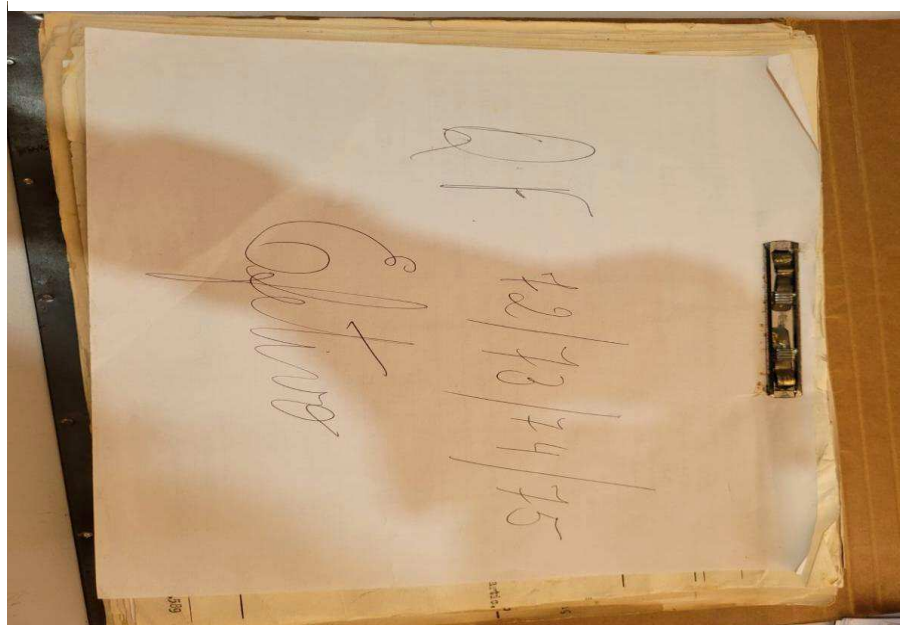
Fonte: Acervo da Escola Estadual Dr. Fernando Alexandre

Figura 32 Acervo Literário – 1957 a 1969



Fonte: Acervo da Escola Estadual Dr. Fernando Alexandre

Figura 33 - Quadro de funcionários efetivos 1972-1975



Fonte: Arquivo da Escola Estadual Dr. Fernando Alexandre

Figura 34 Folhas de Quadro de funcionários efetivos

N.º de Ordem	MASP OU T. C.	NOME DO FUNCIONARIO	CARGO OU FUNCAO	NIVEL OU NIVEL	DATA DE ADMISSAO	DATA DE EXTERMINACAO	DATA DE LICENCIAMENTO	DATA DE FIM DE LICENCIAMENTO	DATA DE RESCISAO	DATA DE RESCISAO	OBSERVAÇÕES
01	41.031	Robson Sousa Bernardino Ribeiro	Diretor(a)	H F							A. D. de 03/01/74
02	86.589	Mrs. Maria Ribeiro R. Moraes	Super. Aux	H I GB	21 a 20						De 11 a 20-Período Faltado
03	118.718	Emiliano Polidoro de Azeite	Servente	H I	21 a 10						Mo. Int. Part. Mo. Int. Part.
04	146.296	Vera Leoni da Costa Silva	Prof 1	H I GA	21 a 03						
05	152.407	Abigail Frazão Ribeiro	Prof 1	H A	-						
06	164.424	Isaura Costa de Castro	Prof 1	H I GA	21 a 20						
07	190.481	Maria Afonso Pereira	Prof 1	H I GA	21 a 20						
08	204.432	Fátima de Carvalho Alves	Prof 1	H I GA	21 a 20						
09	250.485	Mrs. Maria de Oliveira	Prof 1	H I GA	21 a 20						
10	250.516	Demilson Olimário de Oliveira	Prof 1	H I GA	21 a 20						

Itatuba, 20 de fevereiro de 1972

Ass: *[Handwritten Signature]* Cargo: *[Handwritten Signature]*

Fonte: Arquivo da Escola Estadual Dr. Fernando Alexandre

Figura 35 - Folhas de Quadro de funcionários efetivos. 1972

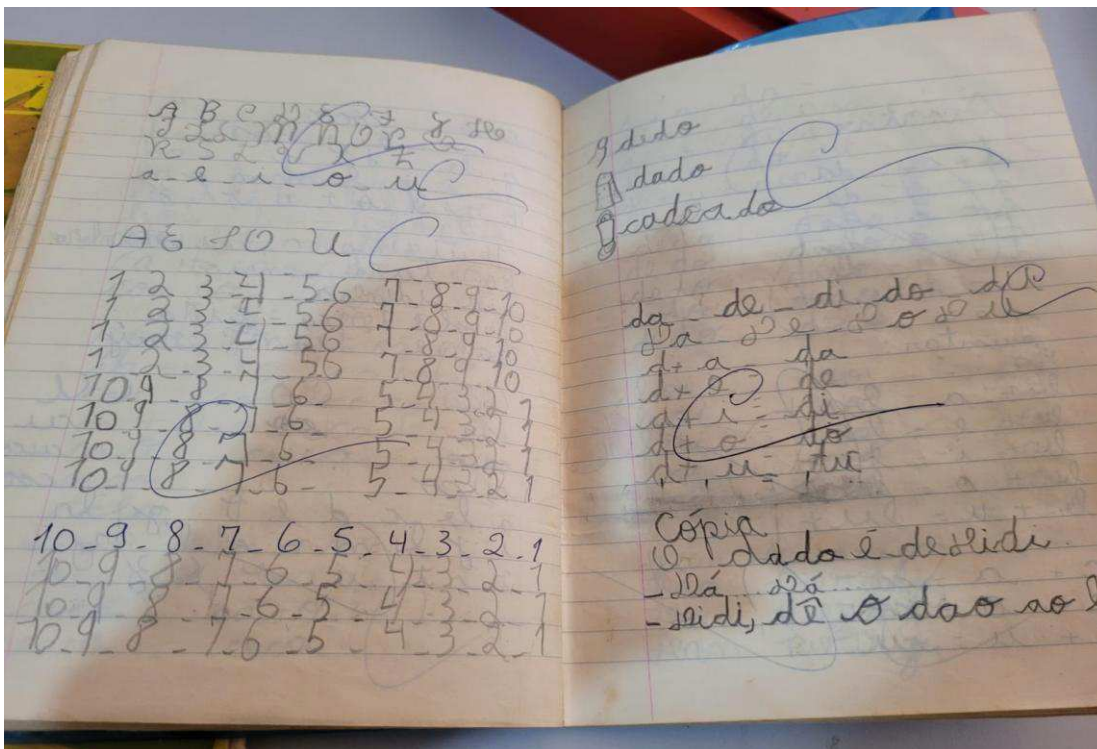
N.º de Ordem	MASP OU T. C.	NOME DO FUNCIONARIO	CARGO OU FUNCAO	NIVEL OU NIVEL	DATA DE ADMISSAO	DATA DE EXTERMINACAO	DATA DE LICENCIAMENTO	DATA DE FIM DE LICENCIAMENTO	DATA DE RESCISAO	DATA DE RESCISAO	OBSERVAÇÕES
1	152.407	Abigail Frazão Ribeiro	Prof 1	H A							
2	86.589	Mrs. Maria Ribeiro R. Moraes	Super. Aux	H I GB	21 a 20						
3	118.718	Emiliano Polidoro de Azeite	Servente	H I	21 a 10						
4	146.296	Vera Leoni da Costa Silva	Prof 1	H I GA	21 a 03						
5	152.407	Abigail Frazão Ribeiro	Prof 1	H A	-						
6	164.424	Isaura Costa de Castro	Prof 1	H I GA	21 a 20						
7	190.481	Maria Afonso Pereira	Prof 1	H I GA	21 a 20						
8	204.432	Fátima de Carvalho Alves	Prof 1	H I GA	21 a 20						
9	250.485	Mrs. Maria de Oliveira	Prof 1	H I GA	21 a 20						
10	250.516	Demilson Olimário de Oliveira	Prof 1	H I GA	21 a 20						

Itatuba, 19 de fevereiro de 1972

Ass: *[Handwritten Signature]* Cargo: *[Handwritten Signature]*

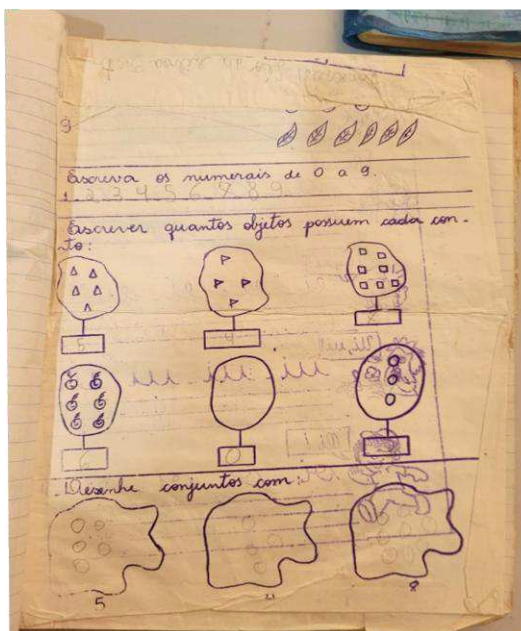
Fonte: Arquivo da Escola Estadual Dr. Fernando Alexandre

Figura 37 - Atividades de Alfabetização e Matemática– Ex- estudante (1975)



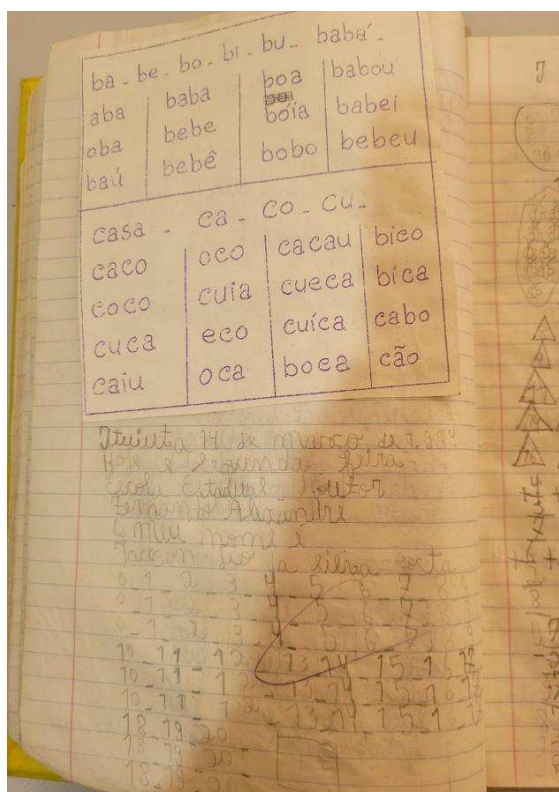
Fonte: Arquivo da Escola Estadual Dr. Fernando Alexandre

Figura 38 - Página do Caderno de ex-estudante – Evidências do material utilizado para a reprodução da atividade (mimeógrafo e stêncil/carbono)



Fonte: Arquivo da Escola Estadual Dr. Fernando Alexandre

Figura 39 - Atividade de alfabetização – Evidências do método de alfabetização



Fonte: Arquivo da Escola Estadual Dr. Fernando Alexandre

Figura 40 - Troféus de campeonatos disputados pelos estudantes da escola



Fonte: Arquivo da Escola Estadual Dr. Fernando Alexandre

REFERÊNCIAS

ALLGAYER, Rochele *et al.* A fotografia como fonte para a reconstrução do museu histórico escolar: o caso do Instituto de Educação do Paraná. In: SOUZA, G. *et al.* (org.) **Fontes, enredos e acervos: Cultura Material Escolar em Pesquisa** (s). Curitiba: NEPIE/UFPR, 2024. p. 339-365.

ALMEIDA, Adriana Mortara. Desafios da relação museu-escola. **Comunicação & educação**, n. 10, p. 50-56, 1997. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9125.v0i10p50-56>

ASSIS, Renata Machado. A educação brasileira durante o período militar: a escolarização dos 7 aos 14 anos. **Educação em Perspectiva**, v. 3, n. 2, 2012.

BARBOSA, Iago de Paula. **Entre trabalhistas e trabalhadores: Uma análise da composição do diretório municipal do partido trabalhista brasileiro em Ituiutaba (1949-1964)**. 2015. Monografia (graduação) - Curso de História, Faculdade de Ciências Integradas do Pontal, Universidade Federal de Uberlândia, Ituiutaba, 2015.

BARROS, José D'Assunção. **Fontes históricas: introdução aos seus usos historiográficos**. Petrópolis: Editora Vozes, 2019.

BATISTA, Eraldo Carlos; DE MATOS, Luís Alberto Lourenço; NASCIMENTO, Alessandra Bertasi. A entrevista como técnica de investigação na pesquisa qualitativa. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, v. 11, n. 3, p. 23-38, 2017.

BEZERRA, Luciene Teresinha de Souza. **Da sombra da magnólia ao porvir do Grupo Escolar Governador Clóvis Salgado de 1956 a 1971**. 2016. 127 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016. DOI <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2016.81>

BITTAR, Marisa; BITTAR, Mariluce. História da Educação no Brasil: a escola pública no processo de democratização da sociedade. **Acta Scientiarum Education**, v. 34, n. 2, p. 157-168, 16 ago. 2012. DOI: <https://doi.org/10.4025/actascieduc.v34i2.17497>.

CRUZ, G. B. *et al.* INDUÇÃO DOCENTE EM REVISÃO: SENTIDOS CONCORRENTES E PRÁTICAS PREVALECENTES. **Cadernos de Pesquisa**, v. 52, p. e09072, 2022. <https://doi.org/10.1590/198053149072>

DOURADO, Josi Fernandes; COLOMBO, Angélica Antonechen. Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT): Breve histórico e levantamento de produtos educacionais produzidos na Região Sul do Brasil no período de 2018 a 2022. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 1, n. 25, p. e15435-e15435, 2025. <https://doi.org/10.15628/rbept.2025.15435>

DOURADO, Josi Fernandes; COLOMBO, Angélica Aparecida Antonechen.

Produtos educacionais: elaboração e validação/avaliação, na perspectiva do ProfEPT-IFPR. Curitiba: IFPR, 2023.

ESQUINSANI, Rosimar Serena Siqueira. Entre percursos, fontes e sujeitos: pesquisa em educação e uso da história oral. **Educação e Pesquisa**, v. 38, p. 217-228, 2012. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022012005000001>

ESTEBAN, M. P. S.. **Pesquisa Qualitativa em Educação:** fundamentos e tradições. Porto Alegre: AMGH, 2017.

FERREIRA JR, Amárico; BITTAR, Marisa. Educação e ideologia tecnocrática na ditadura militar. **Cadernos Cedes**, v. 28, p. 333-355, 2008. <https://doi.org/10.1590/S0101-32622008000300004>

FILGUEIRAS, Juliana Miranda. As políticas para o livro didático durante a ditadura militar: a Colted e a Fename. **História da Educação**, v. 19, p. 85-102, 2015. <https://doi.org/10.1590/2236-3459/44800>

FRANCO, Isaura Melo; DE SOUZA, Sauloéber Tarsio. MOVIMENTO ESTUDANTIL E DITADURA MILITAR NO INTERIOR MINEIRO: ITUIUTABA-MG, DÉCADA DE 1960. XVIII Encontro Regional (ANPUH-MG), **Anais [...]**, Mariana-MG, 2012. Disponível em: https://www.encontro2012.mg.anpuh.org/resources/anais/24/1340464151_ARQUIVO_ANPUH-COMPLETOISAURA.pdf. Acesso em: 26 mar. 2026.

GATTI, Bernardete Angelina. **A construção da pesquisa em educação no Brasil**. Brasília: Liber Livro, 2012.

GEBARA, Ademir. Fontes históricas e oralidade. **Movimento**, v. 10, n. 3, p. 133-154, 2004. <https://doi.org/10.22456/1982-8918.2845>

LIMA, Genis Alves Pereira de. **Os colégios polivalentes na ditadura civil-militar como modelo de educação:** estudo sobre a Escola Estadual "Antônio Souza Martins" de Ituiutaba-MG (1974-1983). 2018. 275 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018.

LIRA, Alexandre Tavares do Nascimento. **A Legislação de educação no Brasil durante a ditadura militar (1964-1985):** um espaço de disputas. 2010. LIRA, Alexandre Tavares do Nascimento. Tese (Doutorado em História Social), Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Niterói, 2010.

LOURO, Guacira Lopes. A história (oral) da educação: algumas reflexões. **Em Aberto**, v. 9, n. 47, 1990.

MAGALHÃES, Justino. Municípios e história da educação. **Cadernos de História da Educação**, v. 18, n. 1, p. 9-20, 2019. <https://doi.org/10.14393/che-v18n1-2019-2>

MATEUS, Renato. **A dinâmica da agricultura no cerrado: do apogeu do arroz**

à modernização do campo na região de Ituiutaba/MG (1946-1974). Monografia (Graduação - Curso de História), Faculdade de Ciências Integradas do Pontal, Universidade Federal de Uberlândia, Ituiutaba, 2013.

MAZZA DE FARIAS, Maria de Lourdes *et al.* MUSEU DA ESCOLA PARANAENSE: PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO E PRESERVAÇÃO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO ESTADO DO PARANÁ. **Colóquio do Museu Pedagógico**, v. 8, n. 1, p. 1601-1617, 2009. Disponível em: <https://anais.uesb.br/index.php/cmp/issue/view/110>. Acesso em: 26 mar. 2026.

MOREIRA, M. A. O mestrado (profissional) em ensino. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, [S. l.], v. 1, n. 1, 2011. DOI: 10.21713/2358-2332.2004.v1.26. Disponível em: <https://rbpg.capes.gov.br/rbpg/article/view/26>. Acesso em: 26 mar. 2026.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. As pesquisas sobre instituições escolares: o método dialético marxista de investigação. **EccoS–Revista Científica**, v. 7, n. 2, p. 351-368, 2005. <https://doi.org/10.5585/eccos.v7i2.421>

NOVAES, Maristela Abadia Fernandes. Villa Platina: urbanização e moda no sertão da Belle Époque. **Ateliê Geográfico**, v. 12, n. 2, p. 78-97, 2018. <https://doi.org/10.5216/ag.v12i2.45644>

ONOFRE, Márcia Regina; SOUZA NETO, Samuel de. Políticas públicas, produções acadêmicas e mestrados profissionais em educação: qual é o lugar ocupado pelos professores?. **Revista de Educação Pública**, v. 30, 2021. <https://doi.org/10.29286/rep.v30ijan/dez.11162>

PACHECO, Simone Beatriz Neves. **Colégio São José: gênese e funcionamento da escola dos estigmatinos em Ituiutaba - Mg (1940-1971)**. 2012. 176 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012. DOI <https://doi.org/10.14393/ufu.di.2012.210>.

PINA, Fabiana. **O acordo MEC-USAID: ações e reações (1966 – 1968)**. 2011. 187 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2011.

RIBEIRO, Betânia Oliveira Laterza. **Escolarização pública na região de Ituiutaba/MG (1940–50)**. Projeto de pesquisa aprovado pelo Conselho Nacional de Pesquisa para ser desenvolvido no curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências Integradas do Pontal. Ituiutaba, MG, 2010.

RIBEIRO, Betânia Oliveira Laterza; SILVA, Elizabeth Farias. O Grupo Escolar de Villa Platina e a educação: variações intrínsecas sobre um prédio determinado. *In*: SOUZA, S. T.; RIBEIRO, B. O. L. (org.) **Do público ao privado, do confessional ao laico: a história das instituições escolares na Ituiutaba do século XX**. Uberlândia: EDUFU, 2009. p. 47-72.

RODRIGUES, Ana Ramos. O museu histórico como agente de ação educativa. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 2, n. 4, 2010. <https://doi.org/10.63595/rbhcs.v2i4.10423>

SANFELICE, José Luis. História de Instituições Escolares. **Quaestio-Revista de Estudos em Educação**, v. 4, n. 1, 2002.

SANFELICE, José Luís. História, instituições escolares e gestores educacionais. **Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. especial**, p. 20-27, 2006.

SAVEGNAGO, C. L.; GOMEZ, S. da R. M.; DALLA CORTE, M. G.; MARQUEZAN, L. I. P. Produtos de um mestrado profissional na área da educação: um estado do conhecimento. **Regae: Revista de Gestão e Avaliação Educacional**, [S. l.], v. 9, n. 18, p. 1–14, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/regae/article/view/40662>. Acesso em: 26 mar. 2026. <https://doi.org/10.5902/2318133840662>

SAVEGNAGO, C. L.; GOMEZ, S. da R. M.; DALLA CORTE, M. G.; MARQUEZAN, L. SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. Campinas: Autores associados, 2018.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. Campinas: Autores associados, 2021.

SIGNORELLI, Gláucia; MARIM, Vlademir. **Oficina de Produtos Educacionais**. Ituiutaba, Universidade Federal de Uberlândia. 2024.

SILVA, Beatriz Aparecida Ribeiro da. **Escolarização Pública na Capital do Arroz: A gênese do Grupo Escolar Dr. Fernando Alexandre de 1965 a 1971**. 2015. TCC (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal de Uberlândia, Ituiutaba, 2015.

SILVA, Dalva Maria de Oliveira. **Memória: lembrança e esquecimento**. Trabalhadores nordestinos no Pontal do Triângulo Mineiro nas décadas de 1950 e 1960. 1997. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1997.

SILVA, Dalva Maria de Oliveira; FERREIRA, Caio Vinicius de Carvalho. Memórias de um golpe: Ituiutaba, MG, Brasil (1964). **OP SIS**, Goiânia, v. 14, n. 1, p. 321–339, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/index.php/Opsis/article/view/28611>. Acesso em: 26 mar. 2026. <https://doi.org/10.5216/o.v14i1.28611>

SILVEIRA, Daiane de Lima Soares. **Migrantes nordestinas e escolarização no Pontal Mineiro (1950 e 1960): desafios, resistências, embates e conquistas**. 2014. 149 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014. <https://doi.org/10.14393/ufu.di.2014.174>

SIMÕES, Renata Duarte; DA SILVA RAMOS, Vinícius; DA SILVA RAMOS, Diego. O livro didático e a ditadura militar no Brasil. **Poiésis-Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação**, v. 12, n. 21, p. 251-266, 2018. <https://doi.org/10.19177/prppge.v12e212018251-266>

VEIGA, Cynthia Greive *et al.* **História e historiografia da educação no Brasil**. Autêntica, 2018.

VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. História da educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970). **Revista Brasileira de História**, v. 23, p. 37-70, 2003. <https://doi.org/10.1590/S0102-01882003000100003>

ZAIDAN, S.; REIS, D. A. F.; KAWASAKI, T. . F. Produto educacional : desafio do mestrado profissional em educação . **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, [S. l.], v. 16, n. 35, p. 1–12, 2020. DOI: 10.21713/rbpg.v16i35.1707. Disponível em: <https://rbpg.capes.gov.br/rbpg/article/view/1707>. Acesso em: 26 mar. 2026. <https://doi.org/10.21713/rbpg.v16i35.1707>